



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**INSTITUTO DE CULTURA E ARTE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

**YURI DE LIMA RODRIGUES**

**A ABORDAGEM MINIMALISTA DA VERDADE DE PAUL HORWICH**

**FORTALEZA**

**2020**

YURI DE LIMA RODRIGUES

A ABORDAGEM MINIMALISTA DA VERDADE DE PAUL HORWICH

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Filosofia. Área de concentração: Ciências Humanas.

Orientador (a): Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Joelma Marques de Carvalho.

FORTALEZA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- R617i Rodrigues, Yuri de Lima  
A Abordagem Minimalista da Verdade de Paul Horwich / Yuri Rodrigues. – 2020.  
138 f.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de cultura e Arte, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Fortaleza, 2020.  
Orientação: Profa. Dra. Joelma Marques de Carvalho.
1. Verdade. 2. Deflacionismo. 3. Minimalismo. I. Título.

CDD 100

---

YURI DE LIMA RODRIGUES

A ABORDAGEM MINIMALISTA DA VERDADE DE PAUL HORWICH

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Filosofia. Área de concentração: Ciências Humanas.

Aprovada em: 28/07/2020.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Joelma Marques de Carvalho (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Cícero Antônio Cavalcante Barroso  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Marcos Antonio da Silva Filho  
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

À Laura, minha amada.

Aos meus avós, Francisco e Francisca.

## **AGRADECIMENTOS**

À Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Joelma Marques de Carvalho, pela excelente orientação.

Aos professores participantes da banca examinadora, Prof. Dr. Cícero Antônio Cavalcante Barroso e Prof. Dr. Marcos Antonio da Silva Filho, pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões.

Aos colegas da turma de mestrado, pelas reflexões, críticas e sugestões recebidas.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

“A verdade tem uma certa pureza, Paul Horwich.”

## RESUMO

O objetivo desta dissertação é apresentar e defender o minimalismo a respeito da verdade, uma teoria desenvolvida ao longo dos últimos trinta anos pelo filósofo britânico Paul Horwich (1947-) e que até hoje se encontra no centro do debate no campo da teoria da verdade. Segundo essa teoria, a melhor forma disponível para entender o conceito geral de verdade é por meio do uso do esquema de equivalência – uma forma lógica segundo a qual uma proposição P é verdadeira se e somente se P. O intuito dessa teoria é reduzir os recursos conceituais exigidos para entender a verdade, que é compreendida nessa teoria por meio de um conceito geral, ou seja, um conceito formado a partir de absolutamente todos os usos atuais ou possíveis da verdade. A metodologia a ser utilizada para defender essa teoria consiste em duas etapas. Em primeiro lugar, apresentar-se-ão outras formas de entender o conceito geral de verdade que serão criticadas em função de problemas como (1) falta de clareza conceitual, (2) circularidade, (3) limitação teórica e (4) complexidade desnecessária. Em segundo lugar, será defendido que o minimalismo não tem esses problemas, o que faz dele a melhor teoria em termos comparativos. Os problemas (1) e (2) serão identificados por vias filosóficas convencionais. Mas, para defender a existência dos problemas (3) e (4) nas hipóteses consideradas, serão assumidas duas hipóteses minimalistas: a hipótese das proposições não formuláveis e a hipótese da suficiência explicativa do esquema de equivalência. Segundo a primeira hipótese, proposições não formuláveis podem existir e uma teoria geral da verdade deveria nos permitir entender como seria se se pudesse aplicar a verdade a elas. De acordo com a segunda hipótese, cada instância do esquema de equivalência pode ser entendida *a priori* de modo que cada uma delas não carece de justificação e pode ser considerada como satisfatória para entender uma verdade. Esta pesquisa apresentará basicamente três resultados: (1) o entendimento de que a verdade é uma propriedade lógica, (2) uma visão absoluta da verdade e (3) um exemplo do sucesso de uma forma wittgensteiniana tardia de fazer filosofia. A defesa de que a verdade é uma propriedade lógica se dará devido ao fato de que durante esta pesquisa chegou-se à conclusão de que a verdade deve ser (1) entendida *a priori* (2) por meio de uma forma lógica, que (3) teoricamente tem um nível máximo de generalidade. Como conclusão desta pesquisa, o minimalismo é reafirmado, mas sob um olhar diferente.

**Palavras-chave:** Verdade. Deflacionismo. Minimalismo.

## ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to present and defend the minimalism about truth, a theory developed over the last thirty years by the British philosopher Paul Horwich (1947-) and which is still at the center of the debate in the field of truth theory. According to this theory, the best way available to understand the general concept of truth is through the use of the equivalence scheme - a logical form according to which a proposition P is true if and only if P. The purpose of this theory is to reduce the conceptual resources required to understand truth, which is explained in this theory employing a general concept, that is, a concept formed from absolutely all current or possible uses of the truth. The methodology to be used to defend this theory consists of two steps. First, I will present other ways of understanding the general concept of truth and criticize them for problems such as (1) lack of conceptual clarity, (2) circularity, (3) theoretical limitation, and (4) unnecessary complexity. Second, I will argue that minimalism does not have these problems, which makes it the best theory in comparative terms. Problems (1) and (2) will be identified in conventional philosophical ways. But, to defend the existence of problems (3) and (4) in the hypotheses considered, I will assume two minimalist hypotheses: the hypothesis of unformulatable propositions and the hypothesis of explanatory sufficiency of the equivalence scheme. According to the first hypothesis, unformulatable propositions may exist and a general theory of truth should allow us to understand what it would be like if we could apply truth to them. According to the second hypothesis, each instance of the equivalence scheme can be understood a priori in such a way that each of them does not need justification and can be considered satisfactory to understand truth. This research will present three results: (1) the understanding that truth is a logical property, (2) an absolute view of truth, and (3) an example of the success of a late Wittgensteinian way of doing philosophy. The defense that truth is a logical property will be due to the fact that during this research we concluded that truth must be (1) understood a priori (2) through a logical form that (3) theoretically has a maximum level of generality. As a conclusion of this research, minimalism is reaffirmed, but under a different perspective.

**Keywords:** Truth. Deflationism. Minimalism.

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
2	<b>O QUE É O MINIMALISMO?</b> .....	14
2.1	<b>Panorama geral do debate clássico</b> .....	15
2.2	<b>Características do minimalismo de Horwich</b> .....	20
2.3	<b>Pragmatismo e minimalismo</b> .....	32
2.4	<b>Observações finais</b> .....	36
3	<b>QUE TIPO DE RAZÃO É GERALMENTE USADA PARA DEFENDER O MINIMALISMO?</b> .....	38
3.1	<b>Verdade, generalidade e profundidade</b> .....	41
3.2	<b>O significado básico de “verdade” e as explicações do minimalismo</b> .....	53
4	<b>A VERDADE CONFORME O MINIMALISMO DE HORWICH</b> .....	64
4.1	<b>Minimalismo ontológico</b> .....	67
4.2	<b>Por que uma definição ao estilo lista?</b> .....	79
5	<b>O CARÁTER NORMATIVO DO CONCEITO GERAL DE VERDADE</b>	90
5.1	<b>A Crítica de Price a Horwich</b> .....	95
5.2	<b>Será o conceito de verdade mesmo normativo?</b> .....	102
6	<b>LACUNAS DE VALOR DE VERDADE E OS LIMITES DO ESQUEMA DE EQUIVALÊNCIA</b> .....	111
7	<b>OBSERVAÇÕES FINAIS</b> .....	122
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	134

## 1 INTRODUÇÃO

O tema desta dissertação é o conceito geral de verdade tal como concebido pelo filósofo Paul Horwich (1947-). O conceito geral de verdade consiste nessa noção segundo absolutamente **todo** o seu escopo de aplicação. A concepção de verdade de Horwich é denominada “minimalista”, visto que ela é uma forma de deflacionismo sobre a verdade. Neste estudo, pretende-se apresentar e defender esse minimalismo. A principal obra de Horwich na qual este trabalho se baseia é a segunda edição do livro *Truth* (1998). Existem duas razões pelas quais foi escolhida a segunda edição do *Truth* e não a primeira. Segundo o próprio Horwich (1998, p. vii), a segunda edição do seu texto (1) responde a diversas objeções e (2) traz um conjunto de correções que tornam o minimalismo mais forte e mais simples. Os interesses filosóficos de Horwich são abrangentes. Eles chegam a incluir o comentário filosófico da obra do segundo Wittgenstein. Ao que tudo indica, esse último é o filósofo que mais o influencia.

O minimalismo é uma concepção de verdade que defende basicamente duas teses: (1) o conceito geral de verdade é superficial e não tem uma natureza subjacente, e (2) o conceito geral de verdade não pode ser definido explicitamente (HORWICH, 1998, p. 120-123). A tese (1) implica que o conteúdo do conceito geral de verdade não informa nada além daquilo que se sabe intuitivamente a respeito da verdade, antes mesmo da introdução de qualquer teoria. A tese (2) implica que não é possível fornecer condições necessárias e suficientes que sejam a um só tempo gerais e nos digam mais do que o óbvio a respeito da verdade. O conteúdo óbvio ou intuitivo em questão consiste no que se é capaz de entender por meio de sentenças como “é verdade que a neve é branca se e somente se a neve é branca” (HORWICH, 1998, p. 6, 128). Essas sentenças são instâncias do esquema de equivalência: a proposição de que P é verdadeira se e somente se P. Vamos ao roteiro de pesquisa desta dissertação.

Além desta introdução, esta dissertação conta com cinco capítulos e uma conclusão. Na sequência, falar-se-á sobre os capítulos deste texto e a sua conclusão. No primeiro capítulo, será apresentado o panorama do debate clássico em teoria da verdade bem como o minimalismo de Horwich para que o leitor seja capaz de entender os demais capítulos. Já que o minimalismo é uma reação a doutrinas clássicas da verdade, como correspondencialismo, coerentismo e pragmatismo, será necessário apresentar essas teorias antes de apresentar o minimalismo. Nesse capítulo, são desfeitos mal entendidos recorrentes a respeito do minimalismo. Por exemplo, as questões da suposta eliminação da verdade no minimalismo, da suposta oposição entre minimalismo e teoria da verdade como correspondência e do caráter pragmático do minimalismo (HORWICH, 1998, *passim*). Será esclarecido que o minimalismo defende que a

propriedade da verdade existe, que ele busca preservar as intuições mais básicas do correspondencialismo e que ele tem um caráter pragmático embora não defina a verdade em termos de utilidade ou outro conceito pragmático aproximado.

No segundo capítulo, será apresentado o tipo de estratégia mais comum que Horwich usa para defender o minimalismo. Essa estratégia atua em duas frentes: (1) são apontados problemas em alguma teoria e (2) é defendido que o minimalismo não tem essas dificuldades. Uma doutrina que Horwich analisa e que se decidiu abordar neste texto é a teoria da verdade como correspondência. Ao seguir os passos desse autor, ela é abordada em duas versões: (i) a versão do primeiro Wittgenstein tal como o nosso autor a apresenta e (ii) uma variante que segundo Horwich é legada de Tarski e cujo principal expoente é Davidson (HORWICH, 1998, p. 104-110). Os problemas mencionados acima são (1) falta de clareza conceitual, (2) circularidade e (3) limitação teórica. Ao longo do segundo capítulo, é defendido que o minimalismo não enfrenta esses problemas.

Ainda no segundo capítulo, após essa apresentação sobre como o conceito geral de verdade **não** deve ser pensado, mostra-se a caracterização minimalista do significado da palavra “verdade” (o conceito geral de verdade). Veremos que no minimalismo a noção geral de verdade é entendida por meio de esquemas de equivalência, ou seja, proposições com a seguinte forma: a proposição de que P é verdadeira se e somente se P (HORWICH, 1998, *passim*). Segundo Horwich, as instâncias desse esquema definem implicitamente a ideia geral de verdade (HORWICH, 1999, p. 240). No entanto, isso deixará no leitor uma dúvida que será sanada no terceiro capítulo, qual seja: que tipo de coisa é a verdade do ponto de vista minimalista? Dito de outro modo: para que tipo de entidade o esquema de equivalência nos chama a atenção?

No terceiro capítulo, apresenta-se a resposta minimalista para a questão da natureza da verdade (o que é a verdade em si mesma?). Veremos nesse capítulo como o minimalismo consegue responder a essa pergunta. A metodologia minimalista para fornecer essa resposta é examinar os usos significativos do predicado da verdade e, de acordo com eles, apresentar uma caracterização da propriedade da verdade (HORWICH, 1998, p. 37-38). Segundo o minimalismo, os usos em questão são lógicos e, como consequência, deve-se caracterizar a verdade como uma propriedade lógica. Além disso, para reforçar esse resultado, serão apresentados alguns argumentos para defender o gênero de caracterização da natureza da verdade que foi fornecido nesse capítulo.

O capítulo descrito acima pode suscitar no leitor algumas dúvidas que serão respondidas nos capítulos quarto e quinto. Como os capítulos apresentados anteriormente defendem que o esquema de equivalência é capaz de captar tudo que é possível captar a respeito

do conceito geral de verdade, isso pode gerar sérias dúvidas no leitor sobre a veracidade desse resultado. Para lidar com essas dúvidas naturais e recorrentes relativas ao minimalismo, nos quarto e quinto capítulos serão apresentadas duas críticas ao minimalismo. Essas críticas nos possibilitarão ter uma visão mais sóbria quanto às qualidades e os defeitos do minimalismo.

No quarto capítulo, serão analisadas as críticas de Price (1998) a Horwich (1998). Segundo o primeiro (1998), o conceito de verdade é essencialmente normativo de uma forma que apenas o minimalismo não explica. O caráter normativo mencionado diz respeito à suposição de Price de que se é verdade que P, então deve-se afirmar que P. Segundo o autor (1998), esse uso normativo da verdade é **essencial** ao seu conceito, ou seja, só é possível entender esse conceito ao entender esse uso. Segundo Price (1998), o minimalismo não explica esse aspecto supostamente essencial do conceito de verdade. Para ele (1998), o fato de o minimalismo usar apenas as instâncias do esquema de equivalência para definir a verdade faz com que ele não consiga dar conta desse caráter normativo. Veremos que o problema entre Horwich (1998) e Price (1998) é uma confusão conceitual porque ambos têm em mente noções distintas de verdade.

No quinto capítulo, serão apresentadas as críticas de Chateaubriand (2011) ao minimalismo. Segundo Chateaubriand (2011), o minimalismo não capta todas as aplicações do conceito de verdade. A razão do autor para tanto é o fato de o conceito de verdade ser aplicável a lacunas de valor de verdade, i.e., a proposições sem valor de verdade. Essas aplicações, por sua vez, não podem ser compreendidas apenas por meio do esquema de equivalência, como quer Horwich (1998, *passim*). Será argumentado que Chateaubriand está certo, mas que, em vez de essa limitação ser um problema para o minimalismo, ela pode ser algo positivo. Assim, após a aceitação da crítica de Chateaubriand (2011), o minimalismo é mais bem delimitado e ganha contornos claros, sendo aplicável apenas a proposições **ou** verdadeiras **ou** falsas.

Na conclusão, eu apresento (1) algumas considerações pessoais a respeito do minimalismo, (2) as consequências dessa teoria e (3) faço um apanhado do que foi apresentado durante esta pesquisa. As minhas considerações consistem basicamente na identificação de um dilema entre (i) propor uma definição em termos de condições necessárias e suficientes para o conceito de verdade e (ii) apresentar uma definição maximamente geral desse conceito. Eu condiciono esse dilema ao caráter de *aboutness* (a característica de ser sobre algo) da propriedade da verdade. As principais consequências do minimalismo que foram identificadas durante esta pesquisa consistem (1) na visão de Horwich de que o minimalismo é um exemplo bem-sucedido de filosofia feita de acordo com a metafilosofia do segundo Wittgenstein, (2) na

defesa dele de que o minimalismo suporta uma concepção absoluta da verdade e (3) na caracterização da verdade como uma qualidade lógica.

Devo advertir o leitor de que a filosofia da verdade de Horwich é geralmente escrita de uma maneira relativamente informal e assistemática. Nesse sentido, este trabalho é um esforço para dar maior sistematicidade aos esclarecimentos que Horwich oferece no *Truth* (1998). Além disso, ocasionalmente o nosso autor não fornece caracterizações conceituais explícitas e uniformes ao longo dessa obra. O principal exemplo consiste na noção de teoria ou definição profunda (substancial) da verdade. Essa noção na maioria das vezes é entendida por oposição a uma visão minimalista, que entende que o conceito **geral** de verdade deve ser compreendido por meio do esquema de equivalência (HORWICH, 1998, *passim*). Em outros momentos, Horwich associa uma teoria ou definição profunda da verdade a uma teoria *a posteriori*, i.e., uma teoria da verdade cujos enunciados não seriam intuitivos ou *a priori* e precisariam ser **em alguma medida** verificados para que o seu valor de verdade fosse aferido (HORWICH, 1998, p. 50-54). Também se buscou deixar mais clara essa noção de teoria ou definição profunda da verdade, porém dentro dos limites da apresentação que o próprio Horwich oferece, tendo o devido cuidado para não alterar a natureza da teoria aqui exposta.

## 2 O QUE É O MINIMALISMO?

Antes de dar início a este capítulo, é fundamental fazer uma observação a respeito do conceito de proposição, já que ele estará presente ao longo de todo este texto. Horwich afirma que o minimalismo não depende de nenhuma noção **especial** de proposição. Vejamos uma citação emblemática na qual ele faz essa alegação:

[...] ele pressupõe muito pouco sobre a *natureza* das proposições. É verdade que o minimalismo implica que a noção de proposição não depende da noção de verdade. Pois, a direção minimalista de prioridade conceitual é a contrária: na medida em que nosso conceito de verdade é constituído por nossa aceitação de instâncias de ‘A proposição de *que p* é verdadeira sss *p*’, já devemos ser capazes de compreender proposições. Mas esse requisito deixa muitas possibilidades em aberto. No que diz respeito à teoria minimalista da verdade, as proposições poderiam ser compostas por sentidos fregeanos abstratos ou objetos e propriedades concretos; elas poderiam ser idênticas a uma determinada classe de sentenças em alguma linguagem específica, ou aos significados das sentenças, ou a algum tipo novo e irreduzível de entidade que esteja correlacionada com os significados de certas sentenças. Não estou dizendo que não há nada a escolher entre essas respostas. A questão é, antes, que a teoria minimalista não requer nenhuma delas em particular. Portanto, alguém que deseje evitar o comprometimento com ‘proposições’ de qualquer tipo específico não precisa, nesse quesito, objetar à concepção de verdade que será elaborada aqui. (HORWICH, 1998, p. 16-17, tradução nossa, grifos do autor, grifos nossos)<sup>1</sup>.

Com a expressão “ele”, Horwich se refere ao minimalismo<sup>2</sup>. Fica evidente que um objetivo do autor com a escolha de não incluir no minimalismo uma concepção específica de proposição é evitar as críticas com o seguinte padrão: se proposições são x, o minimalismo pressupõe a noção x de proposição e essa noção é teoricamente problemática, então o minimalismo é problemático. Já que a teoria de Horwich funciona com virtualmente qualquer conceito de proposição, o leitor pode ficar à vontade para interpretar essa teoria da verdade de acordo com a visão de proposição que pensar ser a melhor. Um argumento breve que eu poderia formular para defender essa escolha de Horwich é o seguinte:

---

<sup>1</sup> “[...] it presupposes very little about the *nature* of propositions. Granted, minimalism entails that the notion of proposition not depend on the notion of truth. For the minimalist’s direction of conceptual priority is the other way round: in so far as our concept of truth is constituted by our acceptance of instances of ‘The proposition *that p* is true iff *p*’, we must already be capable of grasping propositions. But this requirement leaves open many possibilities. As far as the minimal theory of truth is concerned, propositions could be composed of abstract Fregean senses, or of concrete objects and properties; they could be identical to a certain class of sentences in some specific language, or to the meanings of sentences, or to some new and irreducible type of entity that is correlated with the meanings of certain sentences. I am not saying that there is nothing to choose amongst these answers. The point is rather that the minimal theory does not require any particular one of them. So that someone who wishes to avoid commitment to ‘propositions’ of any specific sort need not on that score object to the conception of truth that will be elaborated here.”

<sup>2</sup> Meus grifos vêm em sublinhado. Seguirei a convenção de Horwich (1998, *passim*) e usarei as aspas duplas (“ e ”) para falar sobre as palavras e locuções da linguagem na qual eu estou me expressando. Enquanto isso, os colchetes de ângulo (< e >) serão usados para abreviar a expressão “a proposição de que”. Assim, “<P>” significa a proposição de que P.

- A. Se supormos que diferentes teorias da proposição se aplicam a diferentes contextos, então, tanto quanto essas teorias não forem inconsistentes, Horwich pode pressupor todas elas. Com isso, ele poderia alegar que a sua teoria tem a qualidade de se adaptar aos mais variados contextos comunicacionais.

Por exemplo, em contextos **intensionais** talvez seja mais adequado usar uma noção fregeana de proposição. Desse modo, a proposição de que Maria viu a Estrela da Manhã seria diferente da proposição de que Maria viu a Estrela da Tarde. Entretanto, em contextos **extensionais**, parece que se deve usar a noção de Russell de proposição, qual seja: proposições são combinações concretas de objetos e propriedades. Assim, as proposições mencionadas acima na realidade se reduziriam a apenas uma proposição. O leitor verá que preservar a generalidade máxima quanto à aplicação do conceito de verdade é o principal objetivo de Horwich. Nesse sentido, argumentos como esse que eu apresentei são úteis ao minimalismo, uma vez que eles defendem a generalidade do escopo de aplicação desse conceito. No restante deste trabalho, o uso do conceito de proposição será tal como o de Horwich, isto é, usar-se-á a noção de proposição de formas diferentes a depender do contexto filosófico, tentando ser sensível às exigências comunicacionais que cada contexto impõe.

Como já exposto anteriormente, este capítulo começará com uma apresentação do panorama do debate clássico em teoria da verdade. Em seguida, será dito o que é o minimalismo. Nesse sentido, primeiramente será feita uma caracterização geral dele, sanando dúvidas comuns a respeito dessa teoria e, em seguida, será abordado o caráter pragmático do minimalismo. Debater esse tema nos ajudará a entender um aspecto relevante dessa teoria, isto é, o fato de Horwich advogar que o conceito de verdade é bastante independente de outros conceitos quanto à sua compreensão (HORWICH, 1998, p. 11). Horwich se refere a isso como uma espécie de “pureza” (HORWICH, 1998, p. 11).

## 2.1 Panorama geral do debate clássico

Na discussão clássica acerca do conceito de verdade, podemos encontrar três tentativas de definir esse conceito, a saber: (i) a teoria da verdade como correspondência, (ii) a teoria da verdade como coerência e (iii) a teoria pragmatista da verdade. A preocupação dessas teorias tradicionais da verdade era também o conceito geral de verdade, visto que elas tinham pretensões de máxima generalidade. O que caracteriza essas três doutrinas em suas concepções tradicionais é a tentativa de definir o conceito geral de verdade de uma maneira profundamente informativa e não apenas apresentar algum critério para **começar** a entender esse conceito ou

se habilitar para usá-lo, que é o objetivo do minimalismo. **Definir um conceito de uma forma profunda significa apresentar uma definição que diga mais do que o óbvio ou intuitivo a respeito de um *definiendum*, i.e., mais do que o que se sabe *a priori***<sup>3</sup>. Trata-se de dizer no que **consiste** a verdade, ou seja, a composição ou a substância da verdade.

Dito de outro modo: o objetivo dessas teorias tradicionais também é caracterizar o que é a verdade para todos os mundos possíveis. Embora Horwich (1998) não use o conceito de mundo possível, é admissível mencioná-lo para o efeito de esclarecer o objetivo de definir o conceito **geral** de verdade. Veremos que a crítica minimalista que será enfatizada neste texto é basicamente que alguns desses mundos **possíveis** incluem proposições que são **não formuláveis** na nossa linguagem atual. Assim, parece que estamos inviabilizados de saber qual é a essência F da verdade (a propriedade F determinante de todas as verdades), i.e., de apresentar uma definição com a forma “x é verdade se e somente se x é **F**”. Nesse sentido, nos restaria apenas a forma “x é verdade se e somente se x”. Em síntese, existem ou podem existir tantas proposições e, com isso, tantos fatores em relação aos quais o minimalismo precisa dizer o que **é** ou o que **seria** a verdade, sendo algum deles desconhecidos, que parece impossível apresentar uma teoria da verdade com outra forma que não seja a do esquema de equivalência (HORWICH, 1998, p. 11).

Conforme a teoria da verdade como correspondência (i), como David (2015, n.p.) deixa claro, a verdade é ou consiste em uma relação de correspondência da linguagem com os fatos ou com algum fato do mundo. É possível notar a partir de David (2015, n.p.) que a principal preocupação dessas teorias costuma ser o risco de circularidade<sup>4</sup>. O ideal desse tipo de concepção é o de fornecer conceitos mais básicos do que o conceito geral de verdade, em função do qual ou dos quais se possa explicar esse conceito com condições necessárias, suficientes, maximamente gerais e profundas.

É possível parafrasear a ideia acima em termos de objetos e propriedades e não em termos de fatos. Por exemplo, Küne (2003, p. 94-111) faz uma distinção entre duas versões da teoria da verdade como correspondência: (a) uma baseada em objetos e (b) uma baseada em fatos. Assim, existem pelo menos dois padrões de definição para a teoria da verdade como correspondência, os quais se distinguem quanto aos comprometimentos metafísicos:

---

<sup>3</sup> Uma definição é geralmente dividida entre um *definiendum* (a parte a ser definida) e um *definiens* (a parte que busca definir). Por exemplo, líder (*definiendum*) é aquele que comanda e orienta (*definiens*). Veremos que o minimalismo busca se limitar ao que se pode dizer que se sabe *a priori* a respeito da verdade **em geral** e reivindica que isso consiste no que se entende por meio do esquema de equivalência: a proposição de que P é verdadeira se e só se P. Como o leitor verá, para Horwich (1998, p. 50-51, 138), uma teoria “profunda” ou “realmente informativa” é associada a uma teoria *a posteriori* da verdade, que seja capaz de **corrigir** ou **complementar** o que se sabe *a priori* (i.e., intuitivamente) a respeito desse conceito. Outras palavras que ele usa para falar sobre uma teoria *a priori* da verdade são “trivial” e “óbvia”.

<sup>4</sup> Uma definição é considerada circular quando é possível mostrar que o seu *definiens* deve ser entendido em termos do seu *definiendum*. Por exemplo, um triângulo é uma figura geométrica de três ângulos.

(1) A proposição de que P é verdadeira sss P corresponde a algum fato<sup>5</sup>.

(2) “Fa” é verdade sss “a” se refere a algum objeto **a** e **a** corresponde a “F”.

Na tradição analítica de filosofia, um representante clássico do primeiro tipo de teoria é Bertrand Russell (1872-1970). De acordo com Russell, “[...] uma crença é verdadeira quando há um fato correspondente e é falsa quando não há um fato correspondente.” (RUSSELL, 2001, p. 127, tradução nossa)<sup>6</sup>. Outros filósofos que geralmente são associados a uma teoria desse tipo são George E. Moore (1873-1958) e o primeiro Wittgenstein (1889-1951), na sua obra *Tractatus Logico-Philosophicus* (1922). Com algumas modificações, é possível encontrar teorias do segundo tipo que são geralmente inspiradas pelo trabalho técnico de Tarski (1956), mas essa inspiração costuma se ater ao uso de dois conceitos semânticas, referência e satisfação, como noções capazes de definir o conceito geral de verdade. O esquema de definição associado a esse tipo de teoria é o seguinte:

(2.1) “Fa” é verdade sss “a” se refere a algum objeto **a** e **a** satisfaz “F”.

Uma apresentação tradicional dessa forma de compreender a verdade pode ser encontrada também em Field (1972). Mais precisamente, a posição de Field é que os conceitos de referência e satisfação apenas empreendem uma redução parcial do conceito de verdade e que “Para completar a redução nós precisamos reduzir a denotação primitiva a termos não semânticos” (FIELD, 1972, p. 362, tradução nossa)<sup>7</sup>. Segundo Field (1972, p. 362), os únicos termos suficientemente esclarecedores que nos sobram são fisicalistas. Nesse sentido, Field indica a possibilidade de uma teoria causalista da verdade. Essa é uma estratégia de definição que um minimalista negaria porque nada nos garante que todas as proposições tenham uma estrutura na qual há um termo individual cuja relação de referência possa ser explicada causalmente. Do ponto de vista minimalista, uma teoria assim teria sérios riscos de ser limitada<sup>8</sup>.

É importante observar que os problemas que os minimalistas apontam nas teorias da verdade como correspondência não são de equívoco e sim de inadequação teórica (HORWICH, 1998, p. 104-116). Segundo Horwich (1998, p. 104-116; 2010, p. 2), essas teorias ou são como a teoria descrita acima (possivelmente limitadas) ou acabam sofrendo de outros

<sup>5</sup> A sigla “sss” significa “se e somente se”.

<sup>6</sup> “[...] a belief is true when there is a corresponding fact, and is false when there is no corresponding fact”.

<sup>7</sup> “To complete the reduction we need to reduce primitive denotation to nonsemantic terms”.

<sup>8</sup> Essas considerações são baseadas em argumentos análogos aos que Horwich apresenta em *Truth* (1998, p. 111). Esses argumentos se valem da falta de máxima generalidade de uma teoria para rejeitá-la em função da escolha do minimalismo. Sempre que forem usadas expressões como “de um ponto de vista minimalista”, “a posição minimalista” ou “o minimalista”, é pedido ao leitor que interprete isso como uma referência direta a Horwich ou derivada do seu minimalismo.

problemas teóricos (p.e., circularidade ou carência de poder explicativo). Mesmo captando **corretamente** as nossas intuições, as teorias em questão tentam **complementá-las** por meio de definições com critérios de adequação que exigem não apenas correção, mas profundidade. Ao fazer isso, problemas aparecem. Agora vamos à teoria da verdade como coerência.

A doutrina da verdade como coerência (ii) tem basicamente o mesmo propósito acima, mas a propriedade mais básica do que a verdade que é proposta por essa teoria para definir o conceito geral de verdade é a **coerência**. Porém existem divergências quanto a como entender esse termo. Uma forma tradicional de teoria da verdade como coerência foi defendida por Francis H. Bradley (1846-1924). Segundo Young (2018, n.p.), a proposta de Bradley é entender que a verdade **consiste** em uma relação de mútuo suporte explanatório entre proposições. Assim, uma proposição é verdadeira quando ela é explicada em função de outras proposições e quando ela mesma explica outras proposições. Ainda segundo Young (2018, n.p.), a primeira suposição importante para entender essa teoria é a ideia de que não existe uma distinção entre proposições e fatos. Como não existe essa diferença, não é possível defender um modelo correspondencialista tal como apresentado acima. A consequência que é extraída desse tipo de raciocínio é uma espécie de idealismo. Só se pode dizer que existem os conteúdos mentais nos quais se crê e só se pode recorrer às relações que esses conteúdos estabelecem entre si (p.e., coerência) para entender o conceito geral de verdade.

O interessante a respeito da proposta acima é visualizar o esforço em encontrar um fator F em função do qual se possa definir o conceito geral de verdade de uma maneira que **corrija** as nossas intuições. O que um coerentista do tipo acima quer dizer é que as nossas intuições correspondenciais estão equivocadas e que se deve trocá-las por outra forma de entender a verdade, mesmo que essa pareça artificial e possa ter consequências sistêmicas para o nosso raciocínio em geral. Por qual motivo um minimalista rejeita esse tipo de proposta? A razão é que ela altera as nossas intuições **correspondenciais** a respeito da verdade e, como efeito, acaba gerando consequências equivocadas. Vejamos como Horwich descreve uma dessas consequências:

O que veio à mente como errado, para muitos filósofos, sobre esse ponto de vista é a sua recusa em reconhecer o que pareceria uma característica central da nossa concepção de verdade, a saber, a possibilidade de haver alguma discrepância entre o que realmente é verdade e o que iremos (ou deveríamos, considerando todas as evidências possíveis) *acreditar* que é verdade. (HORWICH, 1998, p. 9, tradução nossa, grifos do autor, grifo nosso)<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> “What has struck most philosophers as wrong with this point of view is its refusal to acknowledge what would appear to be a central feature of our conception of truth, namely the possibility of there being some discrepancy between what really *is* true and what we will (or should, given all possible evidence) *believe* to be true.”

A forma clássica de teoria pragmatista da verdade (iii) existe em pelo menos duas versões, mas apenas uma delas interessa a este debate. Charles Sanders Peirce (1839-1914) não deve ser inserido aqui porque ele não apresenta uma definição tradicional do conceito geral de verdade. Como Blackburn (2018, p. 41) reitera, ele apresenta um critério que **poderia** ser usado para selecionar uma crença verdadeira em um cenário ideal – o critério de ser aceita ao **fim** de uma investigação –, mas não uma definição da verdade<sup>10</sup>. Já William James (1842-1910), por outro lado, realmente entende que ser uma crença verdadeira **consiste** em ser uma crença útil. James nos diz o seguinte nesta citação:

As ideias [...] se tornam verdadeiras na medida em que elas nos ajudam a ter uma relação satisfatória com outras partes de nossa experiência, para resumi-las e ampliá-las com atalhos conceituais, em vez de seguir a sucessão interminável de fenômenos particulares. (JAMES, 1975, p. 34, tradução nossa, grifo nosso)<sup>11</sup>.

O vocabulário que James usa nessa passagem deixa relativamente evidente qual é a preocupação dele: ele se interessa em saber o que **torna** uma crença verdadeira. Em outras palavras, que tipo de propriedade ou relação é responsável por fazer uma crença ser verdadeira. É possível dizer que vemos aqui novamente uma preocupação em desvendar algum fator F que defina a verdade por meio da sua constituição, uma vez que, se ser verdade é o mesmo que ser F, então F é o que torna uma crença verdadeira. James também está preocupado em **corrigir** as nossas intuições **correspondenciais** e tenta nos convencer de que a despeito da possibilidade lógica de uma crença ser verdadeira e inútil ao mesmo tempo, deve-se crer que na realidade as crenças verdadeiras são o que são em função da sua utilidade. Esse caráter pouco conservador da proposta de James também torna a sua visão censurável do ponto de vista minimalista, já que esse busca preservar as nossas intuições mais básicas sobre a verdade. Dentre elas está, por exemplo, a intuição de que a realidade é a responsável por tornar as nossas proposições verdadeiras, **a intuição de correspondência** (HORWICH, 1998, p. 104-105).

---

<sup>10</sup> É oportuno notar que toda a discussão deste texto gira em torno dos critérios para entender **quando** uma proposição P é verdadeira e não **se** P é verdadeira. Por exemplo, nos interessa identificar os critérios para entender **quando** pode ser considerado verdade que há vida inteligente em outros planetas. A proposta minimalista é que pode ser considerado verdade que tal e tal sss tal e tal. Assim, não está no escopo desta pesquisa identificar os critérios para saber **se**, p.e., é verdade que há vida inteligente em outros planetas – critérios de constatação ou de verificação. Em outras palavras, o nosso foco de pesquisa é **definir** o conceito de verdade e assim fornecer condições para uma proposição ser verdadeira e não apresentar **critérios** que justificariam uma crença de que certa proposição é verdadeira (CAPPS, 2019, n.p.).

<sup>11</sup> “Ideas ... become true just in so far as they help us get into satisfactory relation with other parts of our experience, to summarize them and get about among them by conceptual short-cuts instead of following the interminable succession of particular phenomena.”

Outras intuições que o minimalismo busca preservar são (1) a intuição de que a verdade é uma propriedade real e (2) a intuição de que a verdade existe enquanto uma propriedade de proposições (HORWICH, 1998, p. 16, 142-144). Notemos que o fato de o minimalismo aceitar a intuição de correspondência não implica que ele aceite uma teoria da correspondência. A diferença entre esses fatores é que a intuição de correspondência é apenas a ideia de que a realidade torna as proposições verdadeiras enquanto uma teoria da correspondência busca fundamentar a tese de que a verdade **consiste** em certa relação com a realidade (HORWICH, 1998, p. 116). É possível aceitar a intuição sem aceitar a teoria mesmo que quando se aceite a teoria também se aceite a intuição. Mais precisamente, é possível assumir, como o leitor verá ao fim desta pesquisa, que a verdade **resulta** de uma relação com a realidade, mas pode não ser **identificada** a ela.

## 2.2 Características do minimalismo de Horwich

Para entendermos o minimalismo, é necessário primeiramente compreendermos a sua motivação, ou seja, a razão pela qual ele é proposto. O minimalismo sobre a verdade é uma concepção motivada pela tese de que “[...] ao investigar a natureza da verdade, nós nos deparamos com os limites da análise” (HORWICH, 1998, p. 1, tradução nossa)<sup>12</sup>. Essa tese, por sua vez, tem como indício a aplicação demasiadamente abrangente do conceito geral de verdade. Horwich (1998, p. 1) chama atenção para alguns exemplos: a verdade é o objetivo da **ciência**, crenças verdadeiras facilitam o **comportamento** bem-sucedido, a verdade é preservada em **raciocínios** válidos, **entender um enunciado** é saber quais circunstâncias o tornam verdadeiro e **asserções avaliativas** não podem ser verdadeiras nem falsas. Ainda segundo o autor (1998, p. 1), uma evidência para a motivação acima é a quase total falta de progresso feita para alcançar o *insight* que precisamos para analisar o conceito geral de verdade. Mas nada disso implica que não haja verdade.

Como referido acima, o minimalismo a respeito da verdade não implica que a verdade não exista ou que ela possa ser eliminada. Horwich (1998, p. 15) considera essa uma posição equivocada que alguns deflacionistas sustentaram e sustentam<sup>13</sup>. Para ele, a propriedade

<sup>12</sup> “[...] in inquiring into the nature of truth we have run up against the limits of analysis”.

<sup>13</sup> Outros dois defeitos comuns do deflacionismo são (1) não esclarecer as condições de adequação de uma teoria da verdade e (2) não apresentar uma teoria completa e precisa para ser avaliada adequadamente (HORWICH, 1998, p. 14-16). Dentre todos esses defeitos, do meu ponto de vista, o mais grave é a carência de uma elaboração completa e precisa (2): uma formulação extensa e detalhada, que possibilite um julgamento justo a respeito das qualidades e dos defeitos do deflacionismo sobre a verdade. Esses problemas ainda existem, mesmo que em um nível menos grave, e serão abordados nesta dissertação.

da verdade é real em algum sentido fraco (HORWICH, 1998, p. 141-142). Contudo, diferentemente de muitas propriedades que são suscetíveis à análise científica ou filosófica, o que de **informativo** pode ser dito sobre a verdade **em geral** de uma forma **inequívoca** é tão escasso que ela é **por si mesma** de pouquíssima valia explicativa. É apropriado ressaltar que a tese **não** é que verdades em particular sejam pouco informativas. Nós, por exemplo, aprendemos muito sobre o caráter de uma pessoa quando descobrimos que é verdade que ela é corrupta. A tese é que nós aprendemos pouco quando aprendemos a usar o conceito geral de verdade e apenas o conceito geral de verdade<sup>14</sup>.

Um exemplo simples pode ajudar a esclarecer esse pensamento. Vamos considerar a tese de que conhecimento é crença verdadeira e justificada. A proposta minimalista é que construções como essa se reportam a uma propriedade alética pouco informativa. Por exemplo, se uma proposição P qualquer é conhecida, ela deve ter alguma propriedade F tal que P é verdade se e somente se P. Todavia, não interessa que propriedade F é essa desde que ela garanta essa equivalência. A hipótese minimalista é que essa equivalência informa tudo que o epistemólogo tradicional **pode** supor para usar o conceito de verdade no seu nível mais elevado de generalidade, ou seja, ele não dispõe de uma teoria profunda sobre esse conceito (HORWICH, 1998, p. 50). Segundo o minimalismo, esse padrão se repete em todos os casos de aplicação do conceito **geral** de verdade, fazendo dele um conceito por si mesmo pouco explicativo (HORWICH, 1998, p. 10, 11, 50, 146).

Veremos que o objetivo do minimalismo é fornecer o elemento mínimo necessário a respeito do uso do conceito de verdade, que **precisa** ser respeitado por alguém em qualquer cenário atual ou possível (conhecido ou desconhecido por nós). Segundo Horwich (1998, *passim*), esse elemento consiste no fato de que, para qualquer proposição P, a proposição de que P é verdadeira é equivalente a P. Essa equivalência, no entanto, não deve ser compreendida como implicando alguma identidade de significado entre os seus lados – ver-se-á argumentos nesse sentido no decorrer do texto. Essa pretensão de, por meio do esquema de equivalência, apresentar apenas o indispensável a respeito do conceito de verdade é a **marca distintiva** do deflacionismo e, por consequência, do minimalismo<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> A informatividade do conceito de verdade deve ser distinguida da informatividade de verdades individuais. O fato de uma verdade ser muito ou pouco informativa não torna o nosso aprendizado do conceito **básico** de verdade mais ou menos informativo. Em outras palavras, diferenças específicas entre os exemplares de um tipo não tornam o conceito relativo a esse tipo mais ou menos informativo. Por exemplo, as variedades entre cachorros não tornam o conceito **básico** de cachorro mais informativo. Isso apenas afeta a informatividade das aplicações desse conceito.

<sup>15</sup> Esse aspecto distintivo é justamente o responsável por diferenciar o minimalismo do primitivismo. Segundo Horwich (1998, p. 138-139), embora primitivistas como Moore e Davidson também afirmem que **não** é possível definir explicitamente o conceito geral de verdade, eles rejeitam a hipótese minimalista de que o essencial a respeito desse conceito se limite ao que nós aprendemos por meio do esquema de equivalência.

Como o leitor pôde notar, o minimalismo tem pretensões bastante ambiciosas, mas até que ponto é possível dizer algo profundo (i.e., que vá além do óbvio) com um escopo tão abrangente? A resposta minimalista é que realmente não é possível fazer isso (HORWICH, 1998, p. 118-119). Conforme o minimalismo, a abrangência do escopo de aplicação do conceito geral de verdade pode nos levar a pensar que é quase impossível encontrar de uma maneira profunda algo em comum entre todas as suas aplicações, mas, ainda assim, isso nos parece necessário, dada a variedade de aplicações desse conceito. A expectativa é que, uma vez esclarecido **apenas** esse conceito, uma série de outros conceitos também possam ser elucidados (HORWICH, 1998, p. 2).

A posição minimalista, no entanto, é que a generalidade no emprego do conceito de verdade é inversamente proporcional à sua capacidade explicativa. Quanto mais esse conceito tem um escopo vasto de aplicação, menos informativo e específico ele se torna. Isso, por sua vez, faz ser difícil encontrar um conjunto de condições necessárias, suficientes, maximamente genéricas e **profundas** para definir esse conceito. Esse objetivo parece ainda mais difícil ou até impossível quando se pensa que a metodologia filosófica padrão é basear a prática de analisar um conceito nas nossas intuições ordinárias e no nosso conhecimento limitado. Uma analogia com o conceito de existência pode nos ajudar a entender melhor o que foi dito até aqui.

O conceito geral de **existência** é um bom exemplo de conceito desse tipo acima. A suposição implícita nessa analogia é que o que pode ser dito de **inequívoco** e **geral** no que diz respeito ao critério **básico** de aplicação do conceito de existência também é pouco informativo. Por exemplo, poder-se-ia pensar que tudo existe, com exceção feita ao que não existe. Propostas mais informativas podem certamente ser dadas. Por exemplo, só existem as entidades que têm algum poder causal, só existem as entidades que desempenham algum papel explicativo nas nossas melhores teorias ou só existem as entidades concebíveis. Entretanto, essas propostas podem ser atacadas por sua arbitrariedade, caso tenham a pretensão de explicar todo o escopo de aplicação do conceito de existência; ou por sua limitação, caso não tenham esse objetivo. Desse modo, um minimalista a respeito da existência deveria defender uma resposta trivial para a questão do ser (o que é a existência em si mesma?), supondo que ele queira dar a resposta **mais geral e inequívoca possível**. Do ponto de vista minimalista, esse padrão de raciocínio se aplica também ao conceito geral de verdade.

Em suma, a despeito das aparências, o conceito geral de verdade é por si mesmo pouco útil para construir uma teoria da verdade que diga mais do que o óbvio e com máxima abrangência. Conforme o autor (1998, p. 23-24), é em associação com outras teorias (p.e., uma teoria do sucesso prático, uma teoria dos fatos, etc.) que o conceito geral de verdade pode dar

conta de fornecer as explicações relevantes que geralmente se espera de uma teoria geral da verdade. Não é a teoria da verdade em si mesma que é profunda; é uma teoria da verdade associada a outras teorias. Abaixo poderemos entender melhor esse ponto.

A situação descrita até aqui é basicamente a acusação de um problema nas teorias tradicionais da verdade que foram apresentadas anteriormente. Elas buscam máxima generalidade e profundidade, mas o minimalista sustenta que esses objetivos são incoerentes porque, na medida em que uma teoria da verdade ganha generalidade, ela perde especificações e, com isso, profundidade. Por exemplo, uma teoria da verdade em termos de referência e satisfação é mais profunda do que o minimalismo, mas também é mais limitada porque só se aplica a uma classe de proposições. Mais razões nesse sentido serão apresentadas no próximo capítulo.

Em face do problema mencionado acima, o minimalista propõe não apresentar uma teoria da verdade que seja ao mesmo tempo maximamente abrangente e profunda, i.e., **não** limitada ao que se sabe *a priori* sobre a verdade<sup>16</sup>. Como a abrangência dessa teoria sacrifica a sua especificidade e, com isso, o seu poder explicativo, o minimalista decide apresentar o conceito de verdade da forma mais **geral** e **inequívoca** possível, mas sem fazê-lo de uma maneira não óbvia. Veremos que os enunciados da teoria minimalista são todos eles instâncias de uma forma lógica (o esquema de equivalência) que, como de costume, entende-se *a priori*. Assim, o minimalismo não busca dizer mais do que o que já se sabe de maneira intuitiva a respeito do conceito geral verdade, sendo o seu foco somente organizar essa informação por meio de uma forma lógica e não a **complementar** ou **corrigi-la** (HORWICH, 2012, p. 21-25, 57-59). De tal modo, o objetivo do minimalismo é apresentar o **conteúdo básico** do conceito de verdade, **necessário** para alguém em **qualquer** cenário atual ou possível (conhecido ou desconhecido por nós) alegar de maneira **inequívoca** que está usando esse conceito<sup>17</sup>. Como já

---

<sup>16</sup> Horwich concebe uma teoria **profunda** da verdade como uma teoria que apresente as condições gerais que definem o conceito de verdade (HORWICH, 1998, p. 2, 52, 119). Tais condições, todavia, não são algo que nós conhecemos meramente *a priori* – portanto, conhecemos *a posteriori* – tal como o que é sabido por meio do esquema de equivalência (HORWICH, 1998, p. 50-52). No entanto, Horwich pensa que o máximo que pode ser feito no sentido de explicar o conceito **geral** de verdade consiste no que se entende por meio do esquema de equivalência, cujas instâncias nós entendemos *a priori* (HORWICH, 1998, *passim*).

<sup>17</sup> Horwich usa pelo menos nove vezes a expressão “teoria básica” para abordar a sua própria teoria ou como ela difere de outras, que pretendem ser básicas, mas que, segundo ele, acabam não sendo (HORWICH, 1998, p. 11, 12, 61, 108, 112, 116, 126, 136, 138). Eu interpreto que a sua teoria básica seja uma teoria para nos fazer entender um conceito básico no sentido acima descrito. Como o leitor já percebeu, esta dissertação vai se referir ao conceito básico de verdade também como “conceito geral” porque esse conceito básico diz respeito às condições necessárias e suficientes para alguém em **qualquer** cenário usar ou aprender esse conceito. Outras expressões que serão usadas são “conceito mínimo” e “conteúdo mínimo do conceito de verdade” porque o conceito geral ou básico de verdade supostamente diz respeito ao montante mínimo de informação que é veiculada por meio do conceito de verdade.

aludido, o recurso teórico que o minimalismo propõe que seja usado para esse objetivo é uma forma lógica, o esquema de equivalência:

(E) A proposição de que P é verdadeira sss P<sup>18</sup>.

Para evidenciar o que foi dito acima, vejamos como o próprio Horwich apresenta os seus objetivos de criar uma teoria com proposições necessariamente verdadeiras, que sejam responsáveis por **elucidar** o montante **básico** de informação veiculada quando se faz uma atribuição de verdade em qualquer cenário. Mais precisamente, o minimalismo tem proposições (as instâncias de E acima) que são ou podem ser necessariamente verdadeiras, caso não tenham sido formuladas ainda, mas sejam formuláveis; ou que seriam necessariamente verdadeiras, caso fossem formuláveis (“<p>” significa “a proposição de que p”):

[...] podemos caracterizar os ‘axiomas de equivalência’ para proposições não formuláveis, considerando o que resultaria se nós *podéssemos* formulá-las e se nós *podéssemos* instanciar essas formulações em nosso esquema de equivalência. Assim, podemos especificar os axiomas da teoria da verdade como o que é expressado quando o esquema

(E) ‘<p> é verdadeira sss p’

é instanciado por sentenças em qualquer extensão possível do inglês. (HORWICH, 1998, p. 19, tradução nossa, grifos do autor, grifos nossos)<sup>19</sup>.

Vejamos abaixo que Horwich alega que as proposições do minimalismo são necessariamente verdadeiras e **explicativamente básicas** ou **fundamentais** (“TM” significa “teoria minimalista”):

Pode-se supor, por exemplo, que as verdades *necessárias* sejam distinguidas por serem *explicativamente fundamentais*. Nesse caso, dado nosso argumento no sentido de que a TM é explicativamente básica, conclui-se que seus axiomas são necessários. (HORWICH, 1998, p. 21, tradução nossa, grifos do autor, grifos nossos)<sup>20</sup>.

<sup>18</sup> A forma como Horwich usa esse esquema não envolve detalhes lógicos complexos. Trata-se de um uso largamente intuitivo. Este texto segue Horwich e não faz também nenhum detalhamento lógico do esquema de equivalência, já que isso acabaria apresentando uma versão desse esquema que não é a versão que Horwich tem a pretensão de usar.

<sup>19</sup> “[...] we can characterize the ‘equivalence axioms’ for unformulatable propositions by considering what would result if we *could* formulate them and *could* instantiate those formulations in our equivalence schema. Thus we may specify the axioms of the theory of truth as what are expressed when the schema

(E) ‘<p> is true iff p’

is instantiated by sentences in any possible extension of English.”

<sup>20</sup> “It might be supposed, for example, that the *necessary* truths are distinguished by being *explanatorily fundamental*. In that case, given our argument to the effect that MT is explanatorily basic, it would follow that its axioms are necessary.”

A alusão a proposições não formuláveis feita acima é **um** eixo fundamental ao redor do qual toda a teoria minimalista **pode** ser mais bem defendida<sup>21</sup>. Por alguma razão, Horwich (1998, *passim*) não chama tanta atenção para esse tema ao longo do seu texto, *Truth* (1998). Mas, como o leitor verá, esse tema será mencionado repetidas vezes ao longo deste texto. Tentarei mostrar que é possível assentar uma defesa convincente do minimalismo não apenas na adequação *a priori* do esquema de equivalência para entender o conceito geral de verdade. Também é possível fazer isso por meio do fato de que o minimalismo busca ser uma teoria para **possíveis proposições não formuláveis cujas propriedades em função das quais elas se tornam verdadeiras nós não conhecemos** (doravante, apenas “proposições não formuláveis”). Notemos que, quando se assume que podem existir proposições assim, decorre um problema de teorização:

(T) Como se pode saber de fato qual é a propriedade universal F responsável por fazer verdades (a essência ou substância da verdade), se pode haver um ponto cego no nosso conhecimento a respeito desse tipo de propriedade?

Assim, para lidar com a possibilidade lógica acima, parece ser melhor encontrar uma forma de entender o conceito geral de verdade sem o recurso de uma propriedade universal F responsável por fazer proposições verdadeiras (*truthmaking*). Mas como fazer isso? A resposta minimalista é que se **deve** usar o esquema de equivalência, já que ele é o único recurso disponível que **não** exhibe nenhuma propriedade F, ou seja, que não diz **explicitamente** o que é a verdade (HORWICH, 1998, p. 20), mas ainda assim mostra a nossa forma geral de entender sob quais condições proposições se tornam verdadeiras. Ao que me parece, esse recurso é o melhor que pode ser utilizado para entender o conceito geral de verdade dentro do contexto que foi descrito acima – um contexto que considera proposições não formuláveis. Esclarecerei mais esse tópico das proposições não formuláveis.

As proposições que são conhecidas são aquelas que estão formuladas e as proposições que não são conhecidas são ou formuláveis ou não formuláveis. Conhecer uma proposição P aqui não é o mesmo que ter conhecimento proposicional a respeito de P e sim saber da existência de P. Horwich não diz muito a respeito das proposições não formuláveis,

---

<sup>21</sup> Um autor que também entende o minimalismo com especial atenção às proposições não formuláveis é Keith Simmons (2016). Outro autor que poderia concordar com esse entendimento é Sten Lindström. Para Lindström (1999, p. 113), segundo o minimalismo, é importante para a nossa compreensão do predicado da verdade e para a noção de verdade perceber que esse predicado sempre pode ser aplicado a novas sentenças que não são expressáveis. Esse autor não propõe fundamentar o minimalismo nesse aspecto da teoria, mas, para ele (1999, p. 113), esse aspecto é aquele que nos possibilita entender essa teoria da forma mais sensível – eu estou de pleno acordo com esse ponto. É importante frisar que ambos, Lindström e Simmons, embora sejam críticos do minimalismo, não rejeitam a hipótese de que **podem** existir proposições não formuláveis.

mas, para entender melhor a noção de proposição não formulável, pode-se usar o recurso da extensão **possível** de uma língua natural, usado por Horwich (ver citação acima) – no nosso caso, do português. Assim, uma proposição não formulável pode ser caracterizada como uma proposição formulável em uma extensão possível do português atual, mais expressiva do que esse último. Desse modo, existiriam proposições formuláveis nessa extensão do português atual que seriam **não formuláveis** no nosso português, quem sabe por limitações sintáticas ou semânticas dele.

Talvez uma analogia com a Lógica possa iluminar a hipótese de que **podem** existir proposições não formuláveis: do mesmo modo que existem proposições de uma linguagem lógica que não podem ser expressadas em outra linguagem lógica, também podem existir supostamente proposições que a linguagem natural atual não pode expressar. Mais precisamente, dadas duas linguagens  $L_1$  e  $L_2$ , sendo  $L_2$  mais expressiva do que  $L_1$ , há proposições formuláveis em  $L_2$  que são **não formuláveis** em  $L_1$ . Por exemplo, supondo que existam proposições vácuas, então essas proposições são formuláveis pela linguagem da lógica livre (*free logic*), mas são **não formuláveis** pela linguagem da lógica de predicados clássica. A hipótese de que **podem** existir proposições não formuláveis é introduzida por Horwich, penso eu, para assumir que os seres humanos **podem** ter limites de expressividade e para não acabar assumindo que as nossas capacidades expressivas são ilimitadas, o que seria muito implausível.

Como pode-se ver, o objetivo do minimalismo é especificar, para qualquer proposição  $P$ , o que significa ou **significaria** fazer uma atribuição de verdade, mesmo que  $P$  não seja formulável. Horwich não apresenta nenhum argumento minimalista para supor (no contexto de uma teoria **geral** da verdade) que **podem** existir proposições não formuláveis. Mas, como ver-se-á no corpo deste texto, existem pelo menos duas razões que eu penso que possam ser levadas em consideração para motivar a suposição (no contexto de uma teoria **geral** da verdade) de que podem existir proposições não formuláveis.

Com objetivos tão ambiciosos assim, é de se esperar que a teoria minimalista tenha pouco ou quase nada a dizer, uma vez que ela tem a pretensão de descrever as condições de aplicação do conceito de verdade para além dos limites das proposições que os humanos conhecem ou são capazes de conhecer.

Se as coisas são como descritas acima, então é natural que se pergunte qual é o conteúdo geral do conceito de verdade. Segundo Horwich (1998, *passim*), dada qualquer proposição  $P$ , se  $P$ , então existe uma proposição equivalente segundo a qual a proposição de que  $P$  é verdadeira. Conforme o autor (1998, *passim*), essa equivalência é responsável por informar o conteúdo geral do conceito de verdade ou, pelo menos, o conteúdo geral que nós

somos capazes de acessar. Mas alguém poderia se perguntar pela razão em função da qual as instâncias dessa equivalência são verdadeiras e assim tentar ir mais fundo no objetivo mencionado. Vejamos a posição minimalista a esse respeito e depois voltemos a falar sobre a capacidade do esquema de equivalência de comunicar o conceito geral de verdade.

O porquê de as instâncias da equivalência sob debate serem o caso não é revelado pelo minimalismo. Para Horwich (1998, p. 30), o minimalismo busca inverter a ordem de justificação tradicional. Enquanto é possível dizer que as teorias da verdade tradicionais tentaram apresentar por qual razão as equivalências em questão são o caso, o minimalismo entende que se pode aceitar de maneira bruta esse fato e justificar os demais fatos a respeito da verdade a partir dele. Uma boa razão para não precisar justificar essa equivalência é o fato de que as instâncias do esquema de equivalência são *a priori*. Do mesmo modo que não é preciso justificar o fato de saber-se que todo solteiro é um não casado, não é preciso justificar o fato de saber-se que se é verdade que a neve é branca, então a neve é branca e vice-versa. Mais razões de Horwich para não recorrer a essa justificação serão debatidas nos próximos capítulos, mas a ideia é que tanto não é preciso de uma justificação assim quanto é geralmente muito problemático quando alguém tenta fazê-lo por meio, por exemplo, de uma tentativa de analisar o conceito geral de verdade. Voltemos a falar sobre a capacidade do esquema de equivalência de comunicar o conceito geral de verdade.

Os fatos descritos pelas instâncias do esquema de equivalência supostamente declaram qual é o volume mínimo de informação que é transmitido por meio do uso do conceito geral de verdade. Mais precisamente, quando se emprega o predicado da verdade (“é verdade”), comunica-se a intenção de declarar ou afirmar algo. No corpo deste texto, falar-se-á de maneira mais extensa a respeito dessa facilidade linguística. Por ora, é útil notar alguns processos gramaticais relativos ao emprego do predicado da verdade, pois esses processos são fundamentais para compreender como o minimalismo usa os papéis de “é verdade” para entender o conceito geral de verdade. Para pensar sobre a equivalência do tipo acima, precisa-se supor que existe uma identidade da seguinte forma:

(I) “P” = “a proposição de que P”, um termo que ocupa o lugar de uma **variável individual** na forma “x é verdadeira”.

Essa identificação envolve um processo de **nominalização**, i.e., o processo de fazer algo que não é um nome atuar como um nome. No entanto, para o efeito de comunicar a intenção de declarar que P, ainda é preciso outro recurso. O recurso de linguagem natural que se usa geralmente para causar esse efeito é o predicado da verdade, que empreende uma **desnominalização**, i.e., um processo que faz a expressão “a proposição de que P” atuar como

uma proposição (algo com poder declarativo) por meio da suplementação do predicado da verdade – existe certa forma de generalização envolvida nesse processo que ficará mais clara no decorrer do texto. Em alguns contextos, essa função de desnominização nos propicia a vantagem de não ser necessário mencionar um conteúdo proposicional P quando, por exemplo, o nosso substantivo é algo como “tudo que ele disse” (p.e., tudo que ele disse é verdade) e não “a proposição de que P”. Assim, sempre que o conceito geral de verdade aparece empregado, ele aparece com a função mínima de comunicar algum tipo de poder declarativo. Mas o que nós fazemos quando declaramos?

Via de regra, a posição minimalista é tal que quando nós declaramos que tal e tal, nós queremos dizer que tal e tal. Mas essa posição ainda pode deixar alguma dúvida em muitos filósofos. Eles poderiam se perguntar: mas o que nós queremos **realmente** dizer quando dizemos que tal e tal? Vejamos o que Horwich pode dizer a esse respeito na seguinte citação:

[...] se, à luz dos exemplos acima, nós fôssemos reformular o minimalismo, usando o esquema qualificado

‘*p*’ tem um ‘conteúdo factual’ →  
(A proposição de que *p* é verdadeira sss *p*)

(quando a noção de ‘conteúdo factual’ é explicada em termos não alético-teoréticos, em termos de ‘uso’ ou de ‘papel conceitual’), nós deixaríamos intacto o coração da perspectiva minimalista. (HORWICH, 1999, p. 247, tradução nossa, grifos do autor)<sup>22</sup>.

Em outras palavras, pode-se afirmar que a nossa intenção ao declarar algo é comunicar que algo ocorre, supondo uma noção de **fato** ou **ocorrência** que não seja problemática para alguém preocupado com uma teoria da verdade. A citação acima é uma das mais úteis para mostrar que o minimalismo não é uma posição que contraria as nossas intuições correspondenciais a respeito da verdade. Na realidade, o minimalismo busca incorporar a intuição de correspondência, ou seja, a intuição de que a realidade é a responsável por tornar as nossas proposições verdadeiras (HORWICH, 1998, p. 104-105). Esse aspecto do uso mínimo do conceito de verdade de ser equivalente a uma afirmação motiva a ideia de Horwich (1998, p. 6) de que o minimalismo sobre a verdade não contém nada mais do que o que é apresentado

<sup>22</sup> “[...] if, in light of the above examples, we were to reformulate minimalism using the qualified schemata

‘*p*’ has ‘factual content’ →  
(The proposition that *p* is true iff *p*)

(where the notion of ‘factual content’ is explicated non-truth-theoretically, in terms of ‘use’ or ‘conceptual role’), we would leave intact the core of the minimalistic perspective.”

pelas instâncias **incontroversas** do esquema de equivalência<sup>23</sup>. Vamos esclarecer mais esse ponto.

Ao se referir ao nosso entendimento da palavra “verdade”, Horwich (1998, p. 37) qualifica o seu minimalismo como a concepção segundo a qual o nosso entendimento dessa palavra é constituído pela prática de usá-la com o objetivo de desempenhar certa função de generalização (tal como aludido acima). Essa prática, por sua vez, tem como padrão básico a nossa inclinação para aceitar as instâncias do esquema de equivalência. Em outras palavras, entende-se “verdade” quando se usa esse vocábulo em construções gramaticais como as mencionadas acima, e essa prática linguística segue, por sua vez, certo padrão que pode ser compreendido por meio do esquema de equivalência – cujas instâncias geralmente são aceitas. A função do conceito geral de verdade de permitir a formulação explícita de generalizações ficará mais clara no texto. O que interessa aqui é entender que o objetivo do minimalismo é informar, por meio do emprego do esquema de equivalência, apenas o suficiente para qualquer um em qualquer cenário compreender o conceito de verdade.

Mas como exatamente um minimalista defende a sua posição? Uma possibilidade disponível é a rejeição de uma teoria maximamente geral e profunda (não óbvia) da verdade por meio de uma rejeição de uma **definição tradicional** ou **explicação tradicional** do conceito geral de verdade. Uma definição assim consiste em condições necessárias e suficientes, maximamente gerais, inequívocas e profundas, i.e., que sejam capazes de informar mais do que o esquema de equivalência acima (HORWICH, 1998, p. 121). Para saber como isso pode ser feito, vejamos o que Horwich diz na seguinte citação quando ele se refere à suficiência das instâncias do esquema de equivalência em elucidar o uso do conceito geral de verdade:

[...] o deflacionista sustenta que, uma vez que os nossos comprometimentos com esses esquemas dão conta de tudo que nós fazemos com o predicado da verdade, nós podemos supor que eles o definem implicitamente. Nossa aceitação bruta das suas instâncias constitui a nossa compreensão do conceito de verdade. Nenhuma análise conceitual é exigida – nenhuma definição com a forma

‘verdade’ significa ‘*F*’

onde ‘*F*’ é alguma expressão composta por termos que são mais básicos do que o predicado da verdade. (HORWICH, 1999, p. 240, tradução nossa, grifos do autor, grifo nosso)<sup>24</sup>.

<sup>23</sup> O tema das instâncias controversas desse esquema será abordado no último capítulo deste texto.

<sup>24</sup> “[...] the deflationist maintains that, since our commitment to these schemata accounts for everything we do with the truth predicate, we can suppose that they implicitly define it. Our brute acceptance of their instances constitutes our grasp of the notion of truth. No conceptual analysis is called for—no definition of the form

‘true’ means ‘*F*’,

No corpo deste texto, ver-se-ão argumentos que defendem o minimalismo ao rejeitar a viabilidade de formas de definir o conceito geral de verdade com o padrão citado acima, chamadas aqui de “definições tradicionais”. No entanto, é possível adiantar que existem basicamente três formas tradicionais de definir um conceito. Duas delas são explícitas e uma delas é implícita. Uma **definição explícita** é uma definição em termos de condições necessárias e suficientes, geralmente apresentadas por meio de uma equivalência (p.e.,  $x \text{ sss } y$ ), cujo propósito é (i) eliminar ou (ii) substituir (em contextos extensionais) um conceito por meio de outros conceitos (IMAGUIRE e BARROSO, 2006, p. 27-28).

Antes de apresentar exemplos dessas definições, é importante frisar que elas têm alguns critérios de adequação tais como (i) permutabilidade em todos os contextos extensionais, (ii) não circularidade e (iii) não redundância, que precisam ser atendidos para que a definição possa ser considerada satisfatória (IMAGUIRE e BARROSO, 2006, p. 27). Veremos que Horwich argumenta contra a adequação de certas teorias da verdade como correspondência ao criticar (i) a sua falta de generalidade e, desse modo, a sua não permutabilidade em **todos** os contextos extensionais, (ii) a sua circularidade e (iii) a sua redundância – ou seja, a apresentação de conceitos que não dizem nada de relevante e que só repetem o *definiendum* em outras palavras.

Saibamos que quando uma definição explícita elimina um conceito, ela fornece um sinônimo. Essas definições são chamadas também de “análises” (i.e., definições analíticas ou nominais) ou “definições atômicas”, no vocabulário de Horwich (1998, *passim*). Por exemplo, “solteiro” define-se como “não casado”. Já quando uma definição substitui um conceito, ela fornece uma forma de redução<sup>25</sup>. Nesse caso, a definição ou abordagem da verdade é chamada de “substancial” (HORWICH, 1998, p. 110). Outra palavra comum e que tem o mesmo significado que a palavra “substancial” é “real”. Horwich (1998, p. 33-37) também chama essas definições de “definições contextuais” porque elas oferecem um conjunto de regras, baseadas em certos contextos, para executar uma redução. Um exemplo de definição assim é o seguinte: o ouro define-se como o elemento químico cuja massa atômica é 196.96u.

De acordo com Horwich (1998, p. 33-37), a **forma implícita** tradicional de definição consiste em um conjunto limitado de princípios que pretendem **esgotar** os nossos

---

where ‘*F*’ is some expression composed of terms that are more basic than the truth predicate.”

<sup>25</sup> Uma definição é redutiva quando ela define um termo *x* em função de um vocabulário distinto do vocabulário no qual *x* é geralmente expressado. Por exemplo, “ouro” é geralmente expressado em termos de um vocabulário fenomênico, ou seja, em termos da aparência do ouro, mas uma definição redutiva desse termo (“ouro”) pode substituí-lo por termos de um vocabulário physicalista.

comprometimentos responsáveis por **fixar** a compreensão de certo conceito. A proposta não é que essa forma de definição seja exposta de uma maneira explícita. Trata-se de acompanhar os papéis ou usos de um conceito e identificar todos os princípios **implícitos** que regem a aplicação desse conceito dentro dos seus contextos de uso. Segundo o nosso autor (1998, p. 33-37), um exemplo paradigmático desse tipo de definição seria o seguinte: tome-se o caso de uma geometria. Pode-se examinar as suas inferências e observar os papéis que o conceito de ponto desempenha nelas. Por meio desses papéis, pode-se depreender uma lista finita de princípios que teoricamente esgotam tudo que se sabe sobre o que é ser um ponto.

Todas essas definições devem ser profundas, i.e., elas devem nos fazer ganhar algum entendimento a respeito do conceito geral de verdade que não se tinha antes da apresentação da teoria. Elas não podem se limitar ao que se sabe *a priori* sobre a verdade. Algo que há em comum entre essas formas de fazer definições e que o minimalista rejeita é uma metodologia de fornecer definições por meio de um conjunto **limitado** de princípios. Isso ocorre porque o minimalismo opta por uma definição implícita de caráter ostensivo, ou seja, uma definição com um conjunto potencialmente **ilimitado** de princípios com a forma do esquema de equivalência: uma lista de instâncias desse esquema.

Como dito, a forma de definição na qual Horwich confia para entender o conceito geral de verdade também é implícita, mas não é como as definições implícitas tradicionais mencionadas anteriormente. Horwich (1998, p. 34) chama suas definições de “definições de uso”. Como também já dito, a classe de definições implícitas em questão é ostensiva, ou seja, ela engloba definições por exibição direta. Por exemplo, uma definição ostensiva do conceito de computador pode ser apenas a exibição de um computador. Segundo o minimalismo, uma definição ostensiva do conceito geral de verdade depende de instâncias do esquema de equivalência, proposições especiais que **exibem condições de verdade**.

Veremos ao longo deste texto algumas razões minimalistas para rejeitar as formas tradicionais de definir conceitos e preferir a forma ostensiva. Contudo, o principal dado que o leitor deve manter em mente a esse respeito é o fato de que o minimalismo busca uma definição do conceito de verdade segundo qualquer aplicação desse conceito a qualquer proposição P, conhecida por nós ou não (HORWICH, 1998, p. 18-20). Isso torna as definições tradicionais não atrativas. Essas definições não só são baseadas em um número limitado de princípios, mas também se limitam ao que nós conhecemos a respeito das propriedades verificadoras (*truthmaking properties*) das proposições e esse conhecimento pode não ser toda a história a respeito das formas de ser verdade (lembramos da hipótese das proposições não formuláveis).

Agora que o leitor está a par do caráter geral do minimalismo, é possível iniciar a apresentação das considerações a respeito da relação entre minimalismo e pragmatismo. Essa relação nos serve para abordar o caráter **puro** do minimalismo, o qual é responsável por distingui-lo de outras posições deflacionárias ou relativamente deflacionárias que existem na literatura. Por exemplo, o deflacionismo pragmático de Huw Price (1998) ou o minimalismo de caráter pluralista de Crispin Wright (1992). Entender a pureza do minimalismo é crucial para entender essa teoria.

### 2.3 Pragmatismo e minimalismo

O fato de Horwich usar o conceito de **uso** e até formular a sua posição em termos do uso do predicado da verdade pode nos levar a pensar que o minimalismo é uma forma tradicional de pragmatismo sobre o conceito de verdade, que define **explicitamente** esse conceito em termos de uso. Também vale acrescentar que a teoria do significado que Horwich (1998, p. vii) defende ao longo da sua teoria da verdade é uma teoria de uso. No entanto, vejamos, por exemplo, o que Horwich diz na seguinte citação:

[...] nenhum fato adicional sobre o predicado da verdade – nada além de nossa lealdade ao esquema de equivalência – é **necessário** para explicar *qualquer* uma de nossas maneiras de usá-lo. (HORWICH, 2001, p. 150, tradução nossa, grifo do autor, grifo nosso)<sup>26</sup>.

Nessa citação, Horwich demonstra a sua resistência em introduzir outros fatos (p.e., fatos sobre utilidade, sucesso prático, etc.) no conjunto dos fatos **necessários** para explicar a nossa forma de usar o predicado da verdade. Esse purismo do minimalismo implica, dentre outras coisas, que o teor da relação entre pragmatismo e minimalismo depende do tipo de pragmatismo ao qual alguém adere. Por exemplo, já foi anunciado que Price propõe uma forma de deflacionismo mais claramente pragmática segundo a qual ser uma proposição verdadeira implica **necessariamente** alguma norma distintiva de asserção. Mas esse não é o tipo de deflacionismo de Horwich. Na realidade, como ficará mais claro neste texto, serão apresentados os argumentos de Horwich (2016a) contra essa forma de entender o conceito de verdade. Segundo Horwich, as relações para as quais o pragmatismo sobre a verdade chama atenção são “certamente alguma coisa para ser *explicada*, não meramente estipuladas na própria definição da verdade” (HORWICH, 1998, p. 9, tradução nossa, grifo do autor)<sup>27</sup>. As relações em questão

<sup>26</sup> “[...] no further fact about the truth predicate – nothing beyond our allegiance to the equivalence schema – is needed to explain *any* of our ways of using it.”

<sup>27</sup> “[...] is surely something to be *explained*, not merely stipulated in the very definition of truth.”

são as conexões entre verdade e sucesso prático, verdade e utilidade ou verdade e o objetivo ou fim de uma investigação. Horwich rejeita teorias que definem o conceito básico de verdade por meio dessas noções pragmáticas. Essa rejeição o separa de muitos neopragmatistas – p.e., Huw Price (1953-) e Hilary Putnam (1926-2016).

O purismo descrito acima é uma posição motivada pela tentativa do minimalismo de explicar aplicações do conceito de verdade a respeito das quais nós não temos nenhuma informação proposicional, por elas serem relativas a possíveis proposições desconhecidas. Em outras palavras, ao tentar explicar como **seria** aplicar o conceito de verdade a proposições não formuláveis, o minimalismo está impedido de entender como intrínseco ao conceito geral de verdade qualquer evento que esteja vinculado às nossas experiências particulares. A razão para tanto é o fato de nós não sabermos se as proposições em questão, uma vez conhecidas, seriam algo com um caráter pragmático. De uma maneira geral, como as proposições não formuláveis estão fora do limite das nossas experiências, então nenhuma informação que dependa delas (as nossas experiências) deve ser associada intrinsecamente ao conceito **geral** de verdade, o qual contempla essas proposições.

Uma consequência desse purismo é que Horwich **não** deixa clara ao longo do seu texto, *Truth* (1998), é a seguinte: não pode haver teorias *a posteriori* a respeito do conceito **geral** de verdade – às quais ele se refere como teorias “profundas” ou “realmente” informativas. Por exemplo, não pode haver uma teoria da verdade que dependa de certa análise da articulação das proposições que só chegou até nós por meio de investigações empíricas a respeito da natureza das proposições. Afinal, mesmo que seja um dado *a priori* que haja proposições, nós só sabemos *a posteriori* como essas proposições são (p.e., que elas têm certa composição), como elas se relacionam com outras proposições (p.e., via coerência) e a que propósitos elas servem (p.e., que elas podem ser úteis). Para tanto, nós fazemos descrições empíricas do funcionamento da linguagem humana. Horwich quer desvincular o conceito de verdade dos resultados dessas descrições para atingir uma teoria genuinamente abrangente da verdade.

Assim, o que nos resta é fazer uma caracterização puramente formal da verdade, que não mencione nenhuma característica proposicional universal responsável por fazer proposições verdadeiras (*truthmaking*), já que todas as características que nós conhecemos se limitam às proposições que nós dominamos. No entanto, essa caracterização ainda deve ser capaz de nos informar o que significa fazer uma atribuição de verdade. Isso pareceria **impossível** se não fosse a existência do esquema de equivalência, uma **forma** lógica que nos permite construir proposições nas quais condições de verdade são exibidas. Desse modo, com o esquema de equivalência, se é capaz de fazer uma caracterização puramente formal da verdade

e que ainda nos ensina o que significa dizer que algo é verdade. Esse caráter puro do minimalismo é reconhecido pela comunidade de teóricos da verdade. Por exemplo, ao comentar a primeira edição do *Truth*, de 1990, Cheryl Misak (1961-) observa bem a principal razão pela qual o minimalista resiste em se vincular às propostas pragmatistas mais tradicionais. Vejamos a seguinte citação de Misak na qual ela apresenta esse ponto (“ED” é uma abreviação de “esquema descitacional”):

O que eu penso que Horwich realmente ache objetável em uma visão que vai além do ED é que um passo extra ofende o seu senso de que ‘a verdade tem uma certa pureza’. Ele pensa que nosso entendimento da verdade deve ser mantido independente de outras ideias – como as ideias de verificação, referência, significado, sucesso ou implicação lógica (1990: 12). (MISAK, 2007, p. 73, tradução nossa, grifos nossos)<sup>28</sup>.

O tipo de independência em questão é definicional. Como já dito acima, há razões para pensar que definir o conceito **geral** de verdade em termos de conceitos como os mencionados nessa citação é **teoricamente limitante**. Tais razões ficarão mais claras no decorrer do texto. Horwich é muito explícito quanto ao purismo do minimalismo mesmo na nova versão do *Truth* (1998). Segundo o autor, “O minimalismo envolve a afirmação de que a verdade tem uma certa pureza – que nosso entendimento dela é bastante independente de outras ideias” (HORWICH, 1998, p. 11, tradução nossa)<sup>29</sup>. A proposta de Horwich é que o minimalismo se limite apenas ao esquema de equivalência e às suas instâncias **incontroversas**. Se alguém quiser traçar relações entre o nosso entendimento da verdade assim concebida e outros conceitos, certamente poderá fazê-lo, mas a resistência do minimalista consiste em fazer desses conceitos alguma coisa intrinsecamente vinculada ao conceito **geral** de verdade.

A posição minimalista pode parecer extrema, mas é necessário entender que o objetivo do minimalismo é esclarecer de maneira satisfatória o uso do conceito de verdade em absolutamente qualquer cenário. Tendo em mente o que já foi dito acima, a medida em função da qual Horwich considera um esclarecimento do uso de um conceito como algo satisfatório é a medida da **habilitação para usar**. O que o interessa é saber qual é o critério ou condição a respeito do qual alguém **precisa** estar a par para **começar** a usar o conceito de verdade.

De tal modo, como anunciado antes, uma razão para buscar uma teoria minimalista da verdade em geral é a compreensão de que uma teoria mais específica poderia acabar sendo

<sup>28</sup> “What I think Horwich really finds objectionable in a view which goes beyond the DS is that the extra step offends against his sense that ‘truth has a certain purity’. Our understanding of truth, he thinks, should be kept independent of other ideas—such as the ideas of verification, reference, meaning, success, or logical entailment (1990: 12).”

<sup>29</sup> “Minimalism involves the contention that truth has a certain purity—that our understanding of it is fairly independent of other ideas.”

arbitrária, entendendo como intrínseco à verdade algum conceito não intrínseco. Por exemplo, certamente o conceito de verdade é usado para estabelecer a norma moral de que nós devemos dizer a verdade em muitos contextos, mas seria pouco defensável pensar que alguém só poderia entender o conceito geral de verdade e assim **começar** a usá-lo se entendesse essa norma. Na seguinte citação, Horwich esclarece em que consiste a sua teoria básica da verdade:

[...] eu reforço a alegação de que a verdade não tem natureza subjacente e que a teoria básica dessa propriedade consiste em instâncias do esquema de equivalência, “A proposição de que  $p$  é verdadeira sss  $p$ ”. (HORWICH, 1998, p. 126, tradução nossa, grifos do autor)<sup>30</sup>.

Dizer que não há uma natureza subjacente para a verdade não implica em dizer que não há uma natureza para ela. Já vimos que Horwich não elimina a verdade. A ideia de natureza subjacente está relacionada à ideia de explicação profunda da verdade (HORWICH, 1998, p. 2, 5, 15, 43). Uma natureza subjacente é uma natureza que só pode ser acessada por meio de uma teoria profunda, ou seja, uma concepção capaz de **complementar** ou **corrigir** as nossas intuições aléticas conhecidas *a priori*. Seria possível dizer que a natureza da verdade em geral é superficial e que ela pode ser entendida por meio de uma teoria igualmente superficial. Certamente alguém que domina o uso do conceito de verdade a ponto de dominar várias formas de usar esse conceito acaba sendo um usuário melhor, mas, de acordo com o critério minimalista, uma elucidação satisfatória do uso do conceito geral de verdade **pode** se limitar ao esquema de equivalência e às suas instâncias incontroversas ou não problemáticas.

No entanto, a despeito de todo o purismo descrito até aqui, realmente há um aspecto pragmático no minimalismo. Ele consiste em tentar entender o conceito **geral** de verdade por meio do seu uso comum e, mais precisamente, por meio de certa regularidade **indispensável** que o acompanha. Essa regularidade consiste no fato de que frequentemente tratam-se atribuições de verdade a proposições  $P$  como equivalentes a essas mesmas proposições (HORWICH, 1998, *passim*). Por fim, o minimalista entende que nós usamos essa regularidade, que é abstraída pelo esquema de equivalência, para **prescrever** a forma correta de empregar o conceito básico de verdade. Em outras palavras, para usar corretamente o conceito geral de verdade, é preciso saber **pelo menos** que esse conceito obedece ao padrão de uso mencionado. Esse recurso ao conceito de uso que é feito por Horwich (1998, p. 36, 49, 125) pode ser entendido como uma vinculação com certa forma pragmática de entender conceitos, algo que é

---

<sup>30</sup> “[...] I reinforce the claim that truth has no underlying nature and that the basic theory of that property consists in instances of the equivalence schema, ‘The proposition *that p* is true iff *p*.’”

esperado quando pensa-se na relação que Horwich tem com o segundo Wittgenstein e com a teoria do significado como uso.

Para finalizar, vale ressaltar que o minimalismo sobre a verdade é uma tentativa de dizer apenas o que é mais incontroverso e geral a respeito do conceito de verdade. No entanto, essa tentativa feliz ou infelizmente acaba resultando em uma teoria ou concepção segundo a qual o conceito geral de verdade é pouco informativo. Isso não implica em dizer que o conceito geral de verdade não seja informativo. A tese defendida pelo minimalismo é que o grau de informatividade **intrínseco** ao conceito geral de verdade é muito baixo devido ao grau de generalidade de sua aplicação – tal como ocorre com o conceito geral de existência. Por esse motivo, a concepção minimalista se limita a apenas explicitar o que já se sabe a respeito da verdade e, por consequência, acaba sendo uma teoria não informativa, o que naturalmente não implica que o próprio conceito geral de verdade não seja informativo. Para melhor entendermos isso, tomemos como exemplo uma instância do esquema de equivalência:

(E) A proposição de que está chovendo em Fortaleza é verdadeira sss está chovendo em Fortaleza.

A concepção minimalista entende que cada uma dessas equivalências funciona como uma definição particular, implícita e ostensiva do predicado da verdade para um enunciado qualquer. Na realidade, as definições do minimalismo formam uma **lista** de instâncias do esquema de equivalência (HORWICH, 1998, p. 27, 43, 107). Observe-se que ao dizer que essas instâncias não são informativas e que, portanto, a concepção minimalista como um todo não é, o que se quer dizer é que a relação epistêmica entre os lados de (E) é *a priori*. Não se aprende nada de novo com esse tipo de recurso, algo que acontece com definições informativas, mas expõe-se um conteúdo já conhecido de outra forma. Assim, revela-se a intenção básica por trás das atribuições de verdade.

## 2.4 Observações finais

Como vimos aqui, o minimalismo tem como oponentes as formas de entender o conceito **básico** de verdade que tentam complementar ou corrigir as nossas intuições **básicas**. Não se trata apenas de tentar buscar um critério para distinguir proposições verdadeiras de proposições falsas (isso o minimalismo faz). O objetivo tradicional é detalhar para além do que já se sabe *a priori* o que há de comum entre todas as proposições verdadeiras, sejam elas atuais ou possíveis, o que pode incluir proposições não formuláveis. Esse procedimento naturalmente supõe que existam detalhes para serem apresentados quando o assunto é o que há em comum

entre todas as proposições verdadeiras, os quais superam o montante de informação que o minimalista fornece. Como já mencionado, o minimalista resiste à tentativa de tornar o conceito **básico** ou **geral** de verdade algo mais informativo do que o que pode ser entendido por meio do esquema de equivalência. Quando discutimos a relação entre verdade e pragmatismo, teve-se a oportunidade de mostrar que o minimalismo busca descrever o conceito geral de verdade de uma forma pura, i.e., ao buscar uma descrição desse conceito que dependa o mínimo possível de outros conceitos.

Uma distinção útil que pode ser depreendida da discussão executada neste capítulo é a seguinte: existe uma diferença entre saber no que consiste X e saber usar o conceito de X. Saber no que consiste X (p.e., no que consiste o tempo) é algo muito complexo e que foi almejado pela tradição por meio de teorias capazes de complementar ou corrigir as nossas intuições. No entanto, saber como usar o conceito de X (p.e., saber como usar o conceito de tempo) é algo muito mais simples e que não impõe nenhuma atividade teórica realmente informativa (i.e., para além do óbvio ou do que é sabido *a priori*). Pode-se aprender a usar um conceito X ao compreender a regularidade básica na qual se fundamenta algum critério de correção de uso para X. A proposta minimalista é justamente atender a esse tipo de demanda. Isso é feito ao notar que a regularidade básica em questão é a nossa tendência generalizada para aceitar instâncias do esquema de equivalência de modo que essa tendência pode ser usada como fundamentação de certo critério de correção de uso do conceito de verdade. A qualidade de uma teoria assim é exibir o caráter geral do uso de um conceito bem como o que é geralmente pressuposto pelos seus usuários.

No próximo capítulo, ver-se-á que tipo de razão geralmente é apresentada para adotar uma posição minimalista. É possível adiantar que esse tipo de razão tem dois componentes: (1) certas teorias (no caso deste texto, certa variedade de correspondencialismo) apresentam tais e tais dificuldades e (2) se o nosso objetivo é entender a implementação do conceito geral de verdade (a habilitação para usar esse conceito), existe uma forma mais simples e satisfatória de fazer isso. Na sequência, o minimalismo será apresentado, avançando sobre o que já foi dito até aqui ao aprofundar a sua tentativa de esclarecer o que se quer dizer por meio do conceito de verdade. Ao fim, será exposto um exemplo a respeito de como essa teoria em associação com outras teorias serve para explicar fatos importantes a respeito da verdade. O exemplo será o fato de que crenças verdadeiras facilitam o sucesso prático.

### 3 QUE TIPO DE RAZÃO É GERALMENTE USADA PARA DEFENDER O MINIMALISMO?

Neste capítulo, o leitor verá o principal tipo de procedimento utilizado para defender o minimalismo. Para tanto, ver-se-á (1) a crítica minimalista de duas teorias da verdade como correspondência e (2) como o minimalismo explica o significado da palavra “verdade”, apresentando assim uma forma mais simples e ainda satisfatória de entender a verdade. Agora, será apresentado de maneira resumida (i) as formas de correspondencialismo que Horwich critica, (ii) como a posição dele se caracteriza e como ela se diferencia dessas formas de teoria da correspondência, e (iii) como a crítica de Horwich é feita.

Vamos ao ponto (i). Horwich leva em consideração pelo menos duas teorias da verdade como correspondência. Segundo o autor, essas teorias são as seguintes:

De acordo com uma dessas teorias (Wittgenstein, 1922), a alegada correspondência é entre representações e  *fatos*: diz-se que a verdade de uma sentença ou proposição se deriva da existência de qualquer fato que ela ‘*represente*’. Alternativamente, existem abordagens (por exemplo, Tarski, 1958; Davidson, 1969) em que a categoria ontológica do *fato* é evitada e a verdade de uma sentença ou proposição inteira é construída diretamente a partir das relações de referência e satisfação entre suas partes e vários objetos externos. Aqui, a verdade de uma coisa é gerada pelos objetos aos quais seus constituintes correspondem. (HORWICH, 1998, p. 104, tradução nossa, grifos do autor)<sup>31</sup>.

Segundo Horwich (1998, p. 11), essas variedades de teoria da verdade como correspondência **não** são equivocadas. Pelo contrário, é possível pensar em versões verdadeiras dessas teorias. O problema consiste no fato de haver razões para pensar que elas não conseguem cumprir os requisitos de uma teoria satisfatória da verdade **aos quais elas se submetem** (p.e., uso de conceitos claros ou explicativos, ausência de circularidade, e máxima generalidade). Conforme Horwich (1998, p. 33-36), uma teoria como essas que foram mencionadas deve ser capaz de fornecer uma definição que satisfaça alguma destas condições:

- (1) Substituir o predicado da verdade via sinonímia em todos os contextos intensionais (definições nominais ou atômicas).

---

<sup>31</sup> “According to one such theory (Wittgenstein, 1922) the alleged correspondence is between representations and *facts*: the truth of a sentence or proposition is said to derive from the existence of whatever fact it ‘*depicts*’. Alternatively, there are accounts (e.g., Tarski, 1958; Davidson, 1969) in which the ontological category of *fact* is eschewed, and the truth of a whole sentence or proposition is built directly out of the relations of reference and satisfaction between its parts and various external objects. Here, the truth of a thing is engendered by the objects to which its constituents correspond.”

- (2) Reduzir o conceito geral de verdade a outro ou outros conceitos em todos os contextos extensionais (definições reais ou contextuais)<sup>32</sup>.

Uma definição como essa deve ser explícita, ou seja, deve ter a seguinte forma:  $x$  é verdade sss  $x$  é  $F$ , onde “ $F$ ” representa um conjunto de condições necessárias e suficientes. Para que uma definição assim seja satisfatória é preciso que ela forneça conceitos explicativos e mais fáceis de entender do que o conceito de verdade, i.e., deve haver uma espécie de esclarecimento. Por isso, é fundamental que problemas como circularidade não ocorram porque esse tipo de problema mina a nossa capacidade de compreender uma definição. Por fim, uma definição como essa deve ser maximamente geral, ou seja, ela deve explicar **todas** as aplicações do conceito de verdade. Para resumir, há três condições de adequação às quais as teorias da verdade como correspondência acima se submetem: (1) uso de conceitos claros ou explicativos, (2) não circularidade e (3) máxima generalidade (HORWICH, 1998, 2010, 2016b).

Vamos ao ponto (ii). O minimalismo também busca fornecer uma definição com máxima generalidade, ou seja, uma definição que nos faça entender **todas** as aplicações (atuais ou possíveis) do conceito de verdade. Mas nenhum dos outros dois critérios de adequação se aplicam ao minimalismo. Começemos pelo uso de conceitos claros ou explicativos. O minimalismo não fornece nenhum conceito para explicar o conceito de verdade porque a sua metodologia de definição é implícita (HORWICH, 1998, p. 20, 104). Isso significa que o minimalismo **não** tem uma definição com a seguinte forma:  $x$  é verdade sss  $x$  é  $F$ . Na realidade, o minimalismo tem um conjunto potencialmente infinito de definições para o predicado “é verdade”, cada uma delas direcionada a um e a apenas um uso desse predicado. Desse modo, as definições do minimalismo formam uma espécie de lista com um padrão similar a este:

- (M) A proposição de que a neve é branca é verdadeira sss a neve é branca; a proposição de que o dia está quente é verdadeira sss o dia está quente; a proposição de que a grama é verde é verdadeira sss a grama é verde, etc.

Como o leitor pode notar, essa lista tem um padrão geral captado pelo esquema de equivalência: a proposição de que  $P$  é verdadeira sss  $P$ . Já quanto à circularidade, uma vez que o minimalismo não apresenta nenhum fator  $F$  para definir explicitamente o conceito geral de verdade, também não há como ele ser circular. Mas como uma definição assim é capaz de

---

<sup>32</sup> O que Horwich chama de “definição contextual” é uma forma de definição explícita. Essas definições vêm acompanhadas de um conjunto de regras por meio das quais se pode parafrasear um *definiendum* em termos de outras expressões mesmo que os termos em questão (*definiendum* e *definiens*) não sejam sinônimos. Por exemplo, as ciências da natureza nos fornecem regras para parafrasear os enunciados que contêm a palavra “água” em termos de enunciados com a palavra “ $H_2O$ ”, os quais não são sinônimos. Lembremos também que o que Horwich chama de “definição atômica” é o que geralmente se chama de “definição nominal”, “definição analítica” ou simplesmente “análise”, em um sentido mais técnico do termo.

explicar algo com o nível apropriado de generalidade? Para entender isso, é preciso saber que as definições do minimalismo, além de implícitas, são ostensivas. Isso significa que elas captam o que é a verdade ao **exibir condições de verdade individuais**. Falarei brevemente sobre a teoria por trás dessa metodologia de definição .

A palavra “verdade” tem certo padrão de uso. Conforme o minimalismo, esse padrão é captado pelo esquema de equivalência (HORWICH, 1998, *passim*):

(E) A proposição de que P é verdadeira sss P.

Em resumo, é comum que se use o conceito de verdade, supondo-se que se P, então P é verdade e vice-versa. Segundo o minimalismo, nós tendemos a aceitar as instâncias desse esquema, uma vez que elas representam fatos conhecidos *a priori*. Por exemplo, nós sabemos *a priori* que é verdade que a neve é branca se e somente se a neve é branca. Assim, nós podemos usar essa aceitação regular para estipular uma regra de correção de uso para o conceito de verdade, a qual é abstraída pelo esquema em questão. Desse modo, é possível defender que cada instância desse esquema informa satisfatoriamente o que significa ser **uma** verdade, tendo em mente cada proposição P. Nesse sentido, tendo em mente a proposição de que o dia está quente, ser uma proposição verdadeira consiste em o dia estar quente.

Essa abordagem tem o nível adequado de generalidade porque ela pode ser aplicada a qualquer proposição formulável ou não formulável do seguinte modo:

(E1) Se P for uma proposição formulável, então a proposição de que P é verdadeira sss P.

(E2) Se P **fosse** uma proposição formulável, então a proposição de que P **seria** verdadeira sss P.

Agora vamos ao ponto (iii). No que toca à primeira teoria da verdade como correspondência, a teoria de Wittgenstein (1922), de acordo com Horwich (2010, p. 2), pode ser o caso que o conceito de **fato** possa ser entendido em termos de verdade. Esse resultado, uma vez tornado plausível, pode ser tomado como uma objeção à ideia de que o conceito de fato é mais básico do que o conceito geral de verdade e pode ser usado para defini-lo. Pretendo fornecer dois argumentos nesse sentido, um de Horwich e um meu. Pretende-se ainda apresentar outro argumento de Horwich (2008, p. 268; 2016b, p. 101), segundo o qual a tentativa de definir o conceito básico de verdade em termos de fatos é defeituosa também porque o conceito de fato é tão obscuro ou mesmo mais obscuro do que o conceito de verdade.

Após o trecho apresentado acima, abordarei a segunda teoria da verdade. De acordo com Horwich (1998, p. 110), a segunda forma de teoria tradicional da correspondência é inspirada em Tarski (1956). O que é essencial nessa teoria é a tentativa de definir o conceito

básico de verdade em função de dois conceitos semânticas: (i) referência e (ii) satisfação ou aplicação. Apresentarei um argumento de Horwich (1998, p. 111) conforme o qual a tentativa de definir o conceito básico de verdade em termos de referência e satisfação esbarra no seguinte problema: é defensável que muitas proposições sejam expressadas por sentenças que não têm um padrão simples de sujeito-predicado. Desse modo, essa teoria acabaria sendo incompleta ou mesmo arbitrária, caso fosse concebida como uma teoria geral da verdade. Ainda no contexto dessa segunda teoria da verdade como correspondência, eu apresentarei uma breve crítica minha. Segundo essa crítica, os conceitos de referência e satisfação não nos ajudam a superar o desafio explicativo fundamental de entender a natureza da verdade.

Em conjunto com a apresentação das objeções mencionadas acima, será apresentada uma reflexão de acordo com a qual se pode pensar se realmente é necessário um empreendimento que supere as dificuldades referidas, supondo que o nosso objetivo seja fornecer apenas o critério **básico** de uso do conceito de verdade. A ideia de Horwich (1999, p. 240) é que na verdade muito pouco é exigido para entender esse conceito nesses termos. Precisamos apenas entender as instâncias incontroversas do esquema de equivalência. Vale lembrar que os esquemas de equivalência não nos fornecem toda a informação que é **possível** fornecer a respeito do conceito de verdade. mas eles fornecem toda a informação **necessária** sobre esse conceito (HORWICH, 1998, p. 21). Desse modo, com base no minimalismo, pode-se alegar que se aprendeu a usar esse conceito.

Após a apresentação acima, avançar-se-á na exposição do minimalismo. Isso será feito ao chamar atenção para como um minimalista entende o significado de “verdade” e ao dar um exemplo de como ele busca provar que a sua teoria fornece o fator básico necessário para explicar todos os fatos a respeito da verdade. A proposta é não que esse fator explique tudo, mas que ele seja um componente necessário para fazer qualquer explicação de qualquer fato sobre a verdade. O exemplo diz respeito ao fato de que crenças verdadeiras facilitam o sucesso prático.

### 3.1 Verdade, generalidade e profundidade

Começamos com uma reflexão sobre o esquema de equivalência para que fique claro tanto qual é o tipo de intuição que Horwich (1998, p. 2) atribui aos teóricos tradicionais (p.e., o primeiro Wittgenstein) quanto qual é a aspiração filosófica de Horwich em relação a uma teoria da verdade:

(E) A proposição de que P é verdadeira sss P.

A forma da expressão “x é verdadeira” é semelhante a diversas outras formas como “x é diabético” ou “x é magnético”. Horwich (1998, p. 2) suspeita que essa semelhança formal acabe motivando uma analogia. Do mesmo modo que existe uma teoria profunda e geral da diabetes e do magnetismo também deve haver uma teoria desse mesmo tipo para o conceito básico de verdade. Existe uma teoria científica da diabetes: uma teoria que *ex hypothesi* é capaz de explicar no que consiste o estado de coisas básico que leva alguém a ser diabético sem problemas teóricos como circularidade e que, além disso, corrige assim como complementa as nossas intuições sobre essa condição. Tudo isso parece ser feito sem os problemas que os filósofos costumam enfrentar (p.e., regresso, inserção de termos mais obscuros do que os que se quer definir, circularidade, petição de princípio, etc.). Por meio de uma analogia, espera-se algo similar de uma teoria da verdade.

Parece-me que o pensamento de Horwich é que o erro em questão segue o seguinte padrão: do mesmo modo que existe um conjunto de condições **conceitualmente explicitáveis** para a ocorrência de verdades individuais (p.e., a neve precisa ser branca para que seja verdade que a neve é branca) também existe um conjunto de condições gerais **conceitualmente explicitáveis** para a existência de qualquer verdade<sup>33</sup>. Mas, além disso, essas condições não se resumem apenas ao que o esquema de equivalência nos apresenta. No entanto, essa ideia aparentemente natural de que nós podemos caracterizar uma propriedade **comum** e profundamente explicativa existente entre todas as verdades nos leva a uma ideia pouco natural: a ideia de que nós podemos caracterizar um conjunto **uniforme** de condições profundamente explicativas que, uma vez atendidas, tornam algo uma verdade.

Todavia, as diferenças entre as mais diversas famílias de proposições parecem contrariar a ideia acima. Em primeiro lugar, para cada classe C conhecida de proposições (modal, contrafactual, probabilística, etc.), as condições que precisam ser atendidas para que uma proposição dessa classe seja verdadeira diferem tanto quanto as classes diferem entre si. Em segundo lugar, não podemos esquecer que podem existir classes de proposições que ainda não são conhecidas ou que nunca o serão – o minimalismo também tem o objetivo de explicar como **seria** aplicar o conceito de verdade a essas proposições. Não parece haver à primeira vista nenhum impedimento em construir uma teoria profunda da verdade para cada classe conhecida de proposições, mas não podemos esquecer também que o objetivo do minimalista é encontrar o princípio que unifica todas essas classes (conhecidas ou não). Em outras palavras, o

---

<sup>33</sup> Outra forma de entender esse tópico é percebendo que, mesmo que verdades individuais tenham condições de ocorrência, isso não implica que nós sejamos capazes de explicar o próprio conceito geral de verdade em termos de condições gerais de ocorrência.

minimalista busca desvendar a que tipo de princípio todas essas teorias precisariam aderir para implementar o conceito de verdade. Vejamos a seguinte citação de Horwich na qual esse desejo fica claro:

Assim, minha abordagem adotará a visão menos carregada teoricamente [...] A teoria da verdade que ela propõe envolve nada mais do que o esquema de equivalência; ela é não composicional; ela nega que verdade e referência sejam propriedades complexas ou naturais; e ela não insiste em um relato eliminativista das atribuições de verdade. Dessa maneira, o minimalismo visa uma teoria da verdade maximamente deflacionária, que, apesar de completa, não possui nenhum conteúdo estranho – uma teoria de toda a verdade, somente a verdade e nada além da verdade. (HORWICH, 1998, p. 11, tradução nossa, grifos nossos)<sup>34</sup>.

Do ponto de vista minimalista, o que parece haver de comum entre todos os casos de verdade na realidade parece ser algo bastante superficial. Se pensarmos que o minimalismo quer explicar até mesmo a aplicação do conceito de verdade a proposições que nós desconhecemos, então ele realmente **deve** ser superficial. Isso significa que o minimalismo deve não especificar nenhuma forma proposicional ou propriedade proposicional responsável por tornar uma proposição verdadeira porque essas formas ou propriedades são, via de regra, baseadas nas proposições que nós conhecemos. Qual é a forma de definição para o conceito de verdade que não especifica nenhum desses fatores? A resposta minimalista é que essa forma é o esquema de equivalência. Esse esquema é superficial, i.e., ele não entra nos detalhes mencionados, mas cada uma das suas instâncias incontroversas exhibe corretamente que condições precisam existir para dada proposição ser verdadeira.

Agora que ficou mais claro o ponto de vista a partir do qual as teorias correspondenciais da verdade serão criticadas, vamos à crítica da primeira delas. De acordo com a primeira versão da hipótese da correspondência, que Horwich associa a Wittgenstein (1922), a propriedade que nos dá as condições gerais e profundas da verdade é **a correspondência com os fatos**. Qualquer uso atual ou possível do conceito básico de verdade deve ser entendido nesses termos. Vejamos como Horwich (2016b, p. 97) apresenta a posição associada a Wittgenstein (1922) na seguinte citação:

A visão dele (como nós a colocaríamos) é que  
 Uma sentença é verdadeira sss  
 (i) ela representa um certo fato possível; e  
 (ii) esse fato possível é *atual*

<sup>34</sup> “Thus my account will take the less theoretically loaded view [...] The theory of truth it proposes involves nothing more than the equivalence schema; it is non-compositional; it denies that truth and reference are complex or naturalistic properties; and it does not insist on an eliminative account of truth attributions. In this way minimalism aims for a maximally deflationary theory of truth, which, though complete, has no extraneous content—a theory about truth, the whole of truth, and nothing but truth.”

o que é equivalente a  
 S é uma sentença verdadeira  
 ≡ S representa um *fato* (= *um fato possível atualizado*) (HORWICH, 2016b, p. 97, tradução nossa, grifos do autor)<sup>35</sup>.

Como pode-se ver, a construção dessa versão da hipótese da correspondência depende de algumas ideias: representação, fatos possíveis e fatos atualizados. Como foi dito anteriormente, Horwich (2010, p. 2) acredita que esse tipo de definição pode ser falha porque a noção de fato **pode** ser definida em termos de verdade. Mas como isso ocorre exatamente? Existem pelo menos duas formas de entender essa afirmação. Vejamos a primeira<sup>36</sup>. Considere que precisemos definir a noção de fato. Podemos fazer isso considerando dois cenários. O primeiro é um cenário não inteligente. Nessa situação, não há seres inteligentes e a definição de “fato” não precisa se dirigir à linguagem e ao pensamento e, por consequência, à verdade. Embora tal entendimento não exija a noção de verdade, ele é inútil para teóricos da verdade porque esses habitualmente querem saber o que são fatos para saber como eles se relacionam conosco. A noção de fato que interessa definir neste contexto é uma tal que considera a existência de seres humanos ou de outros seres como nós. No entanto, a definição dessa noção de fato deve incluir no seu *definiens* a função de verificador (*truthmaker*) que os fatos têm. Isso implica um problema para o teórico da correspondência sob exame porque o conceito básico de verdade parece agora mais fundamental do que o conceito de fato. Em resumo, a noção de fato que pode ser usada para definir o conceito geral de verdade é uma tal que ela mesma **deve** ser entendida em termos de verdade.

Antes que nós sigamos para a segunda forma de entender fatos em termos de verdade, dois comentários são pertinentes a esta altura da investigação. O primeiro comentário diz respeito à posição de Horwich sobre as teorias dos verificadores. Segundo o autor (2008, p. 261), essas teorias (que podem usar a noção de fato) não são na realidade teorias da verdade, i.e., elas não dizem o que é a verdade. Na realidade, elas partem de certa compreensão da verdade e elaboram um conjunto de princípios metafísicos sobre ela (HORWICH, 2008, p. 261). Essa é uma visão que converge com a posição apresentada acima. O segundo comentário

---

<sup>35</sup> “His view (as we would put it) is that  
 A sentence is true iff  
 (i) it represents a certain possible fact; and  
 (ii) that possible fact is *actual*

which is tantamount to  
 S is a true sentence

≡ S represents a fact (= *an actualized possible fact*).”

<sup>36</sup> O argumento que se segue e que ilustra a primeira forma de entender o conceito de fato em termos de verdade é da minha autoria. Já o próximo argumento para entender o conceito de fato em termos de verdade é da autoria do próprio Horwich, como as citações deixarão claro. Faço esse esclarecimento para que o leitor não venha a pensar que há citações faltando no parágrafo ao qual esta nota está anexada.

diz respeito ao uso do conceito de fato dentro do minimalismo. É fundamental saber que Horwich afirma explicitamente que o conceito de fato **pode** ser usado por um minimalista. Vejamos a seguinte citação na qual isso fica claro:

[...] se, à luz dos exemplos acima, nós fôssemos reformular o minimalismo, usando o esquema qualificado

'*p*' tem um 'conteúdo factual' →  
(A proposição de que *p* é verdadeira sss *p*)

(quando a noção de 'conteúdo factual' é explicada em termos não alético-teoréticos, em termos de 'uso' ou de 'papel conceitual'), nós deixaríamos intacto o coração da perspectiva minimalista. (HORWICH, 1999, p. 247, tradução nossa, grifos do autor)<sup>37</sup>.

Desse modo, um minimalista **pode** usar a noção de fato na medida em que a inserção dela no minimalismo não envolva o conceito de verdade ou conceitos entendidos em termos de verdade. Essa é uma das afirmações mais importantes de Horwich para conceder aos teóricos da correspondência a **correção** das suas intuições. Veremos abaixo, no entanto, que Horwich vê boas razões para ser **possível** identificar fatos a proposições verdadeiras. Uma observação sobre essa identificação é que o propósito dela é fornecer uma forma **realista** de pensar sobre proposições verdadeiras e não uma forma idealista de conceber fatos.

Como dito acima, a outra forma de entender a noção de fato em termos de verdade é por meio de uma identificação entre fatos e proposições verdadeiras. Horwich (1998, p. 106) usa como exemplo a noção de proposição de Russell. De acordo com o nosso autor, uma proposição de Russell é um arranjo de objetos e propriedades. Entretanto, quando proposições de Russell são verdadeiras, i.e., quando objetos e propriedades se combinam, passa a não existir diferença entre uma proposição verdadeira e um fato. Alguém poderia dizer, todavia, que essa noção de Russell não é boa e que proposições são na realidade conteúdos de estados mentais como os estados de crer e de pensar.

Nesse caso acima, surgiria uma dificuldade. Segundo Horwich (2008, p. 268), quando se pensa a respeito da proposição de que Marte é vermelho, se está pensando exatamente sobre a mesma coisa com a mesma estrutura a respeito da qual se pensa quando se concebe o fato de Marte ser vermelho. Nesse caso, se supormos que a diferença entre fatos e proposições

---

<sup>37</sup> “[...] if, in light of the above examples, we were to reformulate minimalism using the qualified schemata

'*p*' has 'factual content' →  
(The proposition that *p* is true iff *p*)

(where the notion of 'factual content' is explicated non-truth-theoretically, in terms of 'use' or 'conceptual role'), we would leave intact the core of the minimalistic perspective.”

verdadeiras existe, então parece que se o conteúdo da nossa crença não fosse o fato, mas a proposição de que Marte é vermelho, ter-se-ia uma crença não sobre o conteúdo no qual se quer crer, mas uma crença a respeito do nosso próprio estado mental. Porém, a crença de que Marte é vermelho não é a crença segundo a qual **pensa-se** que Marte é vermelho – essa é outra crença. Ela é simplesmente a crença de que Marte é vermelho. Assim, parece ser melhor manter as duas noções em questão idênticas.

Outra razão para identificar fatos e proposições verdadeiras é uma questão de economia teórica. Segundo Horwich (2008, p. 268), em vez de usar quatro conceitos – (1) fatos atuais, (2) fatos possíveis, (3) proposições verdadeiras e (4) proposições possivelmente verdadeiras –, pode-se identificar os fatos atuais (1) às proposições verdadeiras (3) e os fatos possíveis (2) podem ser chamados apenas de “proposições”. Assim, pode-se trabalhar apenas com fatos e proposições. Essa redução de vocabulário tem a qualidade de preservar a intuição de que proposições são conteúdos mentais, já que os fatos possíveis podem ser concebidos como elementos que existem apenas no nosso pensamento enquanto combinações de objetos e propriedades que não existem ou que existem de uma forma meramente teórica ou imaginária. Já os fatos (proposições verdadeiras) não são apenas construções mentais. Eles são combinações reais ou externas de objetos e propriedades<sup>38</sup>.

A identificação acima traz uma consequência desagradável para o teórico da verdade como correspondência sob exame. Segundo Horwich (1998, p. 104-106), um objetivo fundamental desses teóricos é explicar por conta do quê proposições verdadeiras são verdadeiras. Isso é feito por eles por meio de enunciados com a seguinte forma:

(E) A proposição de que P é verdadeira por conta do fato de que P.

Todavia, se a identificação sob debate for aceita, uma consequência seria que (E) perderia o poder explicativo. A esse respeito, Horwich (1998, p. 104-105) informa que, para contornar esse problema, é possível suplementar o minimalismo com uma teoria da explicação e, mais precisamente, com um princípio de **prioridade explicativa**<sup>39</sup>. De acordo com o autor, o princípio de prioridade explicativa em questão é o seguinte:

Ao mapear as relações de dependência explicativa entre os fenômenos, nós natural e adequadamente concedemos prioridade explicativa final a coisas como as leis básicas

<sup>38</sup> O leitor pode estar se questionando se proposições falsas não seriam idênticas a fatos negativos. Porém, o tratamento que Horwich faz da falsidade vai na direção de considerar que uma proposição se torna falsa por conta da ausência de um fato e não devido à presença de um tipo especial de fato (HORWICH, 1998, p. 71-74).

<sup>39</sup> Esse é um procedimento padrão do minimalismo para lidar com os seus críticos. Já que essa teoria tem apenas a pretensão de ser uma teoria básica da verdade em geral, ela é bastante permissiva em relação a receber adendos.

da natureza e as condições iniciais do universo. (HORWICH, 1998, p. 105, tradução nossa)<sup>40</sup>.

Nos esquemas de equivalência, a parte que diz respeito às condições iniciais do universo é a parte direita. Em outras palavras: é necessário que primeiro o dia esteja quente para que possamos pensar adequadamente que a sentença “o dia está quente” é verdadeira. A verdade é algo que se atribui às proposições verdadeiras (aos fatos) após nos darmos conta delas ou pensarmos que nos demos conta delas. Assim, mesmo se identificarmos proposições verdadeiras a fatos, ainda é adequado dizer algo como o seguinte:

(EX) A proposição de que  $p$  é verdadeira porque  $p$ .

Nesse caso, o que se está dizendo é que uma atribuição de verdade (o reconhecimento de que algo ocorre) se dá em função de tal e tal condição da realidade. Dito de outro modo: (EX) é uma forma de dizer que nós legitimamente nos damos conta de que tal e tal apenas quando tal e tal. O não uso da noção de fato no lado direito de (EX) e a sua compreensão como uma condição inicial do universo nos ajuda a tentar evitar os problemas sob debate. Reparemos, por fim, que a circularidade abordada até aqui não é um problema para o minimalismo, já que trivialmente o minimalismo não pode ser circular por não explicitar um *definiens*.

Como dito anteriormente, o segundo problema da primeira teoria da verdade como correspondência diz respeito à dificuldade para entender o conceito de fato. É preciso refletir, entretanto, por qual razão uma dificuldade de compreensão pode ser algo **especialmente** problemático para um minimalista – além de evidentemente ser um critério de adequação evitar definir um conceito com noções obscuras. A chave para tanto é entender o tipo de empreendimento filosófico que Horwich tem em mente. Podemos entender isso por meio da seguinte citação na qual Horwich demonstra insatisfação com as construções teóricas complexas dos teóricos dos veridadores:

Mas uma pessoa comum certamente não entende a palavra “verdade” por meio de um pântano de princípios como esses. Seu domínio do conceito não exige que ela implante uma teoria desse tipo. (HORWICH, 2008, p. 261, tradução nossa)<sup>41</sup>.

Essa preocupação em descrever como ocorre a **introdução** do conceito de verdade no nosso pensamento e no nosso uso cotidiano é fundamental para julgar essa concepção da

<sup>40</sup> “In mapping out the relations of explanatory dependence between phenomena, we naturally and properly grant ultimate explanatory priority to such things as the basic laws of nature and the initial conditions of the universe.”

<sup>41</sup> “But an ordinary person surely does not understand the word “true” by means of a morass of principles such as these. His mastery of the concept does not require him to deploy a theory of that kind.”

verdade<sup>42</sup>. Além disso, deve ficar claro que essa tentativa de descrever o uso atual tem a pretensão de não se restringir ao uso atual. O minimalismo busca descrever o aspecto **mínimo** que faz o conceito de verdade ser usual para nós justamente com o objetivo de entender **qualquer** aplicação desse conceito. Esse é um procedimento filosófico comum: buscam-se caracterizações gerais de conceitos com base no que se entende sobre eles e por meio de um exercício de eliminação de aspectos desnecessários. Esse tipo de processo torna as nossas teorias menos complexas e mais fáceis de usar.

Voltemos à questão da dificuldade para entender o conceito de fato. Segundo Horwich (2016b, p. 101), a definição que foi fornecida acima fica devendo uma série de explicações. Por exemplo, precisamos definir o que é um fato, o que é um fato possível, o que é um fato atual, o que é a correspondência com a realidade ou representação e noções derivadas. A distinção entre fatos possíveis e fatos atuais é particularmente obscura porque fatos possíveis existem em algum sentido e, portanto, são atuais (HORWICH, 2016b). A noção de representação em especial exigiria um desdobramento em termos de várias formas de representação cada uma relacionada com uma família de proposições. Se o mínimo necessário para o conceito geral de verdade existir nos nossos pensamentos fosse uma cadeia tão complexa de conceitos, talvez poucas pessoas fossem capazes de fazer uso desse conceito e não é isso que se observa. Em resumo, deve haver uma forma mais simples de entender o conceito geral de verdade.

Se parece existir uma forma mais simples de entender a maneira básica de aplicação do conceito de verdade, podemos nos questionar que forma é essa. Para Horwich (1998, p. 121), essa forma de entendimento pode ser apresentada por meio da aceitação bruta das instâncias do esquema de equivalência. Essa aceitação é a prática em função da qual nós ganhamos a nossa compreensão básica do conceito de verdade. Vejamos uma citação de Horwich que evidencia essa posição:

[...] em vez de adotar a visão tradicional de que uma *análise* da verdade ainda precise ser dada – uma abordagem reducionista, mais profunda do que os esquemas da verdade, que explicará por que nós aceitamos as suas instâncias – o deflacionista sustenta que, já que nosso compromisso com esses esquemas é responsável por tudo o que nós fazemos com o predicado da verdade, nós podemos supor que eles o definem implicitamente. Nossa aceitação bruta de suas instâncias constitui nossa compreensão da noção de verdade. (HORWICH, 1998, p. 121, tradução nossa, grifo do autor)<sup>43</sup>.

<sup>42</sup> A preocupação com a forma como pessoas comuns implementam o conceito de verdade no seu pensamento já estava clara em diversas passagens do *Truth* (1998), nas quais Horwich repetidas vezes diz estar atento à **nossa** forma de implementar ou implantar (*deploy*) o conceito de verdade (HORWICH, 1998, *passim*). Fica bem claro que o seu interesse é o conteúdo conceitual mínimo que **instaura** o conceito de verdade nos nossos pensamentos.

<sup>43</sup> “[...] instead of taking the traditional view that an *analysis* of truth still needs to be given – a reductive account, deeper than the truth schemata, which will explain why we accept their instances – the deflationist maintains that,

Esse me parece um retrato bastante fiel de como nós nos habilitamos a usar um conceito. No dia a dia nós não procuramos definições ou mesmo esclarecimentos conceituais explícitos. Nós costumamos entender uns aos outros ao seguir os padrões de uso das palavras. No caso da palavra “verdade”, o padrão de uso em questão é supostamente subsumido pelo esquema de equivalência, i.e., qualquer um que use corretamente essa palavra, está implícita ou explicitamente empregando esse esquema. Em função da preocupação pragmática então descrita, o minimalista busca propor essa forma deflacionista de entender o conceito de verdade em vez de resolver os problemas apresentados até aqui e os demais que serão expostos na sequência. Notemos, antes de mais nada, que a falta de clareza tratada acima não é um problema do minimalismo, uma vez que nós sabemos *a priori* que cada instância do esquema da verdade é explicativamente satisfatória.

Agora vamos abordar a segunda teoria. A segunda teoria troca proposições por sentenças e fatos por objetos – esta é uma hipótese de correspondência que tem sido associada a Tarski (1956):

(C) Uma sentença “Fa” é verdadeira em uma linguagem L sss “Fa” tem uma forma “Fa” tal que “a” tem a propriedade semântica de se referir em L a algum objeto **a** e “F” tem a propriedade semântica de se aplicar em L a “a”.

O primeiro aviso minimalista que é pertinente mencionar é que, segundo Horwich (1998, p. 10), as relações entre os conceitos de verdade, referência e satisfação (aplicação) são reais. Horwich não nega que a nossa forma de entender o conceito básico de verdade possa ser **suplementada** por meio de conceitos como referência e satisfação. Mas não podemos esquecer que o objetivo de Horwich não é descrever o melhor conceito de verdade do qual se **pode** dispor, mas descrever o conceito mínimo de verdade do qual é **preciso** dispor e sem o qual simplesmente não há pensamento no qual a verdade desempenhe algum papel.

De acordo com Horwich (1998, p. 11), é possível entender a noção geral de verdade sem apelar para a noção de referência. Por exemplo, se se pode admitir que é possível entender a noção geral de verdade por meio do esquema de equivalência e se o esquema de equivalência não precisa ser entendido em termos de referência – ele de fato não precisa –, então pode-se entender a noção geral de verdade sem usar o conceito de referência. No entanto, isso não implica que uma compreensão da verdade baseada no conceito de referência não possa ser melhor. Com esse tipo de compreensão analisa-se a estrutura das sentenças e pode-se

---

since our commitment to these schemata accounts for everything we do with the truth predicate, we can suppose that they implicitly define it. Our brute acceptance of their instances constitutes our grasp of the notion of truth.”

aprofundar a nossa compreensão do fenômeno da verdade, mas nada nos impede de ficar em um nível superficial, sobretudo se o objetivo é captar o conteúdo mais geral possível do conceito de verdade.

Como dito anteriormente, a crítica de Horwich à segunda teoria da verdade como correspondência é a seguinte:

[...] como Davidson admite, a estratégia tarskiana se aplica apenas àquelas sentenças cujas formas lógicas podem ser representadas na lógica de primeira ordem. Ou, em outras palavras, aplica-se apenas às sentenças cujos valores de verdade são determinados pelos valores de verdade das sentenças atômicas. Mas não há razão para supor que toda verdade concebível tenha essa estrutura. Considere, por exemplo, condicionais contrafactuais, afirmações de probabilidade, leis da natureza e afirmações modais dos mais variados tipos. Todas essas construções resistem à formalização na linguagem da lógica de predicados e não é claro que a teoria de Tarski possa ser manipulada para cobri-las. (HORWICH, 1998, p. 111, tradução nossa, grifo nosso)<sup>44</sup>.

Horwich chama atenção para o fato de que existem e **podem** existir várias sentenças que oferecem resistência à formalização em lógica de predicados. Desse modo, limitar a teoria geral da verdade a uma teoria tarskiana seria uma escolha arbitrária, sobretudo tendo em mente a pretensão do minimalismo de explicar todas as aplicações do conceito de verdade, sejam elas a proposições conhecidas ou desconhecidas. Na melhor das hipóteses, uma teoria tarskiana seria uma teoria da verdade incompleta. Isso é algo que o próprio Tarski não entenderia como um problema, já que ele projetou a sua forma de entender a verdade para **certas** linguagens formalizadas. Mas, como já dito várias vezes, uma limitação de escopo é algo problemático para um minimalista. Horwich é muito explícito quando ele afirma que está buscando uma teoria com o maior nível de generalidade possível. Ele descreve o projeto minimalista do seguinte modo:

Nosso projeto, no entanto, é sob certos aspectos mais ambicioso do que o de Tarski. Nosso objetivo é uma teoria do ‘ser verdadeiro’ – uma propriedade que é atribuída às proposições independentemente de como ou se elas são expressadas. Da mesma forma, estamos procurando uma teoria do ‘expressar a verdade’ – uma propriedade que nós podemos atribuir a um enunciado independentemente da linguagem em que ele é expresso. (HORWICH, 1998, p. 28, tradução nossa, grifos nossos).<sup>45</sup>

<sup>44</sup> “[...] as Davidson concedes, the Tarskian strategy applies only to those sentences whose logical forms may be represented in first order logic. Or, in other words, it applies only to those sentences whose truth values are determined by the truth values of atomic sentences. But there is no reason to assume that every conceivable truth has such a structure. Consider, for example, counterfactual conditionals, probability claims, laws of nature, and modal assertions of various kinds. All of these constructions resist formalization in the language of predicate logic, and so it is not clear that Tarski’s theory can be made to cover them.”

<sup>45</sup> “Our project, however, is in certain respects more ambitious than Tarski’s. We are aiming for a theory of ‘being true’ – a property which is attributed to propositions regardless of how or whether they are expressed. Similarly we are looking for a theory of ‘expressing truth’ – a property we may attribute to an utterance regardless of the language in which it is couched.”

Assim, uma teoria como a mencionada acima, que tem limitações muito claras, acaba não sendo satisfatória para um deflacionista como Horwich. Segundo Horwich (1998, p. 19, 21), a teoria que ele quer construir deve ser geral o suficiente para se aplicar a todas as proposições (formuladas, formuláveis e não formuláveis), tendo como ponto de partida o esquema de equivalência em inglês (português, no nosso caso) e o que pode ou **poderia** resultar da sua aplicação a qualquer proposição, caso essa proposição seja ou fosse formulável. Em outras palavras, independentemente dos detalhes proposicionais de uma proposição P expressada por uma sentença S, o minimalismo tem a pretensão de fornecer o critério básico em função do qual pode-se **começar** a entender como o conceito de verdade opera em relação a S. É natural que uma teoria com esse tipo de objetivo seja realmente bastante simples quanto aos seus princípios. Se tivermos em mente que Horwich está focando em possíveis proposições desconhecidas, então ele de fato não **deve** se pronunciar a respeito de qualquer característica proposicional responsável por tornar proposições verdadeiras, já que o nosso conhecimento dessas se limita ao que nós conhecemos. Mas, ainda assim, Horwich deve ser capaz de apresentar condições para entender atribuições de verdade. A questão que surge aqui é: como isso pode ser feito?

A forma que se conhece para entender atribuições de verdade consiste no esquema de equivalência. Esse esquema exhibe uma forma de apresentar as condições de verdade de **qualquer** proposição sem entrar nos detalhes mencionados. Dado o objetivo de máxima generalidade do minimalista, parece impossível fornecer mais do que isso. Reparemos que a forma superficial de qualquer definição do conceito de verdade é o esquema de equivalência:

(F1) A proposição de que P é verdadeira sss P.

As demais definições que são conhecidas ou que somos capazes de conceber são tentativas de tornar essa forma mais informativa por meio de algum tipo de detalhamento do lado direito de (F1), seja por meio de uma análise da estrutura de P seja por meio da apresentação de alguma propriedade de P:

(F2) A proposição de que P é verdadeira sss P é F (p.e., a proposição de que P é verdadeira sss P é coerente com algum conjunto de proposições).

(F3) A proposição de que P é verdadeira sss P, sendo P uma proposição com tal e tal estrutura responsável por fazer proposições verdadeiras (p.e., a proposição de que P é verdadeira sss P, sendo P uma proposição tal que o seu termo individual denote e o seu predicado se aplique ao seu termo individual).

Em resumo, a falta de generalidade não parece uma dificuldade para o minimalismo. Para finalizar a crítica à segunda teoria da verdade como correspondência, é útil falar ainda de outro problema que eu noto nessa segunda teoria. Ela usa conceitos semânticos para explicar um conceito semântico, qual seja: o conceito de verdade. O problema que essa estratégia enfrenta consiste em não excluir a dificuldade explicativa básica que motiva uma definição do conceito de verdade, ou seja, explicar o caráter semântico da verdade (o fato de uma proposição verdadeira envolver uma relação entre um item linguístico e a realidade). De fato, a forma (C) (três páginas acima) deixa a nossa situação pior. Agora, devemos explicar não apenas um conceito semântico, mas dois: referência e satisfação. Notemos que não importa qual é o conceito semântico com o qual se esteja lidando, o desafio que a definição de um conceito semântico impõe é fundamentalmente um. A explicação básica que todos os conceitos semânticos exigem é esclarecer uma relação entre itens linguísticos, de um lado, e algo assumido como real, do outro. Portanto, no contexto de uma teoria básica da verdade, pouco progresso explicativo é fornecido por (C)<sup>46</sup>.

Neste tópico, foi apresentado o caráter geral de uma forma comum de argumentar a favor do deflacionismo de Horwich. Em suma: o argumento de Horwich consiste em mostrar que tende a ser muito problemático definir o conceito de verdade de uma forma **maximamente geral e realmente informativa**, i.e., não limitada às nossas intuições mais básicas ou ao que nós sabemos *a priori* sobre a verdade. A sua razão para tanto consiste no fato de que as tentativas de fazer isso (i) apresentam certos problemas teóricos (p.e., circularidade e uso de conceitos obscuros ou não explicativos), o que causa perda de informatividade; ou (ii) são limitadas, o que causa perda de generalidade<sup>47</sup>. Por conta de problemas como esses e dos seus objetivos pragmáticos, um minimalista como Horwich opta por uma forma deflacionária de entender o conceito geral de verdade. Tal forma será mais bem esclarecida no próximo tópico.

Naturalmente não há muito a dizer sobre o minimalismo no que toca ao que essa teoria assevera. A principal parte dessa teoria é um exercício de simplificação por meio do combate a outras formas de compreender a verdade. Por isso, foi apresentada primeiramente a crítica minimalista e não a teoria. A teoria minimalista propriamente dita consiste apenas em

---

<sup>46</sup> Esse argumento é profundamente inspirado em Hartry Field (1972). Ele pensa que os conceitos de referência e satisfação não são explicativamente satisfatórios. Assim, ele usa essa tese para propor uma redução desses conceitos semânticos a conceitos fisicalistas. No entanto, ele não diz qual é o problema explicativo dos conceitos semânticos em questão (referência e satisfação) no contexto de uma teoria maximamente deflacionária da verdade como o minimalismo, já que à época (1972) Field não era um deflacionista.

<sup>47</sup> É interessante notar que mesmo que as tentativas de definir o conceito geral de verdade que foram debatidas aqui fossem satisfatórias (maximamente gerais e profundas), Horwich poderia dizer ainda que elas são desnecessariamente complexas porque as instâncias do esquema de equivalência bastam para compreender o conceito básico de verdade. Essa linha de raciocínio será apresentada no próximo capítulo.

uma lista potencialmente infinita de instâncias do esquema de equivalência. Entretanto, é possível abordar como exatamente essas instâncias nos ajudam a entender o significado básico da palavra “verdade”, i.e., o conceito geral de verdade. É isso que será feito no próximo tópico. Em seguida, será visto como um minimalista faz para explicar fatos relevantes sobre a verdade. O fato relevante que será tematizado é o fato de que crenças verdadeiras facilitam o sucesso prático.

### 3.2 O significado básico de “verdade” e as explicações do minimalismo

Um dos principais objetivos das teorias que foram abordadas no tópico anterior é informar o que se quer dizer por meio da palavra “verdade” e das suas sinônimas. Além disso, essas teorias também tinham a pretensão de explicar fatos a respeito da verdade. Neste tópico, ver-se-á como o minimalismo atinge esses objetivos. Os dois tópicos mencionados (o significado de “verdade” e o poder explicativo do minimalismo) estão correlacionados e serão abordados ao mesmo tempo. No entanto, comecemos com alguns esclarecimentos a respeito da questão do critério de adequação de uma teoria da verdade, ou seja, o que exatamente se espera de uma teoria da verdade. Essa é uma questão fundamental para atender às outras demandas mencionadas porque sem saber o que se espera de uma teoria da verdade, não se é capaz de identificar uma resposta satisfatória para a questão do significado de “verdade” ou para a questão do poder explicativo do minimalismo.

Segundo Horwich (1998, p. 23-24), uma teoria apropriada da verdade deve ser capaz de explicar todos os fatos a respeito da verdade da maneira mais simples possível, i.e., com o menor número possível de regras ou axiomas. Naturalmente a simplicidade não deve sacrificar o poder explicativo, mas os fatos a respeito da verdade que a teoria deve explicar devem ser devidamente circunscritos. Horwich (1998, p. 24) faz uma analogia para explicar esse tópico: um fato a respeito dos elétrons é que eles são menores do que os elefantes, mas uma teoria adequada dos elétrons não deve mencionar esse fato. Ela deve apenas implicar esse fato em associação com uma teoria dos elefantes. Uma boa teoria sobre elétrons deve focar apenas os fatos mais básicos a respeito dos elétrons. Ela não deve ser uma lista de todos os fatos a esse respeito e nem uma lista de todos os fatos **importantes** sobre elétrons. Por exemplo, por mais que seja relevante o fato de que feixes de elétrons são usados para soldar, esse não é um fato que uma teoria adequada dos elétrons deva mencionar. No entanto, os princípios básicos da teoria dos elétrons em associação com uma teoria da solda devem nos possibilitar explicar a razão em função da qual elétrons em feixe podem ser usados para soldar.

Todavia, Horwich (1998, p. 23) reconhece que existem fenômenos que estão intrinsecamente afiliados de uma forma que não é possível pensar neles de modo isolado. Nesses casos, o conjunto mais simples de princípios diz respeito aos fenômenos **em afiliação** e não apenas a um ou outro deles. Por exemplo, não é possível construir uma teoria geométrica do ponto que não seja também uma teoria geométrica da reta e vice-versa. Mas, tanto quanto for possível construir teorias distintas para fenômenos que podem ser pensados separadamente, melhor isso será para a clareza e simplicidade das nossas teorias. Caso contrário, pode-se passar a falsa ilusão de conexão intrínseca e pode-se acabar com uma teoria desnecessariamente complexa (HORWICH, 1998, p. 20-23). Por exemplo, se se puder pensar sobre o fenômeno da verdade sem referência ao conceito de **verificação**, então é melhor que a teoria geral da verdade não mencione esse conceito. Isso também vale para conceitos como “sucesso prático”, “referência”, “provabilidade”, “coerência”, dentre outros. Uma teoria da verdade não precisa ser construída por meio desses conceitos se se puder pensar sobre a verdade sem eles. Entretanto, na medida em que eles ou outros conceitos precisarem ser explicados em termos de verdade, uma teoria adequada da verdade deve fornecer um conjunto maximamente **geral** de princípios que permitam essas explicações pelo menos naquilo que toca à verdade.

Assim, essa busca por simplicidade é motivada pelo objetivo de máxima generalidade do minimalismo: quanto mais simples uma teoria da verdade, menos restrições ela introduz a respeito das características responsáveis pelo ser-verdadeiro. Como resultado, mais geral ela se torna, podendo explicar proposições com diferentes formas de ser verdade. Já que o minimalismo não introduz **explicitamente** nenhuma restrição desse tipo porque o esquema de equivalência simplesmente não menciona características proposicionais responsáveis por fazer proposições verdadeiras (*truthmaking*), essa teoria atinge o nível mais elevado de generalidade que é possível alcançar. No entanto, isso não ocorre sem que sejam dados critérios para entender as condições sob as quais uma proposição se torna verdadeira. Esses critérios são dados, mas de maneira individualizada por meio das instâncias do esquema de equivalência.

Mais precisamente, a posição minimalista é que, qualquer que seja a característica universal  $F$  responsável por fazer verdades (a essência da verdade), essa propriedade deve satisfazer o esquema de equivalência. Portanto, se  $P_k$  é verdade porque instancia  $F$ , então  $F$  deve tornar verdadeira a seguinte instância do esquema de equivalência:  $P_k$  é verdade sss  $P_k$ . Desse modo, o minimalismo oferece um critério **mais básico** para algo ser verdade do que qualquer um fornecido pelas demais teorias não deflacionárias e assim atinge o nível de generalidade que almeja sem, entretanto, **não** apresentar restrições em relação ao que pode ou não ser verdade. Notemos que o esquema de equivalência **exclui** diversas definições da verdade. Por exemplo,

ele exclui definições como as seguintes: (i)  $x$  é verdade sss  $x$  é útil para  $S$  ou (ii)  $x$  é verdade sss  $x$  é verificável por  $S$ . Em síntese, certas tentativas de relativizar a verdade são bloqueadas pelo minimalismo (HORWICH, 2010, p. 8-10).

Para resumir, Horwich (1998, p. 23-24) afirma que aquilo que foi dito acima sobre elétrons se aplica a uma teoria adequada ou satisfatória da verdade. Uma teoria apropriada da verdade deve fornecer um conjunto **maximamente simples** de princípios que nos façam entender **os fatos mais gerais** a respeito da verdade e apenas a respeito da verdade. Esses princípios ou regras, por sua vez, podem ser associados a outros princípios para explicar outros fenômenos vinculados à verdade. Como já foi mencionado anteriormente, os princípios que Horwich seleciona consistem em qualquer instância atual ou possível do esquema de equivalência. A questão que surge aqui é: por que essa escolha? A resposta para essa pergunta nos levará à abordagem das questões do significado de “verdade” e do poder explicativo do minimalismo.

Lembremos que o minimalismo não opta nem por uma definição explícita, seja ela analítica (nominal) ou real (substancial), nem por uma definição implícita baseada em um conjunto de princípios responsáveis por **esgotar** os nossos comprometimentos aléticos e fixar o significado de “verdade”. Nos próximos parágrafos, falar-se-á sobre essas formas de definição, enfatizando o que há de comum entre elas e que é rejeitado pelo minimalista. Isso nos ajudará a ver a metodologia da qual o minimalismo lança mão para exibir o significado da palavra “verdade” e como essa metodologia é posta em prática.

Definições analíticas, nominais ou atômicas – como Horwich (1998, p. 34) prefere chamar – fornecem algum *definiens* que nos permite eliminar algum *definiendum* em todos os contextos intensionais. O objetivo é fornecer um sinônimo. Por exemplo, a definição de que “homem solteiro” se define como “homem não casado”. Notemos que, no nosso caso, o objetivo desse tipo de definição é fornecer um sinônimo capaz de captar o significado de “verdade” em qualquer cenário atual ou possível. Uma definição analítica do conceito geral de verdade deve fornecer as características proposicionais que estão analiticamente vinculadas à palavra “verdade” e que são responsáveis por tornar qualquer proposição formulada ou formulável verdadeira. O nosso conhecimento dessas características, no entanto, se baseia no nosso conhecimento limitado a respeito das proposições existentes ou que nós somos capazes de formular.

Desse modo, fica muito claro que uma definição assim não atende aos objetivos minimalistas por duas razões: (i) uma definição analítica de “verdade” se limita ao nosso conhecimento a respeito de características proposicionais; (ii) esse conhecimento tem como

fonte relações analíticas entre “verdade” e outras expressões. São dois níveis de limitação. O minimalismo, por outro lado, busca entender atribuições de verdade até mesmo a proposições não formuláveis hipotéticas cujas propriedades em função das quais elas se tornam verdadeiras nós não conhecemos. Tais proposições são naturalmente obscuras para nós de modo que não há como nós sabermos que tipo de característica proposicional as tornam verdadeiras por meio do simples significado de “verdade”.

A segunda forma de definição consiste em uma redução, que também promove uma eliminação de um *definiendum*. Horwich (1998, p. 34) caracteriza definições desse tipo como uma espécie de **definição contextual**, mas ele não está falando de uma definição contextual no sentido de uma definição implícita. Nesse sentido especial, uma definição contextual é uma definição cuja formulação é guiada por um conjunto **limitado** de regras extraídas de certos contextos, que permitem a redução de um conceito a outras expressões em todos os cenários atuais ou possíveis. O exemplo de Horwich (1998, p. 34) é a seguinte definição de Russell para descrições definidas:

(1) “O F é G” significa o mesmo que “Alguns G são o mesmo que qualquer F”.

Esse tipo de definição reduz o significado do artigo definido “o” a noções de lógica de predicados – quantificação e identidade. É interessante notar que esse tipo de definição tem o objetivo de dizer o que é algo, mas não tem o desígnio de fornecer uma expressão sinônima. Trata-se do que é possível chamar de uma “definição real” ou “substancial”. A identidade de significado nesse caso é extensional e não intensional. Nesse contexto, novamente vê-se o objetivo de dizer o significado (extensional) do predicado da verdade por meio de um conjunto de princípios epistemicamente limitados. O nosso conhecimento a respeito das características proposicionais que poderiam ser usadas para reduzir o conceito geral de verdade se baseia no nosso conhecimento limitado a respeito de proposições. Assim como as definições analíticas, essas definições não são projetadas para comportar variação, i.e., elas buscam **fixar** o nosso entendimento a respeito do ser verdadeiro.

Uma terceira opção consiste em fornecer uma definição implícita que apresente um conjunto **limitado** de princípios cujo objetivo seja **fixar** o significado da palavra “verdade” e das suas sinônimas de modo a **esgotar** todos os nossos comprometimentos relacionados ao fenômeno da verdade. O exemplo comum de definição desse gênero se baseia no caso de uma teoria geométrica, que define implicitamente, a partir de um conjunto limitado de axiomas, conceitos como ponto e reta. Essas definições também não comportam variação em relação às características proposicionais que podem tornar uma proposição verdadeira. Assim como as demais propostas mencionadas acima, essas definições também fornecem formas de esgotar o

significado de “verdade” que se limitam ao nosso conhecimento sobre proposições, suas estruturas e suas características.

O ponto fundamental do minimalismo em relação a todas essas formas de entender “verdade” e suas sinônimas é que elas sempre buscam fixar o significado dessas palavras por meio de um conjunto **definitivo** de princípios, que, entretanto, são epistemicamente limitados. Segundo Horwich (1998, p. 34), o significado geral de uma palavra como “verdade” é mais complexo. As regularidades de uso envolvidas no nosso entendimento geral desse tipo de palavra dificultam uma tentativa de fornecer um conjunto **definitivo** de princípios, sobretudo devido ao fato de que pode haver um ponto cego na nossa compreensão a respeito da verdade: as proposições não formuláveis. Mas que razões se tem para assumir proposições não formuláveis no contexto de uma teoria geral da verdade?

Essa infelizmente não é uma pergunta que Horwich responda. Ele simplesmente supõe (no contexto de uma teoria geral da verdade) que essas proposições **podem** existir e propõe uma forma de entender a verdade mesmo em relação a essas proposições<sup>48</sup>. Vejamos a seguinte citação na qual essa suposição fica evidente:

Nosso objetivo é uma teoria do ‘ser verdadeiro’ – uma propriedade que é atribuída às proposições independentemente de como ou se elas são expressadas. Da mesma forma, estamos procurando uma teoria do ‘expressar a verdade’ – uma propriedade que nós podemos atribuir a um enunciado independentemente da linguagem em que ele é expresso. (HORWICH, 1998, p. 28, tradução nossa, grifos nossos).<sup>49</sup>

Mesmo que Horwich não apresente uma razão para, no contexto de uma teoria geral da verdade (como o minimalismo), introduzir a hipótese de que **podem** existir proposições não formuláveis com formas desconhecidas de ser verdade, eu penso que se possa considerar que é vantajoso assumi-las nesse contexto. Trata-se de um recurso de precaução teórica. Quando uma teoria é projetada para explicar um eventual ponto cego, nós nos precavemos para o caso de existir algo nesse ponto cego que poderia tornar essa teoria incompleta. Assim, nós podemos assumir que **podem** existir proposições não formuláveis (cujas propriedades em função das quais elas se tornam verdadeiras nós não conhecemos) para atingir o objetivo teórico de construir uma concepção da verdade com as melhores chances de não ser limitada. É importante frisar que esse objetivo não é apenas do minimalismo. Como já informado no início desta

<sup>48</sup> Parte da relevância desta pesquisa consiste em fornecer algumas razões para defender que é plausível supor (no contexto de uma teoria **geral** da verdade) que podem existir proposições não formuláveis cujas propriedades em função das quais elas se tornam verdadeiras nós não conhecemos. Com isso, eu espero contribuir para fortalecer o minimalismo.

<sup>49</sup> “We are aiming for a theory of ‘being true’ – a property which is attributed to propositions regardless of how or whether they are expressed. Similarly we are looking for a theory of ‘expressing truth’ – a property we may attribute to an utterance regardless of the language in which it is couched.”

dissertação, a máxima generalidade de uma definição é algo que tradicionalmente os teóricos da verdade buscaram. O que um minimalista poderia dizer que talvez eles não tenham percebido é que esse objetivo é arriscado e torna uma definição da verdade pouco informativa. Eu gostaria de fornecer ainda outro argumento além desse para assumir que é vantajoso supor que possam existir proposições não formuláveis. Vejamos esse argumento no próximo parágrafo.

Existem basicamente dois cenários envolvidos nessa questão de aceitar ou não proposições não formuláveis no contexto de uma teoria geral da verdade:

- (1) Nós podemos **negar** que podem existir proposições não formuláveis e tentar alcançar uma teoria geral e bastante informativa da verdade com base no nosso conhecimento de proposições formuladas e formuláveis.
- (2) Nós podemos supor que essas proposições podem existir e tentar construir uma teoria geral e pouco informativa da verdade, mas que comporte **variações** nas características proposicionais responsáveis por fazer proposições verdadeiras (*truthmaking*).

No primeiro caso, se nós estivermos errados (se puderem existir proposições não formuláveis), nós acabamos com uma teoria limitada e arbitrária da verdade mesmo que ela seja bastante informativa. No segundo caso, se nós estivermos errados (se não puderem existir proposições não formuláveis), nós pelo menos acabamos com uma teoria geral da verdade mesmo que essa teoria seja pouco informativa. Uma vantagem dessa teoria é que ela poderia ser usada como uma teoria básica da verdade a partir da qual outras teorias mais limitadas poderiam ser construídas, uma vez que ela comportaria variação nas características proposicionais responsáveis por fazer proposições verdadeiras. Ora, esse é justamente o objetivo minimalista (HORWICH, 1998, p. 112, 116, 117, 126, 136). Para um minimalista, que valoriza mais a generalidade e o caráter fundacional ou básico de uma teoria do que o seu poder explicativo, a melhor opção é investir no segundo cenário.

Agora, falemos mais diretamente a respeito da abordagem minimalista para entender o significado de “verdade”. Dado tudo que já foi dito, é possível justificar a resistência minimalista em fornecer uma definição como as descritas acima do seguinte modo: podemos lembrar que o objetivo do minimalismo é captar o conjunto de princípios em função do qual o conceito geral de verdade é implantado em qualquer pensamento. Em outras palavras, esses princípios devem ser genéricos o suficiente para explicar a implantação desse conceito não apenas na nossa língua atual (Horwich menciona o inglês), mas em qualquer extensão dela. Esse objetivo de máxima generalidade acaba sendo um motivo para evitar tentativas de entender o conceito geral de verdade em função de formas limitadas de compreensão do conteúdo ao

qual nós atribuímos os valores de verdade (p.e., a proposta em termos de referência e satisfação). Trata-se da estratégia mais segura dados os objetivos minimalistas de máxima generalidade. Os teóricos tradicionais que foram examinados partem do fenômeno da verdade tal como eles o conhecem, i.e., a partir de um montante limitado de proposições verdadeiras ou supostamente verdadeiras. Como fica claro no caso da estratégia de inspiração tarskiana, esse tipo de investigação sobre a verdade corre o risco de ser limitada ou arbitrária. Para não correr esse risco, o minimalismo opta por uma abordagem ostensiva, que não introduz nenhum princípio além de uma forma geral (o esquema de equivalência), a qual guia a nossa forma mais básica de aplicar a palavra “verdade” sem mencionar nenhuma característica responsável por fazer proposições verdadeiras. Isso nos possibilita afirmar que o minimalismo é capaz de contemplar possíveis proposições não formuláveis. Assim, devido ao seu caráter esquemático e ostensivo, o minimalismo propõe **um** princípio de compreensão da verdade para literalmente cada proposição formulada, formulável ou não formulável.

Em resumo, o significado de “verdade” e outras palavras sinônimas é fornecido no minimalismo de maneira progressiva, considerando cada aplicação dessa palavra guiada pelo esquema de equivalência. De outro modo: a nossa compreensão básica da palavra “verdade” (o conceito geral de verdade) é constituída ao longo do uso dessa palavra, o qual é correto ou incorreto na medida em que ele adere ou não ao esquema de equivalência como o seu critério de correção (HORWICH, 1998, p. 36-37, 126-127). O esquema de equivalência pode ser usado para propor uma **norma** para a aplicação do conceito de verdade porque nós sabemos *a priori* que cada uma das suas instâncias informa adequadamente o que se entende por meio de **uma** atribuição de verdade. De uma maneira panorâmica, esse esquema revela o que se entende por atribuições de verdade em geral. Nesse sentido, o minimalista não diz diretamente o que significa “verdade”, mas apresenta o critério por meio do qual nós podemos julgar se alguém sabe ou não usar essa palavra. Desse modo, nós adquirimos alguma compreensão sobre o seu significado.

O leitor deve ter notado que a alusão às proposições não formuláveis de fato exclui três formas de definição (explícitas reais e nominais e implícitas baseadas em princípios de exaustão semântica). Mas ainda parece haver mais uma opção à disposição. Pode-se usar o esquema de equivalência, explicar as supostas proposições não formuláveis e ainda assim não recorrer a uma definição ostensiva. Assim, a nossa definição geral do conceito de verdade poderia ser algo como o seguinte enunciado:

(Para todo P) (a proposição de que P é verdadeira sss P).

Infelizmente não é possível mostrar qual é o problema com essa proposta até discutirmos a função de generalização do predicado da verdade. Por isso, peço que o leitor espere até o próximo capítulo, quando discutiremos tentativas de generalização a respeito da verdade.

Em síntese: em qualquer contexto no qual o conceito geral de verdade supostamente estiver sendo aplicado, a compatibilidade ou incompatibilidade dessa aplicação com o esquema de equivalência agirá como a nossa bússola para julgar se essa aplicação é correta ou não. Por exemplo, se alguém disser que “é verdade” que está quente em Fortaleza e disso não for possível deduzir que está quente em Fortaleza, pode-se julgar que o conceito sob aplicação não é o conceito geral de verdade. A legitimidade desse julgamento decorre do fato de que se pode usar cada instância do esquema de equivalência de uma forma axiomática (HORWICH, 1998, p. 17-18). Isso é esperado, uma vez que cada instância desse esquema é uma verdade necessária conhecida *a priori* (HORWICH, 1998, p. 124, 138). Assim, no caso do exemplo acima, pode-se supor a seguinte instância do esquema de equivalência: a proposição de que está quente em Fortaleza é verdadeira sss está quente em Fortaleza. Em seguida, pode-se julgar o uso mencionado como equivocado. Uma vez entendida qual é a abordagem minimalista para compreender o conceito geral de verdade (o significado mínimo de “verdade” e suas sinônimas), pode-se passar a falar sobre o poder explicativo do minimalismo.

Horwich (1998, p. 36) defende que a sua forma de entender o conceito geral de verdade é perfeitamente aceitável na medida em que ela consegue fornecer o elemento básico de explicação necessário em todas as explicações de fatos sobre a verdade. Agora veremos um exemplo de como o minimalismo faz isso. Como prometido, o exemplo diz respeito ao fato de que crenças verdadeiras facilitam o sucesso prático. O argumento de Horwich (1998, p. 22-23) será replicado nos próximos parágrafos. O fato de que crenças verdadeiras facilitam o sucesso prático pode ser exposto do seguinte modo: se S quer uma cerveja e S acredita que se ele levantar o braço, ele conseguirá uma cerveja, então se a crença dele for verdadeira, o resultado é que ele conseguirá a sua cerveja. Vamos esclarecer o que foi dito. Duas suposições precisam ser expostas:

- (1) S deseja que (S tenha uma cerveja).
- (2) S acredita que (Se S levantar o braço, S conseguirá uma cerveja).

Horwich introduz uma instância do silogismo prático, o qual relaciona desejos, crenças e ações:

- (3) Se [S deseja que (S tenha uma cerveja) & S acredita que (Se S levantar o braço, S conseguirá uma cerveja)], então S levanta o braço. (Premissa)

(4) Logo, S levanta o braço. (A partir de 1, 2, 3)

Agora vamos supor que a crença de S seja “verdadeira”, mas a esta altura do argumento não se sabe o que isso informa.

(5) A crença de S é verdadeira. (Premissa)

(6) A crença de que (Se S levantar o braço, então S conseguirá uma cerveja) é verdadeira. (A partir de 2 e 5)

O minimalismo fornece para nós o conteúdo de uma atribuição de verdade por meio de uma instância do esquema de equivalência (um axioma), qual seja:

(7) A crença de que (Se S levantar o braço, então S conseguirá uma cerveja) é verdadeira sss se S levantar o braço, então S conseguirá uma cerveja.

(Axioma da Teoria Minimalista)

(8) Se S levantar o braço, então S conseguirá uma cerveja. (A partir de 6 e 7)

(9) Logo, S conseguirá uma cerveja. (A partir de 4 e 8)

É importante notar que nada disso implica que crenças verdadeiras **garantam** o sucesso prático. Toda essa inferência é baseada em uma série de suposições implícitas. Por exemplo, a suposição de que S está no local adequado, de que o garçom percebe S, de que o garçom está disposto a servir S dada a condição de S levantar o braço, etc. Mas a inferência acima mostra como o minimalismo fornece **a peça fundamental** para que se possa interpretar corretamente uma atribuição de verdade e assim auxiliar na explicação do porquê de crenças verdadeiras **facilitarem** o sucesso prático. Outra consequência interessante dessa forma de explicação que Horwich fornece é que ela mostra que se pode contribuir mesmo que de maneira singela para atender a uma demanda explicativa de alguns filósofos pragmatistas (explicar por qual motivo crenças verdadeiras facilitam a vida) sem definir a verdade em termos de sucesso prático.

Neste capítulo, viu-se uma forma corriqueira de argumentar em favor do minimalismo. Do ponto de vista minimalista, a maioria das teorias da verdade tem o problema de ser limitada ou inadequada relativamente a certos padrões de adequação teórica<sup>50</sup>. Mais precisamente, o tipo de crítica minimalista que foi apresentada vai na direção de considerar dois aspectos da seguinte maneira: (1) a primeira parte da argumentação diz respeito a como Horwich faz para defender que certas teorias são inadequadas dados certos critérios de adequação (p.e, máxima generalidade, clareza e não circularidade) e (2) a segunda parte diz respeito a como ele argumenta para defender que a sua posição satisfaz outros critérios de

---

<sup>50</sup> Nós ainda veremos em detalhe no próximo capítulo como um minimalista pode criticar uma teoria tradicional da verdade por ser desnecessariamente complexa, outro critério de adequação teórica que será aprofundado.

adequação (p.e, máxima generalidade e acomodação ao uso básico comum), que são parcialmente diferentes dos primeiros. Vimos que o minimalista demonstra insatisfação com as teorias que tentam definir a verdade por meio de um conjunto de princípios epistemicamente limitados. Não seria equivocado dizer que o minimalismo é uma teoria da verdade com um caráter cartesiano. Horwich tenta se livrar de todas as crenças dispensáveis a respeito da verdade e ficar apenas com o que ele pensa ser imprescindível. O minimalismo tem a pretensão de ser uma teoria literalmente fundamental da verdade na qual outras teorias possam ser baseadas.

Um resultado relevante deste capítulo é que com ele se obtém algumas razões para crer que a verdade é uma propriedade lógica: defendeu-se que, tendo em mente o nível mais abrangente de instanciação da verdade, essa propriedade deve ser entendida por meio de uma forma lógica. Assim, a propriedade da verdade se revela como uma propriedade **(1) entendida *a priori*, (2) por meio de uma forma lógica, (3) a qual aparentemente nos permite atingir o nível máximo de generalidade a respeito do fenômeno da verdade**<sup>51</sup>. Esse é um padrão de compreensão que reforça a crença de que a verdade é uma propriedade lógica, uma conclusão que será defendida também no próximo capítulo a partir de outros argumentos de Horwich.

No entanto, os três fatores mencionados acima também podem motivar a conclusão de que **não** existe verdade, se a razão para a verdade ser entendida *a priori* e por meio de uma forma lógica geral for alguma relação de analiticidade. A ideia é que se “a proposição de que P é verdadeira” estiver analiticamente vinculada a “P”, então na realidade o predicado da verdade seria um predicado sem relevância semântica. Portanto, não haveria nenhuma razão para crer que existe uma propriedade associada a ele. Nesse sentido, “a proposição de que P é verdadeira” significaria o mesmo que “P” em “a proposição de que P é verdadeira sss P”. A partir de argumentos de Horwich, essa hipótese será rejeitada no próximo capítulo e, com isso, a conjectura de que a verdade é uma propriedade lógica será reforçada.

O próximo capítulo está conectado a este de dois modos. Em primeiro lugar, uma pergunta natural que surge quando alguém toma consciência de que o minimalismo busca expressar o conteúdo mínimo do conceito de verdade é a pergunta pelo tipo de propriedade expressada por esse conteúdo. De fato, o próximo capítulo é uma continuação deste porque neste capítulo foi exibido como o minimalista argumenta a favor da posição de que a melhor e

---

<sup>51</sup> Além disso, não podemos esquecer que essa forma lógica é usada no minimalismo com um propósito normativo. Isso, todavia, não implica que a verdade seja uma propriedade normativa. A reivindicação do minimalismo é que o dispositivo por meio do qual se pode entender a verdade em geral (o esquema de equivalência) tem um papel normativo. Por analogia, um dispositivo por meio do qual se pode entender o trânsito no Brasil, o Código de Trânsito Brasileiro, tem um papel normativo, mas isso não implica que o trânsito brasileiro tenha um papel desse gênero. Que há trânsito no Brasil é um fato físico e que, por si só, não tem poder normativo.

mais segura caracterização do conceito básico de verdade se baseia no esquema de equivalência. Já no próximo capítulo, será investigado que propriedade é esta para a qual o conceito geral de verdade assim entendido direciona a nossa atenção. Em segundo lugar, a discussão sobre o significado de “verdade”, que foi começada no fim deste capítulo, será continuada no próximo capítulo.

A discussão em questão é a seguinte: questionou-se a respeito do significado de “verdade” para um minimalista, mas nenhuma resposta direta foi dada. Apenas mencionou-se como respostas diretas poderiam ser dadas e justificou-se a opção do minimalista por dar uma resposta indireta. No próximo capítulo, continuar-se-á debatendo o tema do significado de “verdade” ou, mais precisamente, o tema do tipo de propriedade que essa palavra expressa. Veremos que o minimalismo realmente não busca dar uma resposta direta para essa demanda. A sua resposta consiste em uma forma de **apontar** para a propriedade de ser verdade. Veremos ainda que a argumentação de Horwich nesse sentido começa com um exame do uso do predicado da verdade cujo objetivo é rastrear a propriedade de ser verdade a partir das aplicações significativas de “é verdade”. Por fim, algumas razões de Horwich para optar por uma definição ostensiva da natureza da verdade serão apresentadas. Essas razões podem ser associadas às que foram apresentadas neste capítulo para compor uma defesa relativamente extensa da posição minimalista.

#### 4 A VERDADE CONFORME O MINIMALISMO DE HORWICH

Neste capítulo, será tratado o tema da natureza da verdade no minimalismo de Horwich. Este capítulo possui duas partes, a saber: ver-se-á (1) como o minimalista é capaz de **apontar** por meio das suas definições implícitas, ou seja, de uma lista de instâncias do esquema de equivalência, para a propriedade da verdade e (2) que tipo de razão **direta** existe para favorecer uma lista tal como a proposta pelo minimalismo como uma definição do conceito de verdade<sup>52</sup>. Vale ressaltar que a resposta que será dada para a pergunta pela natureza da verdade é indireta, já que o minimalismo não oferece uma resposta direta para essa questão. Uma citação emblemática a esse respeito é a seguinte:

Em primeiro lugar, ele não diz explicitamente *o que é a verdade*: ele não contém nenhum princípio com a forma ‘(x) (x é verdade sss ... x ...)’ ou ‘O que torna verdadeira uma proposição é sua posse da característica P’. (HORWICH, 1998, p. 20, tradução nossa, grifos do autor, grifo nosso)<sup>53</sup>.

Na citação acima, a expressão “ele” se refere ao minimalismo. Falemos sobre a primeira parte deste capítulo. Por “apontar” acima, eu quis dizer uma forma de exibir a existência da propriedade de ser verdade tal como se faz quando se aponta para um objeto qualquer. A forma de apontar para a propriedade da verdade da qual o minimalismo lança mão se baseia na hipótese de que para identificar uma propriedade expressada por um predicado é **possível** primeiramente identificar os casos nos quais esse predicado tem algum uso, já que Horwich (1998, p. vii) adota uma teoria do significado como uso ao longo da sua teoria da verdade. O que está suposto nesse tipo de procedimento é que o uso é **uma** propriedade que **explica** a existência do significado. Por exemplo, digamos que você esteja em uma cidade estrangeira e queira saber o que significa a placa X. Você nota que muitos motoristas que avistam essa placa param os seus veículos. A sua inferência natural é que a placa X significa “pare” ou algo similar. Para explicar por qual razão a placa X significa a ordem de parar você **pode** recorrer ao uso da placa X mais ou menos do seguinte modo: a placa X significa a ordem de parar porque as pessoas usam essa placa para parar ou, mais precisamente, para saber onde e quando parar os seus veículos.

<sup>52</sup> A propriedade em questão é, mais precisamente, a propriedade universal F responsável por fazer proposições verdadeiras – a essência da verdade. Como o leitor já deve saber, do ponto de vista minimalista, essa propriedade não é substancial, ou seja, o que se pode dizer adequadamente a respeito dela é pouco informativo, não complementando nem corrigindo as nossas intuições aléticas conhecidas *a priori*. Essas intuições, segundo o minimalismo, são satisfatoriamente captadas pelas instâncias do esquema de equivalência.

<sup>53</sup> “In the first place, it does not say explicitly *what truth is*: it contains no principle of the form ‘(x) (x is true iff ... x ... )’, or ‘What makes a proposition true is its having characteristic P’.”

O primeiro passo para chegar a uma explicação como essa que foi dada acima é a identificação dos casos nos quais o predicado da verdade tem algum uso, i.e., as situações nas quais ele **não** é dispensável, inútil ou redundante. Já que a teoria do significado de Horwich é a teoria do uso, então ao se identificar algum uso para o predicado da verdade, também se identifica a propriedade que se pode empregar para explicar por que o predicado da verdade tem significado. Além disso, a depender do tipo de uso, poder-se-á classificar o tipo de significado e de propriedade envolvidos. Por exemplo, se um predicado como “é diabético” tem um uso médico ou científico, não se deve inferir que o significado desse predicado é matemático ou que a propriedade de ser um diabético é uma propriedade matemática. Deve-se inferir que se trata de uma propriedade médica ou científica. O mesmo procedimento será aplicado ao caso da verdade. Como o leitor verá, o tipo de uso que será atribuído ao predicado da verdade é caracterizado pelo minimalismo como lógico e, como consequência, a propriedade de ser verdade será entendida como uma propriedade lógica ao lado de propriedades como identidade, implicação, contradição, etc.

Agora falemos sobre a segunda parte deste capítulo. No capítulo anterior, foram dadas razões **indiretas** para adotar o minimalismo, já que essas são as razões mais comuns. Os argumentos mais corriqueiros de Horwich são argumentos com o seguinte padrão:

(A) Uma teoria da verdade T é inadequada ou limitada. O minimalismo não é inadequado nem limitado ou, no mínimo, menos limitado. Logo, devemos optar pelo minimalismo.

Esse tipo de argumento tem uma suposição implícita: um minimalista como Horwich pode considerar a sua teoria adequada porque ele tem em mente critérios de adequação diferentes dos critérios dos filósofos que ele critica. Os filósofos que ele critica buscam construir teorias gerais e profundas da verdade, i.e., teorias que expliquem **toda** a extensão do fenômeno da verdade de uma forma não meramente intuitiva. Enquanto isso, Horwich busca uma teoria com igual generalidade, mas que apresente apenas o montante mínimo de informação veiculada ou vinculável por todos os usos atuais ou possíveis do conceito de verdade.

Como já foi visto, a razão de Horwich para proceder como informado acima consiste no fato de que quanto mais qualificações são introduzidas no que diz respeito a uma propriedade verdadeira universal, menos geral a teoria da verdade **pode** se tornar. A razão de Horwich para defender isso consiste no fato de que, no contexto de uma teoria geral da verdade, essas qualificações são baseadas no nosso conhecimento de proposições, o qual pode ter um ponto cego do qual é útil fazer a teoria se proteger. Essa forma de argumentação é de certa

maneira indireta porque, em função de certas críticas a outras teorias, o minimalismo aparece como a segunda opção após se ter abdicado do objetivo de profundidade para preservar a generalidade de uma teoria da verdade. Já os argumentos de Horwich que serão apresentados aqui são diretos. Eles têm a função de reforçar a opção por uma caracterização minimalista da natureza da verdade sem atacar diretamente uma teoria específica da verdade.

O leitor verá que existem basicamente dois tipos diretos de argumentação que Horwich usa a favor do minimalismo e das suas definições de lista. O primeiro tipo de argumento se vale da função do conceito básico de verdade para declarar leis gerais (função de generalização). Esse argumento basicamente consiste em notar que a nossa forma de declarar uma lei geral é por meio do seguinte tipo de enunciado: todas as instâncias da forma ou fórmula (em contextos científicos ou matemáticos)  $x$  são verdadeiras. Por exemplo, todas as instâncias da fórmula “ $E=mc^2$ ” são verdadeiras. Essa é uma construção que pode parecer estranha, mas não se poderia simplesmente dizer que a fórmula em questão é verdadeira porque ela é na realidade só um esquema que só se torna verdadeiro ou falso na medida em que nós atribuímos valores aos seus elementos. O problema no caso do fenômeno da verdade é que, para declarar a lei geral da verdade (a lei que definiria o que é a verdade), seria preciso usar o próprio conceito geral de verdade, o que tornaria a definição desse conceito circular. Diante desse problema, o minimalista propõe uma forma alternativa de definir o conceito geral de verdade, uma definição de uso baseada no esquema de equivalência.

O segundo tipo de argumento direto se utiliza da similaridade entre o esquema de equivalência e leis lógicas ou matemáticas e da diferença entre fatos conhecidos *a priori* e fatos conhecidos *a posteriori*. Além disso, ele explora a nossa forma de entender cada uma dessas classes de fatos. Em resumo, normalmente não é preciso definir **exaustivamente** um conceito que é usado para pensar a respeito de um fato *a priori*<sup>54</sup>. Por exemplo, não é preciso definir exaustivamente o conceito de não contradição para entender a lei da não contradição, a qual descreve um fato conhecido *a priori*. Tudo que é preciso fazer é entender alguns conceitos (negação, proposição, verdade, falsidade e conjunção) dos quais decorre *a priori* que nenhuma proposição é verdadeira e falsa ao mesmo tempo e sob as mesmas circunstâncias. Veremos que de acordo com o minimalismo, o conceito geral de verdade pertence a essa classe de conceitos, sendo esse um conceito mais precisamente lógico, que se comporta como os seus pares. Ele é

---

<sup>54</sup> As definições que buscam exaurir um *definiendum* são as explícitas e a implícita que busca exaurir todos os nossos comprometimentos em relação a um termo por meio de contextos de uso. As definições ostensivas não têm essa pretensão. Elas comportam variações de significado que podem ocorrer ao longo do uso de uma expressão. Essas definições fornecem no máximo algum **padrão recorrente** durante o uso de uma expressão, o qual pode ser utilizado como **critério de correção de uso**.

um conceito que expressa uma propriedade lógica entendida sem a necessidade de uma definição exaustiva.

No próximo tópico, falar-se-á a respeito da primeira parte descrita acima.

#### 4.1 Minimalismo ontológico

Agora vamos à exposição da forma minimalista de apontar para a propriedade de ser verdade. No que se segue, será feita uma caracterização superficial para que o leitor entenda o caráter geral da proposta. Em seguida, far-se-á uma exposição mais profunda dessa proposta com o objetivo de esclarecer alguns detalhes seus.

Por razões de brevidade, eu vou chamar a posição minimalista a respeito do caráter ontológico da verdade de “minimalismo ontológico”. O minimalismo ontológico é uma abordagem caracterizada por defender que a propriedade da verdade existe. Essa é uma diferença **fundamental** entre o minimalismo e outras propostas deflacionistas a respeito da verdade. Segundo Horwich, a propriedade da verdade não deve ser eliminada e o predicado da verdade a descreve. Vejamos a seguinte citação na qual Horwich declara que não elimina a propriedade da verdade: “Seguirei a linguagem comum ao supor que a verdade é uma propriedade das proposições.” (HORWICH, 1998, p. 16, tradução nossa)<sup>55</sup>. Agora, vejamos mais duas citações nas quais Horwich declara que o predicado da verdade tem poder descritivo:

[...] da perspectiva atual, estamos rejeitando a ideia de Strawson (1950) e Ayer (1963) de que o predicado da verdade não é usado para fornecer descrições ou fazer declarações sobre as coisas às quais ele é aplicado, mas que ele é usado para executar atos de fala bem diferentes: endossar, concordar, conceder, etc. (HORWICH, 1998, p. 38-39, tradução nossa)<sup>56</sup>.

Nessa citação, Horwich mostra que rejeita a teoria da verdade como redundância ao negar a sua hipótese fundamental de que o predicado da verdade não tem relevância semântica. Na próxima citação, ver-se-á que Horwich afirma que o predicado da verdade expressa uma propriedade, a verdade:

Sem dúvida, nós realizamos todo tipo de ato de fala (como *concordar* e *conceder*) com o predicado da verdade. Mas, como Warnock (1964) observou, é melhor dizer

---

<sup>55</sup> “I shall follow ordinary language in supposing that truth is a property of propositions.”

<sup>56</sup> “[...] from the present perspective we are rejecting the idea due to Strawson (1950) and Ayer (1963) that the truth predicate is not used to give descriptions or make statements about the things to which it is applied, but that it is used instead to perform quite different speech acts: endorsing, agreeing, conceding, etc.”

que nós fazemos isso *ao* (não *em vez de*) fazer uma afirmação – isto é, *ao* atribuir a propriedade, verdade [...] (HORWICH, 1998, p. 40, tradução nossa, grifos do autor)<sup>57</sup>.

Nesse sentido, do ponto de vista minimalista, o predicado da verdade não é um mero recurso que se usa para enfatizar o que é afirmado. Esse predicado é informativo ou significativo e se pode usar esse seu caráter significativo para rastrear a propriedade de ser verdade. Veremos como isso funciona no decorrer deste capítulo.

Como já aludido, a tese minimalista de que o predicado da verdade descreve uma propriedade é baseada em considerações a respeito do conceito geral de verdade, i.e., a respeito do significado básico do predicado da verdade e dos seus sinônimos. Em outras palavras, a chave para perceber que há uma propriedade de ser verdade consiste em um exame dos usos significativos do predicado da verdade. De acordo com Horwich (1998, p. 37), a propriedade de ser verdade **pode ser** entendida como uma **propriedade lógica**, já que os usos significativos do predicado da verdade que provavelmente o mantém na nossa linguagem são usos lógicos – no mais, ele parece descartável como os redundantistas defenderam e defendem. Vejamos uma citação na qual Horwich concede a denominação de “propriedade lógica” à propriedade da verdade e em seguida vejamos que propriedade lógica é essa a partir de um exame do uso lógico do predicado da verdade:

O que o minimalista deseja enfatizar, no entanto, é que a verdade não é uma propriedade complexa ou natural, mas uma propriedade de outro tipo. (Hartry Field (1992) sugere o termo ‘propriedade lógica’.) O ponto por trás desse jargão é que diferentes tipos de propriedade correspondem a diferentes papéis que os predicados desempenham em nossa linguagem, e que, a menos que essas diferenças sejam apreciadas, seremos tentados a fazer perguntas sobre um tipo que podem legitimamente surgir apenas em conexão com outro tipo. (HORWICH, 1998, p. 37-38, tradução nossa, grifo do autor)<sup>58</sup>.

Segundo o minimalismo, a propriedade lógica em questão pode ser examinada quando se aplica corretamente “é verdade” a **frases nominais** (p.e., “o que ele disse” junto ao predicado “é verdade”). Uma frase nominal ou substantiva (*noun phrase*) é o que nós chamamos em português de “oração subordinada substantiva”. Em resumo, trata-se de uma oração ou frase que, dentre outras coisas, pode atuar como um sujeito ou, do ponto de vista lógico, como um

<sup>57</sup> “No doubt we do perform all kinds of speech act (such as *agreeing* and *conceding*) with the truth predicate. But, as Warnock observed (1964), it is best to say that we do so *by* (not *instead of*) making a statement – that is, *by* attributing the property, truth [...]”

<sup>58</sup> “What the minimalist wishes to emphasize, however, is that truth is not a complex or naturalistic property but a property of some other kind. (Hartry Field (1992) suggests the term ‘logical property’.) The point behind this jargon is that different kinds of property correspond to different roles that predicates play in our language, and that unless these differences are appreciated, we will be tempted to raise questions regarding one sort that can legitimately arise only in connection with another sort.”

termo individual. Assim, dada a aplicação do predicado da verdade, as estruturas simbólicas mencionadas atuam na execução de uma declaração, que pode ser indireta (sem mencionar explicitamente uma proposição) caso a frase nominal em questão seja algo como “o que ele disse”, “a hipótese dele”, etc. Por exemplo, o que ele disse é verdade. Algumas frases nominais, por outro lado, são diretas, ou seja, elas apresentam explicitamente uma proposição. Por exemplo, “a proposição de que  $1+1=2$  (...)”, a qual forma a frase “a proposição de que  $1+1=2$  é verdadeira”. Dito de outro modo, existe uma classe de sentenças declarativas (p.e., o que ele disse é verdade, a proposição de que  $1+1=2$  é verdadeira, etc.) cujas regras lógicas de formação exigem a introdução do predicado da verdade.

Dentre as sentenças declarativas mencionadas acima, aquelas que apresentam um papel lógico que nós precisamos constantemente são aquelas que não fazem declarações diretas. A razão para tanto é o fato de muitas vezes nós não sermos capazes de apresentar uma proposição diretamente mesmo que nós tenhamos a convicção de que essa proposição é verdadeira. É nesses contextos que, segundo o minimalismo, o predicado da verdade demonstra o seu uso e, portanto, o seu significado. Por exemplo, em frases como “o que ele disse é verdade”, das quais o predicado da verdade **não** pode ser suprimido sem perda de significado. Segundo Horwich, é provavelmente essa aplicação lógica especial do predicado da verdade que não o faz cair em desuso (HORWICH, 1998, p. 33). Nos demais casos (p.e., a proposição de que  $1+1=2$  é verdadeira), nós podemos facilmente **usar** apenas as proposições embutidas nas atribuições de verdade e descartar o predicado da verdade – veremos nas próximas páginas como isso pode ser feito. A questão que se levanta aqui é: se esse é o uso lógico do predicado da verdade, qual é exatamente a propriedade lógica para a qual esse uso nos chama a atenção?

Para responder à pergunta acima, é necessário primeiramente observar que o esquema de equivalência de Horwich é construído por meio de frases nominais. Sendo assim, a expressão “a proposição de que P” é uma frase nominal, i.e., é uma oração que ocupa o local de um termo individual na forma “x é verdadeira”. De tal modo, cada instância do esquema de equivalência **apresenta** a propriedade lógica mencionada acima<sup>59</sup>. Em cada uma delas, nós supomos que exista uma identidade entre uma frase “P” e uma frase nominal “a proposição de que P” e, para o efeito de simular a estrutura declarativa de “P”, nós usamos o predicado da

---

<sup>59</sup> Em outras palavras, mesmo casos como “a proposição de que  $1+1=2$  é verdadeira” apresentam a propriedade lógica mencionada, associada ao predicado da verdade. Quando Horwich afirma que nesses casos é possível facilmente dispensar o predicado da verdade, isso não significa que a propriedade da verdade também possa ser dispensada. Nas próximas páginas, será informado que as duas eliminações (do predicado da verdade e da propriedade da verdade) não são concomitantes e que há outros recursos para desempenhar o papel do predicado da verdade de expressar a propriedade da verdade. Desse modo, pode-se eliminar o predicado da verdade e ainda assim expressar a sua respectiva propriedade.

verdade para formar “a proposição de que P é verdadeira”. Em resumo, o predicado da verdade funciona logicamente como um predicado, ou seja, ele se anexa a um termo individual e por meio dele nós fazemos uma descrição desse termo, que expressa uma proposição. O que nós descrevemos é que esse termo informa **certa propriedade condicionada a como a realidade é**, tal como acontece com a proposição que ele expressa. Como exatamente é essa propriedade ou aspecto geral o minimalismo não diz nem pretende dizer pelas razões que já foram apresentadas no capítulo anterior<sup>60</sup>. Vejamos as seguintes citações nas quais Horwich apresenta essa posição:

Considere, por exemplo, a concepção liberal segundo a qual todo termo que funciona logicamente como um predicado representa uma propriedade. Ora, é uma característica vital da verdade que nós possamos argumentar da seguinte maneira:

*x é verdadeiro;*  
*x = a proposição de que p;*  
 $\therefore$  A proposição de que *p* é verdadeira;  
 $\therefore p$ .

Portanto, o predicado da verdade deve realmente ser apresentado na lógica como um predicado. Assim, existe uma concepção perfeitamente legítima e fraca de propriedade segundo a qual o minimalismo implica que a verdade certamente é uma. (HORWICH, 1998, p. 141-142, tradução nossa, grifos do autor)<sup>61</sup>.

Nessa citação, Horwich declara que a verdade é uma propriedade. Na próxima citação, ele assevera que essa propriedade é explicada em termos de condições da realidade, i.e., que a sua atribuição está condicionada ao que há – os sinais “<” e “>” são uma abreviação para “a proposição de que”:

Ao mapear as relações de dependência explicativa entre os fenômenos, nós natural e adequadamente concedemos prioridade explicativa final a coisas como as leis básicas da natureza e as condições iniciais do universo. A partir desses fatos, tentamos deduzir e assim explicar por que, por exemplo,

(3) A neve é branca.

---

<sup>60</sup> Nós **podemos**, todavia, caracterizar essa propriedade por meio de conceitos como exemplificação (Fa é verdade quando **a** exemplifica F), atualidade (Fa é verdade quando **a** é atualmente F), dentre outras alternativas, desde que nós reconheçamos que essas estratégias correm o risco de limitação ou são apenas desnecessariamente complexas.

<sup>61</sup> “Consider, for example, the liberal conception according to which every term that functions logically as a predicate stands for a property. Now it is a vital feature of truth that we can argue as follows:

*x is true;*  
*x = the proposition that p;*  
 $\therefore$  The proposition *that p* is true;  
 $\therefore p$ .

Therefore the truth predicate must indeed be rendered in logic as a predicate. Thus there is a perfectly legitimate, weak conception of property according to which minimalism implies that truth certainly is one.”

E, só então, invocando a teoria minimalista, deduzimos e assim explicamos por que

(4) <A neve é branca> é verdadeira.

Portanto, do ponto de vista minimalista, (3) é de fato explicativamente anterior a (4) [...]. Assim, podemos estar perfeitamente à vontade com a ideia de que as verdades são tornadas verdadeiras por elementos da realidade. (HORWICH, 1998, p. 104-105, tradução nossa, grifo nosso)<sup>62</sup>.

Talvez a resposta mais direta a respeito da questão da natureza da verdade que seja possível extrair de um minimalista alético seja a de que a propriedade de ser verdade é a propriedade proposicional de revelar como é o mundo. Em outras palavras, quando se faz uma atribuição de verdade a uma proposição P, se está atribuindo a P certo poder de revelação, ou seja, o poder de dizer que as coisas são assim e assim apenas quando elas o são. Naturalmente, se é esse o caso, a atribuição só será correta se as coisas forem realmente tal como P diz que são. Qual é exatamente a forma ou estrutura da propriedade proposicional de revelar como é o mundo é algo que o minimalismo não fornece porque, como já dito diversas vezes, essa teoria supõe que pode existir um ponto cego nas nossas respostas para essa questão de modo que é mais seguro manter certo nível de vagueza. Em resumo, para uma proposição P qualquer, ser uma verdade é revelar como o mundo é, mas essa formulação não diz nada mais do que o que é dito pelo esquema de equivalência.

Ainda na linha do que foi dito acima, Horwich defende que o fato de o predicado da verdade ter um papel descritivo implica que há uma diferença proposicional entre proposições expressadas por meio de sentenças de atribuição de verdade, que incorporam frases nominais, e suas proposições relacionadas. Por exemplo, existe uma diferença proposicional entre a sentença “o que S afirma é verdade” e “P” mesmo quando supomos que S afirma que P. De maneira geral, existe uma diferença proposicional entre os lados das instâncias do esquema de equivalência de modo que não é possível dizer que há uma relação de sinonímia entre esses lados. Os lados dessas instâncias são proposicionalmente distintos. Essa distinção é importante para dar sentido a uma intuição relevante: a intuição de que existe alguma diferença entre

---

<sup>62</sup> “In mapping out the relations of explanatory dependence between phenomena, we naturally and properly grant ultimate explanatory priority to such things as the basic laws of nature and the initial conditions of the universe. From these facts we attempt to deduce, and thereby explain, why, for example,

(3) Snow is white.

And only then, invoking the minimal theory, do we deduce, and thereby explain, why

(4) <Snow is white> is true.

Therefore, from the minimalistic point of view, (3) is indeed explanatorily prior to (4) [...] Thus we can be perfectly comfortable with the idea that truths are made true by elements of reality.”

expressar um fato e reconhecer um fato enquanto tal. O minimalista entende que atribuições de verdade – embora estejam correlacionadas com fatos – não expressam apenas fatos. Elas também expressam o reconhecimento de que um fato é um fato. Quando nós fazemos uma atribuição de verdade (p.e., a proposição de que a neve é branca é verdadeira), nós estamos reconhecendo determinado fato ou proposição verdadeira e toda a diferença entre os lados das instâncias do esquema de equivalência reside nesse reconhecimento.

Para entender melhor essa posição, vejamos a seguinte citação de Horwich na qual ele se refere à diferença proposicional entre uma proposição P e a proposição de que é verdade que P:

Por exemplo, foi sugerido por Frege (1891, 1918), Ramsey (1927) e Ayer (1935, 1936) que as formas

(35) *p*

e

(36) É verdade *que p*

fornecem o mesmo sentido, independentemente da sentença declarativa em inglês substituída por '*p*'. Isso geralmente é chamado de 'teoria da redundância da verdade' e evidentemente entra em conflito com a visão desenvolvida aqui, que associa um constituinte proposicional definitivo ao predicado da verdade – um constituinte que faz parte de uma dessas proposições, mas não da outra. (HORWICH, 1998, p. 38, tradução nossa, grifo nosso)<sup>63</sup>.

O tipo de constituinte proposicional que geralmente é associado a um predicado é uma espécie de informação que rastreia propriedades. Assim, dizer que existe um constituinte proposicional **definitivo** associado ao predicado da verdade implica em dizer que existe uma propriedade associada a esse predicado.

Já vimos de maneira resumida qual é a utilidade do predicado da verdade e, nesse contexto, seguem-se duas questões: (a) por qual motivo tantos deflacionistas defendem que o predicado da verdade não tem nenhuma relevância semântica? (b) Quais são os usos inúteis que

---

<sup>63</sup> “For example, it was suggested by Frege (1891, 1918), Ramsey (1927), and Ayer (1935, 1936) that the forms

(35) *p*

and

(36) It is true *that p*

yield the same sense no matter what declarative English sentence is substituted for '*p*'. This is often referred to as 'the redundancy theory of truth' and it evidently conflicts with the view advanced here which associates a definite propositional constituent to the truth predicate—a constituent which is part of one of these propositions but not of the other.”

esses deflacionistas têm em mente quando eles defendem que não é adequado associar uma propriedade ao predicado da verdade em função da redundância e decorrente inutilidade semântica desse predicado? Os deflacionistas referidos aqui são filósofos como Strawson (1999) e Ayer (2001), que defenderam que o predicado da verdade é semanticamente irrelevante e que, portanto, não há nenhuma razão para crer que haja uma propriedade da verdade. Essa tese é defendida com base no fato linguístico de que dizer que é verdade que P informa o mesmo que dizer que P.

Respondamos às perguntas acima. Como já aludido, Horwich defende que o critério para identificar a propriedade que o predicado da verdade expressa se resume às aplicações **úteis** que esse predicado tem. A citação que evidencia isso já foi apresentada, mas vejamos novamente essa passagem com uma ênfase em um período específico:

O que o minimalista deseja enfatizar, no entanto, é que a verdade não é uma propriedade complexa ou natural, mas uma propriedade de outro tipo. (Hartry Field (1992) sugere o termo ‘propriedade lógica’.) O ponto por trás desse jargão é que diferentes tipos de propriedade correspondem a diferentes papéis que os predicados desempenham em nossa linguagem, e que, a menos que essas diferenças sejam apreciadas, seremos tentados a fazer perguntas sobre um tipo que podem legitimamente surgir apenas em conexão com outro tipo. (HORWICH, 1998, p. 37-38, tradução nossa, grifo do autor, grifo nosso)<sup>64</sup>.

Assim, a depender da função que o predicado da verdade desempenhar, deve-se atribuir ou **não** certa propriedade a ele. De acordo com esse critério, se esse predicado não desempenhar nenhuma função em algum contexto (quando ele for inútil), pode-se simplesmente não associar **a ele** uma propriedade. Quais seriam então os usos inúteis do predicado da verdade, ou seja, quais seriam os usos aos quais não se deveria associar uma propriedade? A citação abaixo nos possibilitará identificar os usos inúteis do predicado da verdade – os sinais “<” e “>” são uma abreviação para “a proposição de que”:

(37) <A neve é branca> é verdadeira, [...]

Mas note que tais usos da verdade não têm grande valor: poderíamos facilmente passar sem eles. (HORWICH, 1998, p. 39, tradução nossa, grifos do autor)<sup>65</sup>.

<sup>64</sup> “What the minimalist wishes to emphasize, however, is that truth is not a complex or naturalistic property but a property of some other kind. (Hartry Field (1992) suggests the term ‘logical property’.) The point behind this jargon is that different kinds of property correspond to different roles that predicates play in our language, and that unless these differences are appreciated, we will be tempted to raise questions regarding one sort that can legitimately arise only in connection with another sort.”

<sup>65</sup> “(37) <Snow is white> is true [...]

But notice that such uses of truth have no great value: we could easily do without them.”

Casos como (37) podem ser facilmente reformulados sem frases nominais. Por exemplo, podemos trocar “a proposição de que a neve é branca é verdadeira” pela **ação de afirmar** que “a neve é branca é uma proposição verdadeira” e suprimir a expressão “é uma proposição verdadeira” sem nenhuma perda de expressividade. Nesses casos, o predicado da verdade é realmente redundante. Notemos que esses casos são também aqueles nos quais ele é inútil ou sem uso e, sendo assim, sem significado. Mas ainda é possível dizer que esses casos de redundância **não** nos possibilitam inferir que **não** há uma propriedade de ser verdade porque a força assertiva com a qual uma proposição é declarada desempenha o mesmo papel que uma atribuição de verdade, ou seja, expressar a propriedade de ser verdade. Vejamos por qual razão eu defendo esse ponto.

Existe uma diferença entre (i) uma proposição e (ii) a ação de afirmar uma proposição. A proposição de que a Terra é um planeta indica o fato de que a Terra é um planeta, mas essa proposição pode ser entretida ou pensada sem nenhum comprometimento ontológico. No entanto, ao se afirmar que a Terra é um planeta, não só se indica o fato de que a Terra é um planeta, mas também um comprometimento ontológico com esse fato. Em resumo, há compromisso ontológico quando se desempenha uma ação de afirmar, mas esse compromisso não precisa ocorrer quando simplesmente se pensa ou se concebe um fato<sup>66</sup>.

Foi reivindicado acima que o predicado da verdade tem o mesmo papel de uma ação de afirmar, ou seja, por meio dele se introduz comprometimento ontológico. Assim, pensar que a Terra é um planeta é diferente de pensar que é verdade que a Terra é um planeta. No primeiro caso, não há necessariamente comprometimento ontológico e no segundo caso deve haver, em função do uso do conceito de verdade. Portanto, quando se tenta eliminar a propriedade da verdade por meio da eliminação do predicado da verdade, mas é mantido um contexto no qual há força assertiva atuando, não se está realmente eliminando uma propriedade, mas apenas a expressando por meio de outro recurso linguístico: a força assertiva.

Nesse sentido, por meio dessas aplicações redundantes do predicado da verdade se está repetindo um processo que já foi realizado por meio da força assertiva: **dizer** que P é verdade é o mesmo que **dizer** que P. De tal modo, por meio da força assertiva consegue-se atingir o mesmo efeito de uma atribuição de verdade de maneira que nesses casos o predicado da verdade se torna descartável e nenhuma propriedade deve ser atribuída **a ele**. Mas nada disso

---

<sup>66</sup> A distinção acima independe de como você conceba a noção de proposição a não ser que alguém adote a concepção de que uma proposição é uma ação de afirmar. Mas, para as demais noções de proposição, a distinção é válida. Por exemplo, quer uma proposição seja um arranjo de objetos e propriedades (concepção de Russell) quer seja o sentido de um enunciado (concepção de Frege), ainda assim é possível sustentar a distinção acima.

implica que a propriedade da verdade não esteja sendo informada por meio de outros dispositivos de comunicação – no nosso caso, a força assertiva.

Dado que Horwich supõe que é a utilidade de um sinal linguístico que explica o seu significado, então os casos em questão não podem ser usados para explicar o que significa “é verdade”. Isso não implica, no entanto, que a verdade enquanto propriedade deixe de existir. O que ocorre é que para explicar o significado básico do predicado da verdade (o conceito geral de verdade) e com isso direcionar a nossa atenção para a propriedade da verdade, precisa-se abordar os usos desse predicado que não podem ser dispensados. Via de regra, quando um predicado não pode ser dispensado, isso indica que ele não é semanticamente irrelevante, i.e., que ele expressa algo, uma propriedade.

Após essa visão geral da tese do minimalismo a respeito da natureza da verdade, pode-se entrar em alguns detalhes dessa posição. Compreender-se-á com mais pormenores quais são os usos úteis do predicado da verdade. Também se percorrerá de maneira mais clara como esses usos nos possibilitam apontar para uma propriedade. No tópico subsequente, ver-se-á mais argumentos de Horwich para aceitar essa forma implícita de entender a propriedade da verdade. Como já foi mencionado, esses argumentos serão mais diretos e se valerão de diferenças e similaridades entre a propriedade da verdade e outras propriedades.

Até agora viu-se que o minimalismo defende que a propriedade da verdade existe a partir de suas alegações a respeito do conceito geral de verdade, que é compreendido por meio do seu uso, o qual é regido pelo esquema de equivalência. Assim, o minimalismo é também uma forma de compreender a natureza da verdade. De acordo com essa compreensão, a verdade é uma propriedade lógica cuja instanciação pode-se **entender** quando se aplica o predicado da verdade a algumas estruturas simbólicas chamadas de “frases nominais”. Mais precisamente e para reiterar o que foi dito acima, segundo Horwich (1998, p. 36), a propriedade da verdade pode ser compreendida ao longo dos usos lógicos do conceito geral de verdade cuja regularidade básica proposta para julgar a correção desses usos é captada pelo esquema de equivalência.

Quando se usa corretamente o predicado da verdade em frases nominais, faz-se com que elas instanciem uma espécie de propriedade representacional. Desse modo, é por meio dessa propriedade representacional que se pode entender que há uma propriedade de ser verdade. Essa propriedade é justamente a de representar uma proposição verdadeira, a qual, por sua vez, tem **certa característica condicionada a como a realidade é** – não revelada pelo minimalismo pelas razões já expostas. O minimalismo ontológico propõe que se possa usar esse aspecto do predicado da verdade para entender qual é a natureza da verdade mesmo que de uma

forma indireta. Assim, o minimalismo busca dar sentido à nossa intuição de que existe uma diferença entre entender uma proposição P e entender que P é uma proposição verdadeira, a qual só pode ser formulada graças à presença de uma nova propriedade associada a P. Por exemplo, existe uma diferença drástica entre entender a proposição de que A é corrupto e entender a proposição de que **é verdade que** A é corrupto.

Eu já apresentei nas páginas anteriores as funções do predicado da verdade nas quais o minimalismo se baseia para apontar para a propriedade de ser verdade, mas essas funções ainda não foram detalhadas. Agora pretende-se fazer isso para que o leitor entenda melhor do que se está falando quando se diz que o predicado da verdade tem certas funções linguísticas ou promove certas facilidades linguísticas<sup>67</sup>. As funções em questão são (i) a **função de quantificação** e (ii) a **função de desnominização**. Elas são duas faces da mesma moeda. A função de desnominização consiste no papel de simular uma estrutura declarativa de uma afirmação que foi embutida em uma frase nominal, i.e., em um termo individual. Por exemplo, a afirmação “P” pode ser inserida na forma “a afirmação de Jonas de que (...)”. A frase resultante, “a afirmação de Jonas de que P (...)”, no entanto, não tem nenhum poder declarativo. Para simular o mesmo caráter declarativo de “P”, é possível adicionar o predicado da verdade a essa frase resultante, derivando assim “a afirmação de Jonas de que P é verdadeira”. Por exemplo, a afirmação de Jonas de que ele mora no interior do Ceará é verdadeira. Já a função de quantificação consiste na possibilidade de o predicado da verdade ser usado em processos gramaticais que transformam frases em termos individuais. Assim, essas frases se tornam receptivas à quantificação convencional e, desse modo, pode-se quantificar com elas de uma forma natural. Por exemplo, “**alguma coisa** que ele disse é verdade” ou “**tudo** que ele disse é verdade”.

Vamos começar com a função de quantificação ou generalização (i). O predicado da verdade permite generalizar sobre proposições sem adicionar novas ferramentas lógicas à linguagem. O dispositivo primário que se usa para perceber esse papel é o esquema de equivalência: a proposição de que P é verdadeira sss P. Segundo o minimalismo, esse esquema é responsável por explicitar todos os usos **básicos** do predicado da verdade (HORWICH, 1998, *passim*) ou, pelo menos, todos aqueles nos quais nós somos capazes de pensar.

---

<sup>67</sup> Horwich aborda essas funções repetidas vezes em *Truth* (1998) e a compreensão deste texto das funções em questão se baseia em muitas exposições delas. Por isso, ele se furtará da necessidade de apresentar todas as citações relevantes, mas uma passagem representativa a respeito dos papéis linguísticos de “é verdade” pode ser consultada nas páginas 31, 32 e 33 do *Truth* (1998) – a referência exata está nas referências bibliográficas deste texto.

Considere que queremos formar uma crença ou fazer uma afirmação sobre tudo que nosso amigo Jorge disse em certa ocasião. No entanto, não podemos realizar essas tarefas diretamente. Não podemos formar a crença de que P nem podemos afirmar que P. Tal situação exige falar indiretamente sobre as proposições de Jorge. Para fazer isso, podemos usar uma frase nominal como “o que Jorge disse” e adicionar um quantificador universal, resultando em “tudo o que Jorge disse”. Entretanto, não podemos formar uma crença de maneira inteligível ou fazer uma afirmação apenas com essa construção. “Tudo o que Jorge disse” tem a forma lógica de uma descrição associada a um quantificador universal e, como tal, não pode ser usada para afirmar ou demonstrar crença em tudo que Jorge disse. O papel do predicado da verdade é justamente nos permitir falar sobre algumas frases nominais como se estivéssemos falando sobre proposições específicas. Como resultado, a frase “tudo que Jorge disse é verdade” representa uma maneira **natural** de finalizar uma quantificação sobre o que Jorge disse. Isso também valeria para “alguma coisa que Jorge disse”. O procedimento lógico por trás desse exemplo é o seguinte: uma frase nominal permite instanciar a forma “x é verdade” e formar uma fórmula padrão de tipo sujeito-predicado (receptiva à quantificação convencional) por meio da qual pode-se realizar os objetivos de afirmar e acreditar. Pode-se provar esse resultado com a seguinte inferência:

Tudo que Jorge disse é verdade.

Tudo que Jorge disse é a proposição de que P.

A proposição de que P é verdadeira.

Portanto, P.

É interessante notar, no entanto, que esse tipo de dedução só pode ser validamente realizado em função da aceitação implícita do esquema de equivalência. É devido ao fato de ele ser aceito que se pode concluir que P a partir das premissas acima. De maneira mais explícita, a forma de inferência acima só é válida porque ela tem o seguinte padrão:

Tudo que Jorge disse é verdade.

Tudo que Jorge disse é a proposição de que P.

A proposição de que P é verdadeira.

A proposição de que P é verdadeira sss P. (Axioma do Minimalismo)

Portanto, P.

A função de quantificação é particularmente útil quando queremos declarar leis gerais de uma maneira natural, uma vez que esses casos requerem generalizações de conjunções infinitas sem fazer listas. Deixe-me tomar o exemplo da lei da não contradição. Em vez de fazer uma lista de todas as instâncias dessa lei como em (L1) abaixo, pode-se afirmar (L2):

(L1) Não é verdadeiro e falso ao mesmo tempo que a neve é branca, que o ouro é um metal, que Judas traiu Jesus, e assim por diante.

(L2) Cada sentença com a forma “não (P e não P)” é verdadeira.

Uma inferência também pode ser feita para provar que (L2) nos permite deduzir cada instância da lei da não contradição, qual seja:

Cada sentença com a forma “não (P e não P)” pertence ao conjunto das proposições verdadeiras.

Cada sentença e apenas cada sentença com a forma “não (P e não P)” pertence ao conjunto S de sentenças s.

Para cada s pertencente S, a proposição expressada por s é verdadeira.

A proposição expressada por s é verdadeira sss s. (Axioma do Minimalismo)

Portanto, para cada s pertencente S, s.

Agora abordar-se-á a função de desnominização (ii). Para entender esse processo gramatical, é preciso primeiramente compreender o que é uma **nominalização**. Em resumo, uma nominalização é um processo por meio do qual se usa uma palavra que não é um substantivo (a) como um substantivo (p.e., a forma substantiva do verbo olhar: seu olhar) ou (b) dentro de uma expressão que funciona como um substantivo (p.e., uma proposição P em “a proposição de que P”). No entanto, por mais que a nominalização seja um processo muito útil para falar sobre proposições, não se tem a permissão de adotar certas atitudes e atos de fala por meio dessas frases substantivas. Por exemplo, por meio delas não se pode crer, afirmar, ter expectativa, etc. Para fazer isso, é preciso simular a estrutura declarativa de uma proposição que foi embutida em uma expressão substantiva e com isso restaurar o seu caráter assertórico. Por exemplo, “o **que** foi dito é **verdade**” ou “a proposição de **que P é verdadeira**”. Esse segundo processo é chamado de “desnominização”: o que antes tinha o papel gramatical de declarar adquiriu o papel de substantivo por meio da nominalização, mas, por meio da desnominização, voltou ao seu papel declarativo inicial.

É necessário notar que o predicado da verdade é indispensável nos exemplos que foram apresentados acima. Não podemos extrair o predicado da verdade de frases como “o que ele disse é verdade” ou “todas as instâncias da forma F são verdadeiras” sob pena de perda de sentido. Isso quer dizer que, do ponto de vista composicional, existe um componente semântico associado ao predicado da verdade e esse expressa uma propriedade, já que é justamente para expressar propriedades que serve um predicado. Em suma, o minimalismo supõe que se possa usar as funções de desnominização e de generalização do predicado da verdade como uma forma de apontar para a propriedade da verdade. O argumento de Horwich tem mais ou menos

o seguinte padrão: se pode-se dizer que existe uma propriedade associada a um predicado sempre que esse predicado tiver um significado e se um predicado adquire significado por meio do seu uso, então pode-se usar as funções que tornam o predicado da verdade usual como o fator a partir do qual nós podemos inferir que existe uma propriedade de ser verdade. Essa é a forma indireta de apontar para a propriedade de ser verdade a que me referi no início deste capítulo.

Nesse contexto, o leitor pode estar se perguntando se não seria melhor optar por uma forma mais direta de caracterizar a propriedade de ser verdade. Por esse motivo, no próximo tópico serão apresentados alguns argumentos de Horwich a favor de que essa é a melhor forma de entender a propriedade da verdade, i.e., por meio de usos particulares do predicado da verdade. Lembremos que esses usos particulares são entendidos por meio das instâncias do esquema de equivalência, as quais, por sua vez, formam ou lista ou catálogo de proposições. Assim, o minimalismo usa um catálogo de proposições para definir implicitamente o conceito geral de verdade.

#### 4.2 Por que uma definição ao estilo lista?

No tópico anterior, foi apresentado como pode-se ter uma noção de que há algum tipo de coisa chamada “verdade” por meio de certos usos do predicado da verdade. Nesse âmbito, surgem as seguintes questões: (a) por qual razão nós deveríamos nos contentar com esse tipo de abordagem indireta? Ou (b) por que nós deveríamos nos contentar com uma resposta para a pergunta pela natureza da verdade que não fornece uma formulação clara a respeito **do que é** a verdade? Em vez disso, Horwich recorre a alguns usos do predicado da verdade para chegar à conclusão de que há uma propriedade de ser verdade. De uma maneira geral, ele está usando os papéis do predicado da verdade, entendidos por meio do esquema de equivalência, para compreender essa propriedade. Mas será que não é possível afirmar **um** princípio geral do tipo “(x) (x é verdade sss ... x ...)”? Nesta subseção deste texto, os objetivos são (1) apresentar as razões oferecidas por nosso autor para não **podermos** fornecer um princípio com esse padrão para definir a verdade, e (2) apresentar as razões de Horwich para não **precisarmos** desse tipo de ideal.

A diferença entre uma definição implícita e ostensiva e as outras variedades de definição do conceito geral de verdade é que ela é a única que fornece um conjunto potencialmente ilimitado de princípios para compreender esse conceito. No nosso caso em especial, o minimalismo fornece um princípio de compreensão para cada proposição individual

P, i.e., a instância do esquema de equivalência que é preenchida por P. Que tipo de razão há para defender uma teoria tão extensa? Esse tipo de estratégia de compreensão deveria ser o último recurso e não diz respeito ao ideal de uma teoria geral da verdade. Horwich (1998, p. 25) captura o ideal de uma explicação tradicional da verdade naquilo que diz respeito à sua extensão por meio da seguinte passagem – o símbolo “ $\langle p \rangle$ ” é uma abreviação para “a proposição de que  $p$ ”:

Tal teoria encapsularia as propriedades da verdade em um corpo *finito* de princípios que geraria tudo que é verdade a respeito da verdade, incluindo, no mínimo, infinitamente muitas instâncias de ‘ $\langle p \rangle$  é verdadeira sss  $p$ ’. Além disso, para ser explicativamente adequada, a teoria teria que subsumir todos esses fatos sem o uso de noções que são elas mesmas misteriosas e inexplicáveis. (HORWICH, 1998, p. 25, tradução nossa, grifos do autor)<sup>68</sup>.

Naturalmente uma noção misteriosa que não poderia ser usada por uma teoria da verdade é a própria concepção geral de verdade tanto porque essa é uma noção que supostamente não se entende bem quanto porque deseja-se evitar teorias circulares. No entanto, isso nos coloca em uma situação complicada porque o conceito básico de verdade é o que se usa para declarar generalizações – algo que foi visto no tópico passado. Por exemplo, se se fosse declarar a lei geral em função da qual se entende a ideia de energia, poder-se-ia dizer algo como “todas as instâncias da fórmula ‘ $E=mc^2$ ’ são verdadeiras”. De maneira análoga, é tentador pensar que se se fosse declarar a lei geral em função da qual se entenderia a verdade, poder-se-ia dizer algo como “todas as instâncias da forma ‘ $x$  é **verdade** sss  $x$  é F’ são **verdadeiras**”. No entanto, esse tipo de estratégia não pode ser utilizada em função dos critérios de adequação de uma teoria da verdade que foram apresentados acima – trata-se de uma estratégia circular. Nesse sentido, é por isso que não se pode usar uma definição como “ $(x)$  ( $x$  é verdade sss ...  $x$  ...)” ou mesmo como “ $(x)$  ( $x$  é verdade sss  $x$ )” e esperar uma definição satisfatória para o conceito geral de verdade.

Há alguma forma de contornar essa dificuldade? Nas próximas páginas, serão apresentadas algumas opções que Horwich leva em consideração bem como a forma pela qual ele as rejeita. Ao fim deste tópico, a conclusão será que infelizmente tem-se que usar uma teoria potencialmente infinita da verdade para entender esse conceito. Além disso, também chegaremos ao resultado de que, dentre as opções que serão consideradas, a melhor teoria

---

<sup>68</sup> “Such a theory would encapsulate the properties of truth in a *finite* body of principles which would generate everything true of truth, including, at the very least, infinitely many instances of ‘ $\langle p \rangle$  is true iff  $p$ ’. Moreover, if it is to be explanatorily adequate, the theory would have to subsume all these facts without the use of notions that are themselves mysterious and unexplained.”

infinitária da verdade é o minimalismo, em função da suficiência teórica das instâncias do esquema de equivalência. A primeira opção que Horwich (1998, p. 25) considera consiste na seguinte fórmula – vou aderir à abreviação de “a proposição de que (...)” por meio dos colchetes de ângulo “<” e “>”:

$$(1) (x) (x \text{ é verdade sss } \{ \exists Q \} (x = \langle Q \rangle \text{ e } Q))$$

Porém, antes de seguir em frente, é preciso fazer algumas observações a respeito dessa fórmula. A primeira delas diz respeito ao fato de que ela combina dois tipos de quantificação. A quantificação que inclui a variável individual  $x$  é uma quantificação objectual padrão, i.e., uma quantificação que varia sobre objetos. Enquanto isso, a quantificação que inclui a variável **sentencial**  $Q$  é uma quantificação substitucional. De acordo com essa quantificação, a variação ocorre não sobre objetos, mas sobre instâncias substitucionais. Por exemplo, a fórmula  $\{P\} (P = P)$  não é feita verdadeira em função de haver um objeto  $P$  que satisfaz a relação de identidade tal e tal; ela é feita verdadeira por todas as instâncias que substituem a forma “(...) = (...)” de modo a torná-la verdadeira.

Por que empreender essa mudança de quantificação em (1)? O problema é que o sinal “ $Q$ ” no lado direito da conjunção na fórmula acima representa uma variável que, se fosse ligada por uma quantificação objectual, precisaria de um predicado para que a nossa fórmula estivesse bem formada. No entanto, como o objetivo desse tipo de estratégia é justamente trabalhar sem o predicado da verdade e sem a necessidade de defini-lo em termos de outros conceitos, se é forçado a mudar de quantificação para não exibir um fator definidor na fórmula que se quer usar para eliminar “é verdade”.

Todavia, segundo Horwich (1998, p. 25), essa tentativa de entender a natureza da verdade falha por duas razões. A primeira razão diz respeito ao fato de que faz parte da natureza da verdade que o conceito geral de verdade (via “é verdade”) possa ser usado para fazer generalizações como as que foram descritas no tópico anterior. Mas o uso da quantificação substitucional **parece** eliminar o predicado da verdade. Sem ele, o teórico da verdade não precisaria mais explicar a função de quantificação ou qualquer outra função especificamente associada a “é verdade”. Isso pode ser entendido como uma falha porque deveria ser o papel de uma teoria da verdade explicar a razão pela qual “é verdade” ainda existe na nossa linguagem, algo que segundo o minimalismo **pode** ser explicado em termos dos papéis que esse predicado desempenha (HORWICH, 1998, p. 32-34). O segundo problema diz respeito a como deve-se entender a própria noção de quantificação substitucional. A explicação que foi dada acima não pode ser usada por um teórico da verdade porque ela depende da própria noção geral de verdade.

Mais precisamente, a leitura convencional de uma quantificação substitucional segue o seguinte padrão:

(S) “ $\{\exists P\} (... P ...)$ ” significa “pelo menos um enunciado formado pela substituição do ‘P’ em ‘... P ...’ por um enunciado do português ou alguma extensão sua é **verdadeiro**”.

Para resumir: o predicado da verdade não é de todo eliminado pela quantificação substitucional. Uma saída para o problema acima que Horwich (1998, p. 26) considera é a tentativa de caracterizar a noção de quantificação substitucional por meio das regras de inferência que a governam. Nesse sentido, poder-se-ia, por exemplo, entender a quantificação substitucional por meio do seguinte tipo de esquema de regra de inferência:

(2)  $\{Q\} (... Q ...)$   
 ... P ...

No entanto, se não se pode usar a noção geral de verdade porque é essa a noção que se está tentando definir por meio da quantificação em questão, então como se leria uma regra de inferência que tivesse a forma acima? Certamente não se poderia dizer que toda instância da regra tal e tal preserva a **verdade**. Sem a possibilidade de fazer essa generalização, não se poderia declarar uma lei geral e, como consequência, não se poderia chegar ao seguinte tipo de generalização (HORWICH, 1998, p. 25-27):

(3)  $\{P\} \{Q\} (... Q ...)$   
 ... P ...

Essa generalização deveria ser lida da seguinte maneira: para toda instância de substituição P (do português ou de uma extensão sua), a inferência de P a partir de  $\{Q\} (... Q ...)$  preserva a **verdade**. Porém, como não se pode usar esse tipo de construção, não se pode usar (3) para guiar a nossa prática inferencial de concluir instâncias a partir de generalizações universais, i.e., de eliminar generalizações universais. O resultado é que não se poderia fazer inferências com a seguinte forma:

(4)  $\{Q\} (... Q ...)$   
 ... a neve é branca ...

A única saída que restaria seria desistir da generalização e apelar para um conjunto potencialmente infinito de regras com a forma (2), uma para cada instância substituinte P que pudesse ser inserida na forma exibida em (2). Mas essa estratégia seria pior do que o minimalismo porque além de se ter supostamente eliminado o predicado da verdade, ainda se teria que adicionar uma forma não natural de quantificação à nossa linguagem e todos os recursos lógicos que deveriam vir com ela. O minimalismo não pretende eliminar o predicado

da verdade da nossa linguagem, mantém a naturalidade da nossa forma de quantificar sobre proposições e é tão extenso quanto a proposta descrita.

Outra alternativa considerada por Horwich (1998, p. 27) consiste em lançar mão de uma estratégia tarskiana, i.e., entender a natureza da verdade em termos de como as partes de uma proposição se arranjam entre elas e se relacionam com a realidade, a qual supostamente tem a mesma organização das nossas proposições verdadeiras. Uma teoria assim tentaria definir o conceito geral de verdade em termos de referência e satisfação ou aplicação (**a** satisfaz F ou F se aplica a **a**). No entanto, como já exposto, um problema dessa estratégia é que ela ainda precisa explicar as noções de referência e satisfação. Sem demais esclarecimentos, essas noções são tão ou mais difíceis de entender do que o conceito básico de verdade. Mas, nesta parte deste texto, tratar-se-á da noção de referência para exemplificar outro problema que pode atingir tanto o conceito de referência quanto o de satisfação.

Nesse contexto, surge a questão sobre como se pode entender a lei geral que rege a aplicação do conceito de referência sem usar o conceito geral de verdade. Segundo Horwich (1998, p. 27), o padrão de aplicação do conceito de referência é em larga medida o seguinte:

- (5) O constituinte proposicional expressado pela palavra “Platão” se refere (supondo que de fato refira) a Platão.

Uma estratégia para evitar a listagem potencialmente infinita (o problema que se quer evitar) é restringir o catálogo de relações de referência que será usado para definir o conceito geral de verdade ao catálogo finito de termos individuais que existem na nossa linguagem. No entanto, essa estratégia enfrentaria dois problemas: (I) ela não esclareceria o conceito de referência suficientemente e (II) ela não estaria de acordo com os objetivos do minimalismo. (I) Conforme Horwich (1998, p. 27), o nosso conhecimento do fenômeno da referência não se baseia apenas nos termos presentes na nossa linguagem. Também pode-se saber sob quais condições um termo **poderia** se referir e o número de termos que poderiam se referir é potencialmente infinito. Já que não se pode usar o conceito geral de verdade para declarar uma lei geral da referência baseada na forma que abstrai o padrão de uso do conceito de referência, então volta-se ao mesmo problema que se estava tentando resolver. (II) Além disso, o alvo do minimalismo não é compreender o fenômeno da verdade atual ou disponível, o seu objetivo é entender o fenômeno da verdade em geral e a restrição mencionada acima não nos ajudaria a compreender a verdade nesses termos. Essas mesmas considerações valem para o conceito de satisfação e não é necessário repetir a mesma explicação aqui.

Com esse tipo de estratégia descrita acima faz-se um desvio desnecessário a partir de outros dois conceitos, os quais precisam de elucidações e o tipo de esclarecimento que pode

ser dado em face dos objetivos de uma teoria minimalista tem a mesma extensão teórica do minimalismo. Se as instâncias do esquema de equivalência já são satisfatórias para entender o conceito geral de verdade, **tendo em mente cada proposição individual**, então não é racional adicionar mais duas listas potencialmente infinitas à teoria geral da verdade. Com isso, ela só ficaria desnecessariamente complexa. Além disso, outro problema pode ser identificado nessa estratégia. Com ela, entende-se a noção de verdade em termos de referência e satisfação, mas ainda precisamos nos certificar de que esse tipo de teoria chega no mesmo resultado ao qual o esquema de equivalência nos leva (HORWICH, 1998, p. 27-28). Mais precisamente, uma teoria da verdade em termos de referência e satisfação nos levaria ao seguinte tipo de resultado:

(6) A proposição de que a neve é branca é verdadeira sss “neve” se refere à neve e “neve” satisfaz o predicado de ser branco.

Mas o que nos garantiria que se poderia chegar ao seguinte resultado?

(7) O termo “neve” se refere à neve e “neve” satisfaz o predicado de ser branco sss a neve é branca.

É fundamental que a teoria da verdade em questão nos faça chegar a um resultado como (7) porque tem-se essa intuição forte de que dizer que é verdade que as coisas são assim e assim é equivalente a dizer que as coisas são assim e assim. Nesse sentido, ainda seria preciso uma enumeração potencialmente infinita para relacionar as listas concernentes aos conceitos de referência e satisfação às proposições individuais chamadas de verdadeiras na primeira enumeração, que relaciona atribuições de verdade às listas dos conceitos de referência e satisfação. O minimalismo tem a qualidade de evitar esse desvio e chegar ao mesmo resultado com um número menor de proposições e de entidades introduzidas, com um grau de generalidade maior (como já mostrado no capítulo anterior) e ainda com um nível de clareza satisfatório, já que cada instância do esquema de equivalência explicita as nossas intenções ao fazer uma atribuição de verdade. Veremos como esse mesmo problema atinge a próxima alternativa.

Horwich (1998, p. 29) ainda leva em consideração uma alternativa para definir o conceito geral de verdade em termos finitos que se utiliza da tese de que determinada proposição é verdadeira em função da existência de uma relação de exemplificação. Para ser mais preciso, o esquema de uma definição assim seria o seguinte:

(8)  $(x)(R)(S)$  [ $x$  é a proposição que consiste na relação  $n$ -ária  $R$  e na sequência  $S$  de objetos  $\rightarrow$  ( $x$  é uma proposição verdadeira sss  $S$  exemplifica  $R$ )].

O problema desse modo de definição é o mesmo que o da forma anterior, posto que é necessário compreender a noção de exemplificação, i.e., ainda é preciso dominar a lei geral

que rege a nossa aplicação do conceito de exemplificação. Novamente, não se pode usar o conceito geral de verdade para tanto. Como se poderia chegar a essa lei geral sem usar esse conceito? Não parece haver como fazer isso. Já que se está lidando com variáveis não objectuais, alguém poderia confiar na quantificação substitucional, mas isso nos levaria ao mesmo problema que já foi descrito. Um problema adicional dessa abordagem é o fato de que ela, uma vez generalizada, nos permitiria chegar ao seguinte tipo de conclusão:

(9) A proposição de que a neve é branca é verdadeira sss a neve exemplifica a propriedade de ser branco.

Mas, supondo que o nosso objetivo final seja entender a noção de exemplificação em termos da reiteração da proposição à qual se atribui o valor de verdade verdadeiro, então precisa-se de um passo a mais, qual seja:

(10) A neve exemplifica a propriedade de ser branco sss a neve é branca.

Novamente, é preciso dizer que sem esse passo a mais se correria o risco de não ser equivalente dizer que a neve exemplifica a propriedade de ser branco e dizer que a neve é branca, uma intuição que Horwich e muitos teóricos querem preservar. Mas, como bem nota Horwich (1998, p. 28), para estabelecer a equivalência acima sem nenhum recurso de generalização, ter-se-ia que lançar mão de uma lista potencialmente infinita que apresentaria o seguinte padrão:

(11)  $x$  exemplifica  $R_n$  sss  $R_n x$ .

Novamente, se enfrenta o mesmo problema que foi denunciado acima. Fez-se um desvio desnecessário por meio de outra noção (exemplificação), a qual também é entendida em termos infinitários. Mais uma vez, se chega a um número maior de listas, uma que traduz verdade em termos de exemplificação e uma que nos leva da exemplificação à reiteração das proposições às quais a verdade foi atribuída. Esse desvio pode ser novamente considerado desnecessário devido ao fato de que cada instância do esquema de equivalência é satisfatória para entender o conceito geral de verdade, dada uma proposição individual  $P$ . Em resumo, no minimalismo, tem-se apenas uma lista, menos entidades supostas e uma forma satisfatória de entender a verdade. Mesmo que a noção de exemplificação fosse suficientemente explicativa, ainda seria mais racional optar pela teoria mais simples (o minimalismo), uma vez que ela também é suficientemente explicativa. Ainda seria possível tentar definir o conceito geral de verdade em termos de atualidade (p.e., é verdade que a neve é branca sss a neve é atualmente branca), mas a mesma crítica que foi feita acima poderia ser feita nesse caso.

Assim, como prometido no início desta subseção, com os argumentos que foram apresentados aqui viu-se que **não é possível** explicar a noção geral de verdade em termos de

**um** princípio. Diante da impossibilidade de apresentar um princípio geral de entendimento para todas as proposições verdadeiras ou para subconjuntos não individuais delas, o resultado é que, para cada proposição P, precisa-se de um princípio que explicita o que significa dizer que P é verdade. Esses princípios, segundo o minimalismo, devem ser as instâncias do esquema de equivalência, que de maneira bastante clara apresentam, para cada P, o que significa dizer que P é verdade. De fato, não parece haver outro dispositivo disponível que seja tão simples e mais satisfatório, tendo em mente os objetivos de máxima generalidade de uma teoria básica da verdade. Desse modo, nós também **não precisamos** de apenas um princípio ou lei geral da verdade, já que nós podemos usar as instâncias do esquema de equivalência.

Também se discutiu como não se precisa de um número maior de listas do que aquele fornecido pelo minimalismo, já que cada instância do esquema de equivalência é satisfatória para entender **uma** verdade particular. No entanto, alguém ainda poderia questionar se esse modo do minimalismo de definir o conceito de verdade não precisa realmente **justificar** a aceitação de cada uma das instâncias do esquema de equivalência. Caso essa posição deva fazer isso, então ela precisaria de uma teoria para fundamentar o minimalismo. Essa teoria, por sua vez, poderia ser uma teoria finita. Com isso, se chegaria em uma teoria finita que apresentaria a causa ou razão em função da qual se aceita cada instância do esquema de equivalência, i.e., em função da qual se entende o conceito geral de verdade. Desse modo, o minimalismo não atingiria o seu objetivo de ser uma teoria que explicita de maneira satisfatória o uso mínimo do conceito de verdade. Ele ainda precisaria de um suplemento.

Horwich (1998, p. 50-51) questiona a necessidade de uma teoria assim e com isso ele pretende defender que o minimalismo é no fim das contas satisfatório. Ele chama atenção para o fato de que o minimalismo é uma teoria cujos enunciados são todos *a priori* e a forma de aceitar os fatos que esses enunciados representam (fatos *a priori*) é diferente do modo de aceitar fatos *a posteriori*. Nesse sentido, a posição minimalista é como a Lógica ou a Aritmética. Do mesmo modo que as leis da lógica não precisam de justificação em termos de uma elucidação mais profunda para que se as aceite, também o minimalismo não precisa. Em resumo, para o efeito de aceitar que a forma “P implica P” têm apenas instâncias verdadeiras, não é necessário oferecer uma justificação. Uma vez que se entende as leis de aplicação da implicação, aceita-se que todas as instâncias da forma em questão são verdadeiras. Nenhuma justificação é requisitada. Por que nenhuma justificação é requisitada? Vejamos uma resposta de Horwich para essa pergunta por meio do contraste entre a forma de aceitar um fato *a posteriori* e o modo de aceitar um fato *a priori*.

O padrão de aceitação de fatos conhecidos *a priori* é diferente do padrão que atinge os fatos conhecidos *a posteriori*. Se alguém diz a você que todos os diamantes são feitos de carbono e você não sabia disso, não basta que você entenda o que foi dito para declarar essa afirmação verdadeira ou falsa. Você precisa ainda de uma **justificação**, que, nesse caso, pode vir na forma de uma proposição que descreva um processo de verificação. Mas o mesmo não ocorre com fatos conhecidos *a priori*. Isso não quer dizer, no entanto, que os fatos conhecidos *a priori* não possam ser explicados, ou, mais precisamente, que não se possa explicar por qual motivo se tende a aceitar esses fatos. Horwich (2016a, n.p.) lança mão de uma distinção entre **justificar** a disposição para aceitar que P e **explicar** por qual motivo se tem essa disposição, supondo que P seja uma crença não derivada ou *a priori* – por exemplo, a crença de que se é verdade que a neve é branca, então a neve é branca e vice-versa. Não é necessário justificar esse tipo de crença porque a nossa prática de fornecer justificação é orientada para promover a aceitação racional. Entretanto, no caso de crenças *a priori*, já é racional aceitá-las. Por exemplo, é racional acreditar no seguinte fato lógico: se P, então Q; P; logo, Q<sup>69</sup>. Não se precisa justificar essa crença, mas se pode ou precisa-se (a depender do contexto teórico) explicar por qual motivo ou causa se tem a disposição para aceitar esse tipo de crença. Nessa mesma linha, o minimalismo não fornece uma justificação para acreditar em cada uma das instâncias do esquema de equivalência, mas ele fornece uma explicação para a nossa disposição para aceitar esse tipo de equivalência. Vejamos que explicação é essa.

De acordo com Horwich (1998, p. 34), o tipo de definição que o minimalismo sustenta é uma definição baseada em uso. Se o esquema de equivalência (cujas instâncias são aceitas *a priori*) guia o uso do conceito básico de verdade, então pode-se entender que tipo de fenômeno (social, natural, psicológico, etc.) está correlacionado com a aceitação das instâncias desse esquema de modo a disseminar a sua aceitação nas comunidades humanas e gerar a disposição da qual se tem falado. Deve ficar claro que esse tipo de correlação não tem a função de **justificar** a aceitação dessas instâncias, já que, como dito antes, isso não é necessário. As instâncias do esquema de equivalência são autoevidentes. Essa autoevidência por si só gera um impulso de aceitação. Talvez apenas esse fator seja suficiente para explicar a nossa disposição para aceitar as instâncias do esquema de equivalência. Esse tipo de explicação pode até ser

---

<sup>69</sup> Um ponto mais forte, mas que eu penso que também poderia ser defendido, seria o de que não só as nossas crenças *a priori* são racionais como elas são por definição racionais, i.e., essas crenças exemplificam os processos cognitivos que nós usamos para estipular quando alguém é racional ou não. Elas constituem o próprio fundamento da racionalidade humana. **Um objetivo do minimalismo é inserir o esquema de equivalência nesse fundamento de modo que seja tão irracional dizer que P é verdade mesmo quando não P (P é falso) quanto é irracional dizer que  $1+1=0$  ou que “a” é diferente de “a”.**

satisfatória para aqueles filósofos com um perfil mais matemático, mas há filósofos com um perfil mais científico. Para esses, o recurso à autoevidência pode ser considerado arbitrário ou demasiadamente obscuro. Nesse sentido, é possível lançar mão do tipo de correlação mencionado acima. Essas correlações servem para explicar em termos de eventos verificáveis a nossa disposição para aceitar de maneira não justificada as instâncias em questão. Em outras palavras, em função de que motivo ou causa se tende a crer **de imediato** que P é verdade apenas quando ocorre que P? Vejamos uma resposta de Horwich (2016a, n.p.) na seguinte citação:

É desnecessário dizer que seria absurdo procurar maneiras de *justificar* as crenças não derivadas ou *justificar* a nossa disposição para tê-las. O máximo que podemos esperar é *explicar* por que nós as temos. E esse tipo de entendimento *parece ser* viável. A explicação poderia muito bem ser ao longo das seguintes linhas. – Tantos casos em que uma pessoa ‘acredita que *p* somente quando *p*’ tendem a promover seus objetivos e tantas crenças são adquiridas por meio de testemunho, que as comunidades, simplificando por uma questão de eficácia, inculcam uma disposição para aceitar *todas* as instâncias de ‘Eu deveria tentar garantir que *acredito que p somente se p*’ [...] (HORWICH, 2016a, n.p., tradução nossa, grifos do autor, grifos nossos)<sup>70</sup>.

Essa correlação é uma razão bastante convincente para aceitar de maneira bruta uma crença. Se todas as pessoas têm determinada crença e essa crença é ou parece ser muito útil para alcançar certa classe de objetivos, então é melhor ter a mesma crença, supondo-se que você também tenha os mesmos objetivos.

Neste capítulo, continuou-se a atividade iniciada após a introdução, i.e., a exposição do minimalismo. Analisou-se como se deve entender a natureza da verdade de um ponto de vista minimalista. Compreendeu-se que o minimalismo não contém nenhuma exibição direta da propriedade da verdade nem **uma** lei geral da verdade – o minimalismo apenas nos fornece um conjunto potencialmente infinito de princípios que não exibem diretamente a propriedade da verdade. Neste capítulo, também se reitera a conclusão de que a verdade é uma propriedade lógica. Se no capítulo passado se tinha defendido esse ponto ao defender uma metodologia *a priori* de entender o conceito **geral** de verdade por meio de uma forma lógica, neste mostrou-se que o predicado da verdade tem um uso especialmente lógico. Esse uso, por sua vez, nos permitiu tanto refutar os redundantistas quanto defender o caráter lógico da natureza da verdade.

No próximo capítulo, dar-se-á continuidade à apresentação do minimalismo, mas agora será feita uma nova pergunta, qual seja: o conteúdo mínimo do conceito de verdade é

---

<sup>70</sup> “Needless to say, it would be absurd to look for ways of *justifying* the underived beliefs, or *justifying* our disposition to have them. The most we can hope for is to *explain why* we have them. And that sort of understanding *does* seem to be achievable. The explanation could well be roughly along the following lines—So many cases of a person’s ‘*believing that p only when p*’ tend to promote his or her goals, and so many beliefs are acquired via testimony, that communities, simplifying for the sake of effectiveness, inculcate a disposition to accept all instances of ‘I should try to ensure *that I believe that p only if p*’.”

realmente apresentado pelo esquema de equivalência? Pode-se entender a relação entre este capítulo e o próximo ao compreender-se que aqui foi apresentada a forma minimalista de entender o significado de “verdade”. Essa forma consiste em usar o esquema de equivalência para tanto. No próximo capítulo, será questionado se o esquema de equivalência realmente tem esse poder. Nesse sentido, uma crítica de Huw Price (1953-) será abordada. Ele é um importante filósofo neopragmatista.

## 5 O CARÁTER NORMATIVO DO CONCEITO GERAL DE VERDADE

Neste capítulo, serão analisadas as críticas que Price (1998) dirigiu a Horwich (1998). De acordo com o primeiro (1998), o conceito básico de verdade é essencialmente normativo de uma forma que o minimalismo não é capaz de explicar. O aspecto normativo em questão diz respeito à seguinte suposição do autor: se é verdade que P, então **deve-se** afirmar que P. Segundo esta perspectiva, esse uso normativo do conceito de verdade é **essencial** a esse conceito<sup>71</sup>. Assim, o autor acredita que só é possível entender o conceito básico de verdade ao entender esse uso. Da perspectiva de Price (1998), o minimalismo não explica esse aspecto essencial do conceito de verdade. Para ele (1998), o fato de o minimalismo usar apenas as instâncias do esquema de equivalência para definir a verdade faz com que essa teoria não consiga elucidar esse caráter normativo. Veremos que o problema entre Horwich (1998) e Price (1998) é uma confusão conceitual porque ambos têm em mente noções distintas de verdade.

Em certo sentido, é possível defender que todos os conceitos são normativos porque todos eles são expressados por símbolos ou sinais cujo uso é regido por regras de aplicação, mas não é esse o sentido que será abordado aqui. Como se verá, a noção de conceito com papel normativo sob debate é uma tal que um conceito F tem um papel normativo se ele é usado para **desempenhar** avaliações ou recomendações e não apenas **em** avaliações ou recomendações. Por exemplo, pode-se usar o conceito de guarda-chuva **na** recomendação de que é melhor levar o guarda-chuva no dia tal e tal, mas isso não implica que esse conceito tenha **desempenhado** essa recomendação. O responsável por fazer isso é o conceito de **melhor**. De maneira análoga, na avaliação de que fazer exercício físico é bom o conceito que desempenha a avaliação é o conceito de **bom**. Os outros conceitos apenas são usados **na** avaliação.

De acordo com a crítica ao minimalismo que será apresentada aqui, uma consequência questionável do minimalismo é que ele implica que as instâncias do esquema de equivalência constituem o único recurso teórico que **precisa** ser utilizado para definir **implicitamente** (via ostensividade) o conceito básico de verdade. Nesse sentido, seria possível dizer, como Horwich (1998, p. 18) de fato o faz, que cada instância do esquema de equivalência é axiomática em relação à propriedade da verdade. Price (1998) não concorda com esse ponto de vista. Vejamos a partir de suas próprias palavras, como Price entende o minimalismo de Horwich, ao qual ele se refere pelo termo genérico “deflacionismo”:

---

<sup>71</sup> O uso em questão é chamado de “normativo” no sentido de que uma atribuição de verdade implica um dever.

O deflacionismo sobre a verdade combina duas reivindicações: (i) que a verdade não é uma propriedade substancial; e (ii) que a chave para o nosso uso do conceito de verdade encontra-se no seu carácter descitacional — i.e., no fato de que

(DS) ‘p’ é verdade se e somente se p. (PRICE, 1998, p. 241, tradução nossa)<sup>72</sup>.

De acordo com Price (1998, *passim*), a forma acima de entender o conceito básico de verdade é insatisfatória. A razão de Price para pensar dessa forma é que, para entender o conceito básico de verdade, é **essencial** apelar para um tipo de norma que governa a ação de afirmar. Segundo Price, a norma em questão “[...] diz (como diríamos normalmente) que, *se p for verdade*, deve-se afirmar que p” (PRICE, 1998, p. 246, tradução nossa)<sup>73</sup>. Como o minimalismo não implica por si só nem apresenta essa norma, ele é insatisfatório enquanto uma teoria básica da verdade. Vejamos como Price descreve a sua posição:

Como eu irei explicar, no entanto, esta conclusão não requer que nós abandonemos (i) acima, a reivindicação de que a verdade não é uma propriedade substancial. Ela apenas requer que a nossa explicação do uso comum do conceito de verdade seja não baseada apenas em (ii), mas que em vez disso haja a necessidade de apelar para a utilidade, junto a uma comunidade de falantes, do tipo distintivo de norma que a verdade propõe. (PRICE, 1998, p. 241-242, tradução nossa, grifo nosso)<sup>74</sup>.

A norma mencionada nessa citação e apresentada acima é chamada de “distintiva” porque ela se distingue de outras duas normas, quais sejam (PRICE, 1998, p. 242-247):

- (a) **Norma de assertibilidade subjetiva:** se S acredita que P é verdade, então é apropriado S afirmar que P.
- (b) **Norma de assertibilidade objetiva:** se S tem razões para crer que P é verdade, então é apropriado S afirmar que P.

Coloquemos em destaque a terceira norma:

---

<sup>72</sup> “Deflationism about truth combines two claims: (i) that truth is not a substantial property; and (ii) that the key to our use of the concept of truth lies in its disquotational character—i.e., in the fact that

(DS) “p” is true if and only if p”

<sup>73</sup> “It says (as we would ordinarily put it), that *if p is true*, one should assert that p.” É importante notar que Price (1998, p. 246-248) credita a Horwich essa norma. No entanto, a forma como Price se utiliza dela é totalmente distinta da forma de Horwich. Enquanto esse último pensa que essa norma é acessória para entender o conceito **básico** de verdade, o primeiro pensa que ela é essencial para o entendimento do **nosso** conceito básico. Assim, fica mais claro que a discordância entre ambos é na realidade de abordagem.

<sup>74</sup> “As I’ll explain, however, this conclusion does not require that we abandon (i) above, the claim that truth is not a substantial property. It simply requires that our explanation of the folk use of the concept of truth should not be grounded solely on (ii), but rather needs to appeal to the utility within a speech community of the distinctive kind of norm that truth provides.”

(c) **Terceira norma de assertibilidade**: se a proposição de que P é verdadeira, então é um dever afirmar que P<sup>75</sup>.

As normas (a) e (b) acima se distinguem da norma (c) porque (a) e (b) condicionam a correção de uma **ação de afirmar** respectivamente (i) à crença de um indivíduo S e (ii) às razões das quais S dispõe. Enquanto isso, a norma (c) condiciona a correção de uma ação de afirmar a um estatuto ontológico de uma proposição, ou seja, à instanciação da propriedade da verdade. Segundo Price (1998, *passim*), uma vez que o conceito básico de verdade **só** pode ser entendido ao compreender a norma (c) acima, é possível afirmar que esse conceito é **intrinsecamente** normativo. Vejamos uma citação do autor na qual essa posição fica mais clara – a visão deflacionária à qual ele se refere é o minimalismo de Horwich:

Na minha visão, a objeção real à visão deflacionária vem do fato de que existe um terceiro tipo de norma para afirmação, que – diferentemente das duas normas distinguidas acima – está ligada à noção de verdade de maneira intrínseca. (PRICE, 1998, p. 246, tradução nossa, grifo nosso)<sup>76</sup>.

No entanto, para ele (1998, p. 254), a normatividade que é intrínseca ao fenômeno da verdade é pragmática. Vejamos como Price descreve essa posição na citação abaixo – a visão descitacional à qual ele se refere é o minimalismo de Horwich:

Na minha visão, portanto, a teoria deflacionária está certa sobre o fato de que a verdade não é uma propriedade substancial, mas errada sobre a chave para o nosso uso da verdade estar no esquema descitacional. Como Wright afirmou, embora de uma maneira diferente, a normatividade vem a ser uma característica central de nossas noções de verdade e falsidade e uma característica não explicada pela visão descitacional. O que é necessário é uma abordagem alternativa da genealogia da verdade, uma abordagem em que a normatividade esteja no centro do palco. Na minha opinião, o único candidato plausível é um ponto de vista que explica a verdade em termos da diferença que a terceira norma de assertibilidade tem para o desacordo – especialmente o fato de que ela incentiva o argumento arrazoado – e em termos das vantagens dessa diferença para os nossos antepassados linguísticos. (PRICE, 1998, p. 253-254, tradução nossa, grifos nossos)<sup>77</sup>.

<sup>75</sup> Price usa algumas expressões para falar sobre essa norma, dentre as quais as seguintes são as principais: **norma distintiva de asserção** e **terceira norma de assertibilidade**. Para variar o vocabulário ao falar sobre a terceira norma, eu seguirei o autor e usarei essas expressões no decorrer deste capítulo.

<sup>76</sup> “In my view the real objection to the deflationary view comes from the fact that there is a third kind of norm for assertion, which—unlike the two norms distinguished above—is linked to the notion of truth in an intrinsic way.”

<sup>77</sup> “In my view, then, the deflationary theory is right about the fact that truth is not a substantial property, but wrong that the key to our use of truth lies in the disquotational schema. As Wright has claimed, though in a different way, normativity does turn out to a central feature of our notions of truth and falsity, and a feature not explained by the disquotational view. What is needed is an alternative account of the genealogy of truth, an account in which normativity takes centre stage. In my view the only plausible candidate is a view which explains truth in terms of the difference that the third norm of assertibility makes to disagreement—especially, the fact that it encourages reasoned argument—and in terms of the advantages of this difference to our linguistic ancestors.”

Price defende que a existência de proposições verdadeiras e o nosso reconhecimento ou suposto reconhecimento delas implica em deveres. Em outras palavras, a existência de uma verdade implica um tipo de regra tal que só é para nós (nosso uso da verdade) possível entender o que é uma verdade se nós entendermos também essa regra. Trata-se de um tipo de normatividade que encoraja a argumentação racional e que nos possibilita lançar mão de um critério “externo” para resolver as nossas discordâncias. Não seria exagero afirmar que, para Price, a verdade desempenha o papel de uma **norma de objetividade**, que regula as nossas práticas conversacionais – em especial, aquelas nas quais ocorre alguma discordância.

Como já dito, a norma da qual Price fala (a norma **c**) é uma norma distinta das outras duas normas apresentadas acima. A norma **a** acima estabelece uma regra de sinceridade segundo a qual é correto afirmar uma proposição **P** sob a condição de acreditar que **P** é verdade. No entanto, não é essa a norma que Price tem em mente para refutar o minimalismo. O segundo tipo de norma que Price (1998, p. 245) tem em mente, a norma **b** acima, também se difere do tipo de norma que ele acredita fazer parte do conteúdo mínimo do conceito de verdade. A proposta é que nós podemos imaginar uma pessoa que entenda o conceito mínimo de verdade e não entenda essas duas normas (**a** e **b**), mas **não** podemos imaginar uma pessoa nessa condição que não entenda a norma **c**. Por exemplo, alguém pode **não** entender a censura em relação à prática de afirmar que algo é verdade sem justificção ou em relação à prática de afirmar que algo é verdade de maneira insincera e ainda assim entender o conceito mínimo de verdade. No entanto, Price afirma que sempre que alguém entende o conceito mínimo de verdade, esse sujeito automaticamente também compreende que **se deve** afirmar o que é verdadeiro.

Mais uma citação pode nos ajudar a ter em mente que a tese de Price é uma tese pragmática forte. Segundo esse autor, “[...] *para nós*, a verdade opera como uma norma [...]” (PRICE, 1998, p. 248, tradução nossa, grifo do autor)<sup>78</sup>. Essa posição lembra o pragmatismo de William James (1842-1910). Lembremos que, para James (1975, p. 34), a propriedade que **faz algo ser** uma verdade é a utilidade. A proposta de Price é mais moderada, mas ainda assim similar a essa. Ele faz a qualificação de que é **para nós** que a verdade opera ou funciona como uma norma, mas, de qualquer forma, do ponto de vista humano, é assim que a verdade é – isso não implica que ela só funcione como uma norma; a posição de Price é que a verdade está intrinsecamente ligada **também** a uma norma. Podemos interpretar a posição de Price na linha da posição de James da seguinte maneira:

---

<sup>78</sup> “[...] *For us*, truth does operate as a norm [...]”

- (1) Dentre as propriedades P que fazem algo ser uma verdade, está, tendo em mente o ponto de vista humano, a propriedade de operar como uma norma.

Tal como eu entendo Price, a verdade **operar** como uma norma **para nós** implica que não é concebível pensar o fenômeno humano da verdade sem pensar em uma norma que licencia ou censura ações de afirmar de uma maneira distinta das outras duas formas mencionadas acima. No entanto, essa é uma tese com a qual Horwich poderia concordar. Lembremos que Horwich não está preocupado apenas com o fenômeno humano da verdade. Ele está preocupado com a verdade em geral. Veremos no próximo tópico como Horwich responde à crítica de Price e como Price antecipa a resposta de Horwich.

Nas próximas páginas, será apresentada a defesa de Horwich em relação à suficiência explicativa de cada instância do esquema de equivalência no que diz respeito a definir implicitamente (via ostensividade) o que é ter a propriedade de ser verdade. Horwich (1998, p. 46) reconhece que há um padrão de argumentação que busca questionar a suficiência de recursos teóricos do minimalismo<sup>79</sup>. Esse tipo de argumento é exemplificado por Price (1998). A ideia geral é questionar a suficiência dos recursos teóricos disponíveis ao minimalista por meio da ênfase de um aspecto normativo intrinsecamente associado à verdade de um enunciado. Na medida em que a partir da verdade de um enunciado se deduz algum dever D e como as instâncias do esquema de equivalência não fazem nenhuma alusão explícita a D ou não implicam por si mesmas D, então se precisa incrementar o minimalismo com mais recursos teóricos, algo que o descaracteriza. O objetivo final desse tipo de argumento costuma ser mostrar que o deflacionismo sobre a verdade não consegue dar conta do fato de que geralmente se **objetiva** ter crenças verdadeiras (HORWICH, 1998, p. 46).

Entender-se-á como é possível interpretar a tese de que o conceito geral de verdade tem um caráter normativo. Pretendo mostrar, seguindo Horwich (2016a), que há duas possibilidades teóricas para entender o conceito geral de verdade como um conceito normativo. Ambas são rejeitadas por Horwich, mas uma delas é mais plausível do que a outra. A primeira dessas alternativas consiste em entender que o tipo de normatividade que é intrínseca ao conceito geral de verdade é semântico. Isso significa que sempre que se aplica o predicado da verdade a uma sentença implica-se uma norma de interpretação dessa sentença, i.e., considera-se mesmo que temporariamente uma forma correta de entender a sentença em questão. Por exemplo, quando eu afirmo que é verdade que Paulo tem uma fruta na mão eu estou supondo

---

<sup>79</sup> Esse é um tipo de argumentação que recua pelo menos até Dummett (1959) – Wright (1992) também está envolvido neste debate. No entanto, eu decidi limitar a abordagem em questão apenas ao trabalho de Price (1998) por razões metodológicas.

que “Paulo tem uma fruta na mão” tem certo significado, que me parece a interpretação correta dessa frase mesmo que apenas momentaneamente. Essa forma de interpretar o caráter normativo do conceito geral de verdade também é rejeitada por Horwich, mas ela pode ser entendida como uma opção mais plausível do que a outra, que será apresentada na sequência. Esse tipo de normatividade, no entanto, não tem como consequência a incapacidade do minimalismo de explicar o caráter normativo da verdade porque o minimalismo é capaz de dar conta dele. O objetivo ao considerar essa alternativa é dizer que na melhor das hipóteses o tipo de normatividade inerente ao conceito geral de verdade **não** é pragmático no sentido de Price.

A outra opção, a de Price (1998, p. 254), consiste na proposta de que a normatividade que é **para nós** intrínseca à verdade é pragmática. Veremos que essa crítica não atinge o minimalismo de Horwich porque ele não está apenas preocupado com o que é a verdade para nós. Mas o que aconteceria caso atingisse? Esse tipo de normatividade, caso fosse essencial ao conceito geral de verdade, implicaria que, por meio de um exame do conteúdo mínimo do conceito de verdade, poder-se-ia explicar a razão de a verdade ser uma meta para nós. Assim, o deflacionismo de Price atingiria o seu objetivo de mostrar que o conceito básico de verdade guarda uma explicação que a abordagem minimalista não reconhece, o que tornaria o minimalismo uma forma equivocada de conceber o conteúdo fundamental do conceito de verdade. No entanto, com base em Horwich (2016a), será defendido que a verdade não é intrinsecamente normativa nesse sentido pragmático. Para finalizar, será apresentado um argumento de Horwich (2016a) segundo o qual o minimalista, que tem apenas o esquema de equivalência em mãos, tem recursos para mostrar a **motivação** da utilidade prática da verdade.

## 5.1 A Crítica de Price a Horwich

Para apresentar o argumento de Price contra a suficiência dos recursos teóricos do minimalismo, será necessário introduzir um argumento de Crispin Wright (1942-), visto que Price (1998) constrói o seu argumento ao revisar um argumento de Wright (1992). No entanto, mesmo que esse prelúdio tenha que ser feito, o foco será a crítica de Price ao minimalismo e não a crítica de Wright. Como já foi dito anteriormente, a intenção de Price ao criticar Horwich é mostrar que é preciso apelar para o papel da verdade nas nossas vidas práticas para entender o conceito **humano** básico de verdade. Além disso, segundo Horwich (1998, p. 46), uma suposta consequência desagradável desse tipo de argumento pragmático de Price é que ele acaba implicando que o minimalismo é incapaz de explicar por qual motivo tem-se como meta a obtenção de crenças verdadeiras ou fazer afirmações verdadeiras.

Price (1998, p. 242) aborda um argumento de Wright (1992) para entender o caráter normativo intrínseco do conceito básico de verdade. Ele avalia que a contra crítica de Horwich ao argumento de Wright é bem-sucedida. Wright reconhece o papel de recomendação que as proposições de atribuição de verdade têm quando acreditadas – p.e., quando se crê que o que alguém disse é de fato verdade e com isso se recomenda certa crença. Segundo Price (1998, p. 242), Wright entende a ideia de que a verdade é normativa em termos de **razões para crer** e de **permissão para afirmar**. Assim, qualquer razão para crer que é verdade que P acaba sendo também um motivo para crer que P. Esse fato, por sua vez, tem como resultado que qualquer razão para crer que P é verdade acaba sendo uma razão que **permite** afirmar que P. Em resumo, conforme Price (1998, p. 243), a norma que, para Wright, está intrinsecamente relacionada à verdade de uma maneira que afeta o minimalismo é a seguinte:

(R) Qualquer razão para crer que P é verdade é uma razão para crer (e, portanto, uma razão que **permite** afirmar) que P.

De acordo com Price, Wright acredita que quando se executa corretamente uma ação de afirmar uma proposição, se está manifestando a conformidade dessa ação com certa norma cuja formulação exige o conceito geral de verdade. Mais precisamente, o conceito geral de verdade nos ajudaria a arbitrar a inadequação de crer que algo é verdade e ao mesmo tempo não permitir a ação de afirmar que as coisas sejam assim. Seria incorreto ou inadequado crer que P é verdade e ao mesmo tempo não permitir a si mesmo ou outra pessoa afirmar que P. Não podemos dizer, por exemplo, que um ator está desempenhando corretamente a ação de afirmar quando ele diz que é pai de um outro ator porque essa ação não vem acompanhada de certa convicção. Mas que forma de convicção seria essa? A convicção de que a ação de afirmar desempenhada expressa uma proposição **verdadeira**. Price (1998, p. 242-245) acredita que a intenção de Wright é mostrar que esse papel do conceito geral de verdade é inerente a esse conceito e o minimalismo não tem recursos para explicar o aspecto normativo acima.

No entanto, como Price (1998, p. 242-245) bem observa, Horwich é capaz de responder a esse tipo de crítica. De acordo com a resposta minimalista, pode-se perceber que a forma acima de entender o caráter normativo da verdade não apresenta um uso não gramatical do predicado da verdade. A prova disso é o fato de que se pode eliminar a alusão à verdade nas instâncias da regra R sem nenhuma perda de expressividade. Vejamos:

(R\*) Qualquer razão para crer que fumar causa câncer é uma razão para crer (e, portanto, uma razão que **permite** afirmar) que fumar causa câncer.

Só precisamos de uma alusão explícita à verdade quando pretendemos apresentar uma generalização esquemática para essas afirmações de uma maneira natural. Em outras

palavras, a função que o conceito geral de verdade desempenha em regras como R é a mesma que foi descrita no capítulo anterior, a qual é totalmente compatível com o minimalismo. Foi preciso inserir o predicado da verdade em R não porque o conceito geral de verdade desempenhe algum papel essencial na enunciação de R de modo que entender esse conceito deva envolver **necessariamente** o entendimento da regra R (algo que afetaria negativamente o minimalismo). Na realidade, foi preciso fazer isso porque o predicado “é verdade” nos possibilita enunciar a forma geral de casos como R\*. O predicado da verdade oferece uma forma teoricamente parcimoniosa e natural de apresentar essa generalização. Isso mostra que essa generalização (naquilo que concerne ao uso do conceito geral de verdade) não toca exatamente a verdade, mas as facilidades linguísticas promovidas pelo uso do predicado “é verdade”.

Desse modo, Price (1998, p. 241) concorda com a hipótese de Horwich de que todas as normas gerais nas quais o conceito básico de verdade parece desempenhar um papel teórico **profundo** na realidade empregam pouco mais do que as facilidades linguísticas correlacionadas com o uso do predicado da verdade. No entanto, Price pensa ter encontrado uma norma que **não** se encaixa nesse padrão: a norma distintiva da qual falamos acima. Price (1998, *passim*) pretende apresentar uma regra de afirmação (no sentido de **ação de afirmar**) diferente de R e que mostre que a existência de proposições verdadeiras em comunidades humanas licenciam necessariamente ações de afirmar. Isso parece indicar que a propriedade da verdade tem algum poder normativo pragmático, o que, segundo o próprio minimalismo, não faz parte do coração da posição minimalista. Lembremos que já foi dito que *mutatis mutandis* as relações entre o conceito geral de verdade e outros conceitos (p.e., normatividade) devem ser explicadas a partir das aplicações do conceito básico de verdade e não simplesmente inseridas no próprio conceito básico de verdade.

Como já mostrado, Price (1998, p. 248) defende que **para nós** a verdade atua necessariamente como uma norma de afirmação (ação de afirmar) de modo que mesmo uma teoria mínima da verdade precisaria aludir a esse tipo de norma. A norma em questão seria a seguinte – apresentada nas suas formas negativa e positiva<sup>80</sup>:

(S1) Se P é verdade, então é **correto** afirmar que P.

(S2) Se P é falso, então é **incorreto** afirmar que P.

Uma vez que existem outras normas que governam a ação de afirmar, não é possível reivindicar normas como as seguintes:

(1) Se é **correto** afirmar que P, então P é verdade.

---

<sup>80</sup> Price alterna entre os conceitos de correção e de dever de maneira indiscriminada ao apresentar a sua terceira norma.

(2) Se é **incorreto** afirmar que P, então P é falso.

Normas como (S1) e (S2) são uma decorrência do nosso reconhecimento de que se é verdade que as coisas são de certo modo, então é correto dizer que as coisas são de certo modo. A questão sobre os fundamentos dessa avaliação não é algo que se pretenda abordar aqui, mas podemos especular que pelo menos parte do escopo de aplicação das regras (S1) e (S2) acima abarca os casos em que ao desempenhar corretamente uma ação de afirmar conforme as regras (S1) e (S2) algum agente se beneficie desse ato. Por exemplo, se eu digo a você que tem comida no armário e você está com fome, uma forma de você reverter essa situação, caso você queira, é levando a minha ação de afirmar a sério (i.e., tomá-la como uma ação pela qual se comunica uma proposição verdadeira) e guiando sua ação de buscar comida com base nela. Certamente nem todas as ações guiadas por suposições verdadeiras levam a casos de sucesso. Por exemplo, eu posso basear a minha ação de optar por uma rua A e não por uma rua B na suposição verdadeira de que a rua B é uma rua perigosa enquanto a rua A é uma rua tranquila. Nesse caso, o meu objetivo pode ser não ser assaltado. No entanto, mesmo baseando a minha ação em uma suposição verdadeira eu posso ainda ser assaltado na rua A.

As regras (S1) e (S2) não abordam nem a sinceridade necessária para desempenhar corretamente uma ação de afirmar nem a justificção exigida para afirmar de maneira correta. Price (1998, p. 249) menciona essa regra, que ele chama de “terceira regra da asserção”, para se questionar se o esquema de equivalência é suficiente para dar conta de explicá-la. A sua resposta é que não. O minimalista, que apenas se baseia no esquema de equivalência, não pode fazer uma explicação de (S1) e de (S2) porque ela exigiria alusões a noções normativas e explicações do papel conversacional que essas regras têm nas nossas vidas. Mais precisamente, o argumento de Price é que nós podemos imaginar um cenário no qual há indivíduos diferentes de nós que reconhecem a adequação do esquema de equivalência para guiar o uso do conceito geral de verdade, mas que não reconhecem a sua terceira norma. No entanto, como, para Price, a terceira norma é **para nós** intrínseca ao conceito básico de verdade, então o resultado é que o conceito de verdade que é reconhecido pela comunidade hipotética em questão não é na realidade o **nosso** conceito básico de verdade, posto que falta algo a ele. Vejamos esse argumento de Price por meio de uma citação:

Essa comunidade de falantes poderia muito bem fazer uso da verdade deflacionária, por exemplo, como um dispositivo para facilitar o acordo com uma expressão de opinião feita por outro falante. “Isso é verdade” funcionaria como “O mesmo novamente”, no contexto em que um grupo de clientes está fazendo pedidos em um restaurante. Assim como “O mesmo novamente” serve para indicar que alguém tem a mesma preferência que o falante anterior, “Isso é verdade” serviria para indicar que alguém tem a mesma opinião que o falante anterior. O ponto crucial é que, se as únicas

normas em jogo são a assertibilidade subjetiva e objetiva, a introdução da verdade deflacionária deixa tudo como está. Ela não introduz uma terceira norma. (PRICE, 1998, p. 248, tradução nossa, grifo nosso)<sup>81</sup>.

Nesse contexto, o principal ponto a mencionar a respeito da crítica de Price a Horwich é que esses dois filósofos possuem objetivos distintos. Price está preocupado com o conteúdo geral do conceito de verdade **para nós**, isto é, o nosso uso e apenas o nosso uso do conceito de verdade bem como o conteúdo mínimo inerente a **esse** uso. Já para Horwich, o nosso uso do conceito de verdade é apenas o ponto de partida para **especular** qual é o conteúdo mínimo do conceito de verdade que deve estar presente em **qualquer** aplicação desse conceito, quer essa seja a uma proposição formulada, formulável ou não formulável. Horwich não está interessado apenas em entender o conceito de verdade **para nós**. Ele está interessado em usar o nosso conceito de verdade para especular como deve ser **qualquer** conceito de verdade. Nesse sentido, a objeção acima feita por Price conta, na realidade, a favor do minimalismo e não contra. O fato de ser possível imaginar uma comunidade que reconhece o esquema de equivalência, mas não reconhece a terceira norma apenas favorece a posição minimalista de que o conceito geral de verdade tem certa pureza.

Price (1998, p. 249) considera que Horwich pode apelar para a pureza do conceito geral de verdade para contestar a sua crítica. Para se defender desse tipo de argumento, esse filósofo faz duas considerações a respeito da nossa forma de pensar sobre o conceito de verdade. Em primeiro lugar, Price faz um apelo à intuição e afirma que é intuitivo para nós que os conceitos de verdade e de terceira norma da asserção sejam intercambiáveis nos contextos relevantes (PRICE, 1998, p. 249-250). Em segundo lugar, Price pensa que a terceira norma da asserção é de certa maneira incorporada pelas teorias tradicionais da verdade (PRICE, 1998, p. 249-250)<sup>82</sup>. Esse autor afirma que o ponto em comum entre essas teorias é a adesão à sua norma da asserção. Por exemplo, a teoria da verdade como correspondência incorpora a tese que pode ser depreendida da terceira norma de que há um critério externo para julgar alguém que afirma que uma proposição é verdadeira. Já a teoria da verdade como coerência incorpora essa tese não por meio da tese de que há um critério externo a toda uma comunidade, mas por meio de um critério externo do ponto de vista de cada indivíduo. Essas duas considerações são usadas

---

<sup>81</sup> “This speech community could quite well make use of deflationary truth, for example as a device to facilitate agreement with an expression of opinion made by another speaker. “That’s true” would function much like “Same again”, in the context in which a group of customers is placing orders in a restaurant. Just as “Same again” serves to indicate that one has the same preference as the previous speaker, “That’s true” would serve to indicate that one holds the same opinion as the previous speaker. The crucial point is that if the only norms in play are subjective and objective assertibility, introducing disquotational truth leaves everything as it is. It doesn’t import a third norm.”

<sup>82</sup> As teorias tradicionais em questão são (1) o correspondencialismo e (2) o coerentismo.

por Price como razões para concluir o seguinte: se o conceito que Horwich tem em mente pode ser pensado sem necessariamente mencionar essa dimensão normativa do conceito de verdade, então a **vitória** de Horwich é vazia (PRICE, 1998, p. 250)<sup>83</sup>.

Price interpreta corretamente Horwich. A vitória do minimalista em certo sentido é vazia. Horwich realmente não quer uma concepção de verdade com muito conteúdo e que inclua vários conceitos filosóficos interessantes. Segundo Horwich (1998, p. 146), o conceito (geral) de verdade é metafisicamente trivial. Se almejarmos o maior nível de generalidade possível e quisermos uma teoria que apresente o que há de comum entre todos os casos de verdade, atuais ou possíveis (conhecidos ou desconhecidos), segundo o minimalismo, não haverá **quase** nada para ser dito a respeito da propriedade de ser verdade nesse nível muito básico de investigação. A proposta minimalista é que, com esse nível de generalidade, o máximo que se pode dizer a respeito da propriedade da verdade é que se pode entender essa propriedade por meio do esquema de equivalência. Demais especificações a respeito da estrutura das sentenças ou proposições sobre as quais recaem as atribuições de verdade (por exemplo) levariam provavelmente a uma teoria sobre um recorte limitado do fenômeno da verdade. Uma razão para tanto é o fato de que essas especificações seriam baseadas no fenômeno conhecido da verdade e o minimalismo busca uma teoria da verdade que também considere possíveis proposições verdadeiras desconhecidas, ou seja, ele almeja uma teoria de **tudo** a respeito da verdade, mas **apenas** da verdade.

Além do que foi dito acima, eu tenho a impressão de que o que Price entende por “verdade deflacionária” é diferente do entendimento de “verdade deflacionária” que eu atribuiria a Horwich. Como vimos no quarto capítulo, a propriedade de ser verdade não é uma propriedade lógica no sentido de que **ser** uma verdade é **ser** um dispositivo de descitação. Horwich identifica a propriedade de ser uma proposição **verdadeira** à propriedade de ser um fato e ele supõe uma concepção de proposição ao estilo de Russell (um arranjo concreto de objetos e propriedades). A partir dessa visão fica claro que, para Horwich, a verdade não se reduz a um mero recurso linguístico – ela também tem um caráter ontológico. No entanto, como mostramos no capítulo anterior, a propriedade de ser um recurso linguístico **do predicado da verdade** nos permite encontrar uma forma de dar significado a ele e com isso defender de forma plausível que existe uma propriedade de ser verdade. Sendo assim, o caráter linguístico do

---

<sup>83</sup> A “vitória” à qual Price se refere consiste no fato de Horwich poder alegar que o conceito geral de verdade não é normativo por ser um conceito que pode ser compreendido sem necessariamente recorrer a algum papel pragmático desse conceito junto a comunidades humanas. Assim, segundo Price, o conceito de verdade se torna vazio. Como o leitor verá, isso não é exatamente um problema para o minimalismo.

predicado da verdade é a chave para encontrar a propriedade da verdade e não a própria propriedade da verdade.

Segundo Horwich (1998, p. 37), o minimalismo é também uma teoria da verdade em si mesma que é constituída (a teoria) por instâncias do esquema de equivalência (o dispositivo no qual opera a descitação que Price menciona), mas isso não implica que ser uma verdade é ser uma descitação. A descitação opera **no** dispositivo que segundo o minimalismo subsumi o nosso uso básico do conceito de verdade. Por meio desse dispositivo se é capaz de julgar o uso correto do conceito geral de verdade e com isso ganhar alguma compreensão a respeito do tipo de existência envolvida quando esse conceito é corretamente aplicado. Assim, eu não penso que tudo que haja para a verdade no deflacionismo de Horwich seja a descitação, mas por meio do dispositivo no qual ela opera guia-se a nossa compreensão sobre o que é ser uma verdade.

Como foi exibido, o ponto de Horwich é que o minimalismo não precisa abordar diretamente as regras (S1) e (S2) ou qualquer outra regra cuja formulação exija o conceito geral de verdade. No próximo tópico, apresentar-se-á o porquê de Horwich defender esse ponto a partir de um esclarecimento a respeito da concepção de teoria da verdade que Horwich defende. No entanto, pode-se lembrar que Horwich (1998, p. 23-25) afirma que se pode dar conta de fatos que envolvam o conceito geral de verdade (isso inclui fatos normativos) ao estudar as relações que esse conceito tem com outros conceitos (p.e., os conceitos de bom, de dever, etc.), supondo o minimalismo e suplementando-o com outras teorias (por exemplo, uma teoria da normatividade). Apresentou-se um exemplo de como isso funciona quando foi preciso apresentar a forma minimalista de explicar o fato de que se elucida atribuições corretas de verdade por meio do que ocorre. Foi visto que Horwich associa o minimalismo a uma teoria da explicação e pretende, com isso, fornecer a elucidação em questão. O mesmo tipo de estratégia poderia ser usada para explicar o fato de que se usa o conceito geral de verdade para formular certas normas.

No próximo tópico, ver-se-á uma argumentação de Horwich para defender que o conceito geral de verdade **não** é normativo no sentido que Price enfatiza. Também será exibido que o tipo de normatividade que **pode** ser atribuída ao conceito geral de verdade (uma normatividade semântica) ainda frustra o objetivo pragmatista de tentar explicar por qual razão se objetiva a verdade. Como já dito anteriormente, a tentativa de inserir na definição da verdade algum conceito normativo costuma ter como objetivo final explicar o papel da verdade nas nossas vidas cotidianas. Veremos como Horwich tenta mostrar que o minimalismo explica a

motivação de regras como (S1) e (S2) sem necessitar introduzir no conceito mínimo de verdade algum aspecto normativo no sentido de Price.

## 5.2 Será o conceito de verdade mesmo normativo?

Já vimos que o objetivo de Horwich é construir uma teoria da verdade que seja capaz de captar o uso básico do conceito de verdade ao qual qualquer um precisaria aderir caso decidisse usar esse conceito. Nesse sentido, do ponto de vista minimalista, uma teoria da verdade deveria dizer o que se é **obrigado** a pensar sobre a verdade, levando em consideração qualquer cenário atual ou possível e tendo em mente qualquer forma de atribuição de verdade, quer ela seja conhecida ou não. Em outras palavras, uma teoria assim deveria expor o montante mínimo de informação necessária para o conceito de verdade existir. Diante da crítica de Price, a questão que surge aqui é: para expor o conceito de verdade nesses termos é preciso recorrer a fatos normativos como (S1) e (S2)? Para responder a essa pergunta, Horwich (2016a, n.p.) faz uma reflexão em duas frentes: (1) precisamos entender em que sentido o debate em questão tematiza a normatividade conceitual e, uma vez estabelecido isso, (2) precisamos saber sob qual condição a normatividade conceitual assim entendida pode ser atribuída a um conceito. Na sequência, poder-se-á decidir em que sentido é possível dizer que o conceito geral de verdade é normativo. Vamos começar pela primeira reflexão.

Segundo Horwich (2016a, n.p.), podemos distinguir entre os seguintes fatores:

- (i) Um conceito ser **funcionalmente normativo** e, sendo assim, **desempenhar** um papel normativo (p.e., executar avaliações ou prescrições).
- (ii) Um conceito apenas ter alguma **importância normativa** e, sendo assim, ser usado **em** avaliações e prescrições.

Em resumo, segundo Horwich (2016, n.p.), existem dois tipos de conceitos associados ao fenômeno da normatividade: (1) conceitos funcionalmente normativos e (2) conceitos com importância ou relevância normativa. Os conceitos de **bom** e de **dever** são ótimos exemplos de conceitos do primeiro tipo acima (conceitos funcionalmente normativos). Usam-se esses conceitos, associados às suas expressões padrão, para informar o caráter normativo de algo ou de uma ação. Quando esses conceitos são aplicados, são eles os responsáveis por **desempenhar** ou **executar** algum papel normativo. Por exemplo:

(N1) Você não **deveria** fumar.

(N2) Os efeitos de fumar não costumam ser **bons**.

Tanto N1 quanto N2 aplicam conceitos cujo papel é desempenhar ou executar uma avaliação ou prescrição. Nos casos acima, esses conceitos são os conceitos de **dever** e de **bom**.

Já o fato de um conceito ter uma importância normativa, por outro lado, significa apenas que ele é usado junto a conceitos funcionalmente normativos para viabilizar, por exemplo, avaliações. Por exemplo, o conceito de **xícara** não é um conceito que **desempenha** um papel normativo, mas ele pode ser usado em enunciados nos quais há conceitos que desempenham algum papel normativo. Por exemplo, quando se afirma que certas xícaras **devem** ser usadas para beber café e outras para beber chá. No entanto, quase todos os conceitos da nossa linguagem podem ter relevância normativa. Sendo assim, Horwich (2016a, n.p.) afirma não acreditar que o ponto de quem defende que o conceito geral de verdade é normativo seja apenas o de que esse conceito tem alguma **relevância normativa**. Se fosse, seria uma observação sem muito interesse teórico. Pode-se fazer praticamente qualquer conceito ter relevância normativa. Horwich (2016a, n.p.) interpreta que autores como Price defendem que o conceito de verdade (geral ou específico) é normativo no sentido de que ele desempenha algum papel normativo. Assim, o conceito de verdade é como o conceito de bom. Vejamos uma citação na qual Horwich apresenta a concepção descrita acima, i.e., a de que os filósofos pragmatistas que o criticam pensam que o conceito de verdade é funcionalmente normativo – as palavras em maiúsculo são formas abreviadas de falar sobre conceitos (p.e., “DOR” significa “o conceito de dor”):

[...] não importa a quão óbvia, geral e básica possa ser a importância normativa do referente de um conceito, isso não tornará o conceito funcionalmente normativo. No entanto, é a normatividade funcional, não a mera importância normativa, que é a nossa preocupação atual. Se um conceito é normativamente funcional, é claramente a questão mais controversa e interessante sobre ele – a questão que eu penso que a maioria dos filósofos tiveram em mente quando perguntaram se determinado conceito é normativo – p.e., SIGNIFICADO ou DOR ou CRENÇA ou VERDADE. (HORWICH, 2016a, n.p., tradução nossa)<sup>84</sup>.

Agora vamos à segunda reflexão. Ver-se-á sob quais condições Horwich pensa que se pode dizer que um conceito é funcionalmente normativo. Em primeiro lugar, Horwich (2016, n.p.) propõe que um conceito só possa ser chamado de funcionalmente normativo se ele estabelecer alguma relação íntima com um conceito paradigmaticamente normativo do ponto de vista funcional – essa relação será especificada abaixo. Horwich toma como exemplo o

---

<sup>84</sup> “[...] no matter how obvious and general and basic the normative significance of a concept’s referent might be, that won’t make the concept a functionally normative one. But it’s functional normativity, not mere normative import, that’s our present concern. Whether a concept is functional normativity is clearly the more controversial and interesting question about it—the question I think most philosophers have had in mind when they have asked whether a given concept is normative—e.g. MEANING, or PAIN, or BELIEF, or TRUTH.”

conceito de **dever** para simplificar a apresentação da sua posição<sup>85</sup>. Nesse sentido, o conceito de dever funciona como o nosso conceito funcionalmente normativo de carácter primitivo, ou seja, em função do qual qualquer outro conceito deve ser considerado funcionalmente normativo ou não.

Conforme Horwich (2016a, n.p.), um conceito deve ser considerado funcionalmente normativo quando uma pessoa só puder possuí-lo completamente ao aplicar um conceito paradigmaticamente normativo do ponto de vista funcional<sup>86</sup>. No caso do modelo que ele propõe, esse conceito é o conceito de **dever**. Assim, o conceito *x* é funcionalmente normativo sss *x* deve ser entendido em termos do conceito de dever. Isso significa, dentre outras coisas, que não é possível entender um conceito funcionalmente normativo em termos de conceitos não normativos do ponto de vista funcional. Por exemplo, não se pode entender a proposição de que o exercício físico é **bon** para o corpo em termos apenas dos efeitos físicos do exercício físico. Uma lista dos fatos físicos sobre os efeitos do exercício físico não tem qualquer força normativa. A força normativa é decorrente da aplicação de um conceito funcionalmente normativo. O resultado desse tipo de abordagem é que para chamar o conceito geral de verdade de funcionalmente normativo é preciso mostrar que esse conceito só pode ser completamente possuído por meio da implementação de um conceito funcionalmente normativo. É interessante notar que Price (1998) usa justamente o conceito de dever para apresentar a sua terceira regra, que ele considera intrínseca ao nosso conceito básico de verdade. Agora vejamos em que sentido se pode dizer que o conceito geral de verdade é funcionalmente normativo.

Ao seguir o que foi estabelecido acima, o primeiro esclarecimento que Horwich (2016a, n.p.) faz é que para decidir se o conceito geral de verdade é ou não funcionalmente normativo, tem-se que avaliar se **deve-se** usar algum conceito funcionalmente normativo para dominar **completamente** o conceito geral de verdade. Há uma ambiguidade que deve ser dissipada a esta altura. “Dominar completamente o conceito geral de verdade” pode significar dominar completamente o conteúdo mínimo da palavra “verdade” ou dominar completamente todo o conteúdo dessa palavra, supondo que o conteúdo de “verdade” seja composto por todas as suas aplicações atuais ou possíveis, ou seja, supondo uma espécie de holismo. Nesse último sentido, seria óbvio que para que o conceito geral de verdade fosse totalmente possuído dever-

---

<sup>85</sup> Trata-se apenas de um exemplo. Não há nada que obrigue o uso específico desse conceito. Horwich está construindo um modelo para dar um exemplo de como considerar um conceito funcionalmente normativo.

<sup>86</sup> Horwich de fato usa o conceito de possuir. Eu suponho que por “possuir um conceito” ele se refira a (i) entender um conceito e (ii) ser capaz de usá-lo. No entanto, eu vou manter a expressão que o autor decidiu empregar.

se-ia aplicar algum conceito funcionalmente normativo. Por exemplo, a regra de que geralmente **deve-se** dizer a verdade deveria ser dominada para dominar completamente o conceito geral de verdade no sentido em questão e isso, por sua vez, contaria como uma evidência para a tese de que para entender completamente o conceito geral de verdade, deve-se usar conceitos funcionalmente normativos.

No entanto, a posição acima não afetaria o minimalismo porque Horwich não nega que o conceito básico de verdade possa ser aplicado em diversos enunciados, alguns dos quais apresentam normas. O minimalismo é uma teoria do conteúdo mínimo do conceito de verdade e é a introdução de algum conceito normativo nesse conteúdo mínimo que pode afetar negativamente o minimalismo. O fato de que se usa o conceito geral de verdade em normas ou regras junto a conceitos funcionalmente normativos não mostra que esse conceito é funcionalmente normativo. Isso mostra apenas que ele tem alguma relevância normativa (ii). Ademais, o fato de que muitos seres humanos reconhecem o valor de ter crenças verdadeiras e de dizer a verdade também não implica que alguém só possa entender o conceito **básico** de verdade ao entender esse valor. É possível que uma pessoa não entenda o valor da verdade e ainda assim entenda o conceito básico de verdade ao entender, por exemplo, que quando alguém diz que é verdade que  $1+1=2$  isso implica que  $1+1=2$  e vice-versa.

Horwich faz algumas considerações a respeito da estratégia de tomar o conceito básico de verdade como normativo por definição (HORWICH, 2016a, n.p.). Essa me parece uma estratégia bem próxima da forma como Price (1998, *passim*) pensa a normatividade do nosso conceito básico de verdade. Lembremos que ele afirma que o **nosso** conceito de verdade é normativo. Isso pode implicar que existem outros conceitos de verdade que não são normativos. Lembremos também que ele apela para as **nostras** intuições em um argumento para afirmar que a verdade é normativa. Isso deixa a impressão de que ele está estipulando um conceito normativo de verdade. No entanto, segundo Horwich, esse tipo de estratégia deve ser rejeitada porque não se tem essa impressão de que o conceito básico de verdade está analiticamente vinculado a algum conceito funcionalmente normativo (HORWICH, 2016a, n.p.). Além disso, essa forma de pensar incorreria na petição de princípio de definir o conceito básico de verdade em termos de algum conceito funcionalmente normativo para depois defender que o conceito de verdade é um conceito cujo conteúdo fundamental é funcionalmente normativo.

Se o conceito geral de verdade é funcionalmente normativo por mera estipulação deste ou daquele autor, então todo este debate perde o sentido. Só há força normativa em dizer que a verdade é **intrinsecamente** um conceito funcionalmente normativo se esse julgamento

descreve como o conceito mínimo de verdade de fato é usado. Por exemplo, diz-se que é ruim fumar porque fumar causa doenças, mas o que está implícito é alguma coisa como a ideia de que adoecer é algo que não se **deveria** querer porque é desagradável, algo que se aprende quando adoecemos ou quando nos damos conta do que acontece quando alguém adocece. Nesse sentido, o significado de “fumar” não tem nenhuma relevância normativa até que se decida que ele tenha. É esse tipo de decisão que dá força normativa a uma tese como a de que não se deve fumar. A nossa forma padrão de usar conceitos funcionalmente normativos é ao tomar algum fenômeno de uma forma puramente descritiva ou em termos meramente naturais e executar uma avaliação desse fenômeno ou fazer alguma recomendação relativamente a esse fenômeno.

Horwich (2016a, n.p.) observa que o julgamento de que a verdade tem valor prático e conseqüentemente é algo no que se deve crer ou que se deve afirmar segue o mesmo padrão descrito acima. Reconhece-se ou parece que se reconhece que há proposições verdadeiras e que levar isso em conta nas nossas vidas pode ser bom ou útil. Dessa forma, nós educamos uns aos outros no mesmo sentido, implicando que se deve crer ou afirmar proposições verdadeiras **após** entender o conceito geral de verdade e não **ao mesmo tempo** em que se entende esse conceito. É assim que a gente faz para ensinar o valor prático da verdade. Esse tipo de prática não consiste no ensinamento do significado de um termo (um conceito), mas na construção do caráter dos indivíduos da nossa sociedade e naturalmente nem todos são educados. Com essa descrição da nossa forma de usar o conceito mínimo de verdade, Horwich (2016a, n.p.) argumenta contra tentativas de afirmar que o conceito básico de verdade seja funcionalmente normativo. Em resumo, o argumento tal como ele poderia ser apresentado é o seguinte: se se pode entender a palavra “verdade” (o conceito de verdade) sem necessariamente entender a terceira norma, então há margem para descrever um conceito de verdade que não é normativo mesmo que um conjunto arbitrário das aplicações normativas desse conceito obviamente seja normativo.

Se as coisas são como descrito acima, então como o minimalismo explicaria o uso do conceito geral de verdade que é feito na terceira norma? Afinal, mesmo que não ocorra que a aplicação mínima do conceito de verdade envolva o uso de uma norma como a de Price, uma regra como a de Price envolve o uso do conceito mínimo de verdade. A posição de Horwich a respeito do papel do conceito geral de verdade em regras como a de Price é uma posição deflacionista padrão, qual seja: geralmente o conceito básico de verdade é o conceito que se usa para formular regras gerais devido à facilidade de usar esse conceito para afirmar genericamente um conjunto de enunciados particulares. Deve ficar claro que o objetivo desse tipo de estratégia não é defender que a verdade não existe como propriedade e que tudo se tem é apenas um predicado com certos papéis linguísticos que facilitam a nossa vida enquanto falantes. Esses

pontos já foram esclarecidos. O objetivo de Horwich com essa observação me parece ser apenas esclarecer a utilidade do conceito básico de verdade em certos enunciados gerais.

Já foi visto que o conceito geral de verdade **não** pode ser entendido como funcionalmente normativo em um sentido pragmático – a não ser por estipulação. Uma das razões que Horwich fornece para chegar a essa conclusão se baseia em uma descrição de como as normas que Price considera são postuladas. Em primeiro lugar, entende-se algum fenômeno e, na sequência, pode-se fazer alguma avaliação desse fenômeno ou recomendar alguma medida em relação a ele. Nesse sentido, primeiramente se entende a propriedade da verdade e, em seguida, ela é avaliada como algo bom para só então se recomendar que crenças e afirmações tenham essa propriedade. Esse argumento pode ser somado a um argumento baseado em concepção. Segundo esse argumento de Horwich (2016, n.p.), pode-se conceber um cenário no qual alguém entende o conceito geral de verdade ao entender, por exemplo, instâncias do esquema de equivalência, mas não entende a terceira norma. Agora, como prometido, será discutido em que sentido pode-se compreender o conceito geral de verdade como um conceito funcionalmente normativo. Veremos que o sentido em que a verdade pode ser pensada como funcionalmente normativa não é o sentido pragmático que Price considerou e não serve para explicar a nossa valorização de proposições verdadeiras.

Quando se aplica o conceito geral de verdade, pode-se aplicar o predicado da verdade a algum sinal (p.e., “P”), que expressa a proposição P sobre a qual recai a atribuição de verdade<sup>87</sup>. Desse modo, isso implica que quando se afirma que é verdade que Fortaleza é uma cidade costeira, supõe-se que a sentença “Fortaleza é uma cidade costeira” signifique que Fortaleza é uma cidade costeira e, pelo menos por algum intervalo de tempo, essa interpretação parece a **correta**. Vejamos como o próprio Horwich assevera essa posição na seguinte citação:

[...] nosso reconhecimento de que “p” *expressa* a proposição de *que p* – ou seja, que essa proposição é o *significado* de “p” – é essencial para compreendermos esse conceito. Assim, se SIGNIFICADO é normativo (como muitos filósofos têm insistido que é), então também PROPOSIÇÃO. E VERDADE herdará essa normatividade. Pois alguém será capaz de aceitar o Esquema de Equivalência (e, portanto, possuir totalmente o conceito VERDADE) somente se ele já possuir o conceito SIGNIFICADO, que, por sua vez, pressupõe a posse de DEVER. (HORWICH, 2016a, n.p., tradução nossa, grifos do autor)<sup>88</sup>.

<sup>87</sup> Outra forma de aplicar o conceito de verdade ou se reportar à propriedade da verdade é por meio da força assertiva. Essa forma tem a vantagem de evitar o uso do predicado da verdade, o que simplifica a comunicação.

<sup>88</sup> “[...] our recognition that “p” *expresses* the proposition *that p*—i.e. that this proposition is the *meaning* of “p”—is essential to our grasp of that concept. So, if MEANING is normative (as quite a lot of philosophers have insisted it is), then so it PROPOSITION. And TRUTH, will inherit that normativity. For someone will be able to accept the Equivalence Schema (and thereby fully possess the concept TRUTH) only if she already possesses the concept MEANING, which will in turn presuppose possession of OUGHT.”

As palavras em maiúsculo são formas abreviadas para falar sobre conceitos (p.e., “DOR” significa “o conceito de dor”). Como podemos notar, mesmo que o conceito geral de verdade fosse normativo porque dele decorrem normas semânticas, isso ainda não esclareceria por qual razão é correto afirmar o que é verdade ou por qual razão se dá valor à verdade. Por outro lado, as regras que esclarecem a valorização da verdade não podem ser entendidas como constituintes do conceito básico de verdade. Em resumo, Price (1998) faz requisições de uma teoria da verdade que um minimalista pode rejeitar, tendo em mente o seu objetivo de descrever apenas o conceito básico (geral) de verdade. Agora vamos ao último tópico deste capítulo: ver-se-á como um minimalista **contribui** para explicar o valor prático da verdade.

Consideremos o papel que o conceito geral de verdade desempenha neste tipo de explicação:

(M). (a) Deve-se afirmar que a proposição de que P é verdadeira porque (b) a proposição de que P é verdadeira.

De maneira geral, não se usa a noção de verdade em casos como esse para afirmar diretamente que determinada ação ou coisa tem algum *status* normativo (p.e., algum valor). Usa-se o conceito básico de verdade para dizer genericamente que, uma vez que uma proposição P qualquer é verdadeira, i.e., uma vez que é o caso que P, há regras (convencionais) baseadas em P (p.e., baseadas em o cigarro causar câncer) que estão disponíveis a um agente S capaz de entender o que significa dizer que uma proposição é verdadeira – esse entendimento é fornecido justamente pelo minimalismo. Ora, é óbvio que se baseia a valorização de proposições verdadeiras na existência ou suposta existência dos fatos que se acredita que são expressados por certos enunciados. Podemos notar que poderíamos entender o conceito geral de verdade sem associar a ele nenhuma prescrição do tipo acima (lado **a**), mas esse conceito entendido do ponto de vista minimalista nos fornece a peça fundamental para entender normas como a que está no lado **a** de M.

Em casos como o debatido acima, o papel da verdade não é executar uma regra. O seu papel é **viabilizar** a postulação de uma regra. O papel normativo do conceito geral de verdade nesses casos é análogo ao papel normativo do conceito de sapato no seguinte caso: **é inadequado usar sapatos sociais na praia**. Excluídas as diferenças de seriedade, o conceito de sapato nesse caso apenas viabiliza a existência da regra acima do mesmo modo que o conceito geral de verdade viabiliza a existência de uma norma distintiva para a ação de afirmar. Mas assim como o conceito de sapato não é funcionalmente normativo, ou seja, não é esse o conceito que executa a regra acima, também o conceito geral de verdade não executa regras nos casos debatidos anteriormente. O conceito geral de verdade assim como o conceito de sapato é

o fator que fundamenta a existência de certas regras. Afinal, se não existissem sapatos, a regra acima não existiria. Do mesmo modo, se não existissem fatos e, com isso, proposições verdadeiras, não se teria como fundamentar muitas regras (p.e., a regra de que ninguém deve fumar porque causa câncer).

O minimalista apresenta o fator básico que motiva a prática de usar o conceito de verdade para propor regras. Usa-se esse conceito para propor regras porque geralmente se tem a pretensão de basear regras em condições da realidade e as instâncias do esquema de equivalência correlacionam atribuições de verdade a condições da realidade. Por exemplo, baseia-se a nossa regra de que não se deve fumar no reconhecimento de que é verdade que fumar traz tais e tais problemas, mas se está supondo que com essa atribuição de verdade se está baseando a nossa regra em condições da realidade. Isso só é possível porque se reconhece uma instância do esquema de equivalência e se guia o nosso uso do conceito geral de verdade por meio dela. Além disso, também se precisa do conceito geral de verdade para enunciar muitas regras porque normas gerais fazem afirmações sobre um amplo escopo de generalização e esse conceito (via predicado da verdade) tem um papel de generalização.

Esclarecerei o ponto sob debate. Digamos que um minimalista, que se baseia apenas no esquema de equivalência para apreender o conceito geral de verdade, tivesse que esclarecer a nossa valorização da verdade. A elucidação para a existência de normas como a de Price (em função das quais se valoriza a verdade) se deve ao fato de que na medida em que há proposições verdadeiras, há ocorrências ou fatos, que, por sua vez, nos levam a postular certas normas. A elucidação mais fundamental para a existência de consequências desejáveis associadas à aquisição de crenças verdadeiras ou à afirmação de proposições verdadeiras é a existência de ocorrências no mundo. Ora, uma correlação restrita entre proposições verdadeiras e fatos é o que cada instância do esquema de equivalência garante. Nesse sentido, cada uma dessas instâncias é capaz de fornecer o fator básico de elucidação para a existência de normas de valorização de **certa** verdade.

Na linha do que foi defendido acima, uma teoria minimalista da verdade fornece a elucidação básica para a existência de normas como a de Price, mas não precisa ir além disso pela razão de que os demais detalhes não integram o conceito básico de verdade. A visão minimalista fornece o principal fato que nos permite construir a terceira norma, isto é, que algo precisa existir de certa forma para que haja alguma norma como a dele baseada nessa existência. Essa dependência da verdade em relação à existência é garantida pelas instâncias do esquema de equivalência. As instâncias do esquema de equivalência deixam claro que uma proposição P é verdadeira se o que ela diz ocorre e apenas se o que ele diz ocorre. Isso reforça a nossa

intuição de que alguém está errado quando afirma algo que não ocorre e o critério para julgar esse erro é “externo” em algum sentido, i.e., esse critério não é a ausência justificativa nem tem a ver com falta de sinceridade.

Neste capítulo, continuou-se a apresentação do minimalismo que foi realizada ao longo dos capítulos anteriores, mas agora mostrando ao leitor como um minimalista defende na prática a tese de que o conteúdo mínimo do conceito de verdade consiste apenas naquilo que se compreende a partir do esquema de equivalência. Vimos uma tentativa de inserir no conceito mínimo de verdade algum papel normativo de caráter pragmático e também como Horwich se defende dessa tentativa. Além disso, também se contribuiu para esclarecer qual é o conteúdo mínimo do conceito de verdade.

No próximo capítulo, nós continuaremos a apresentação do minimalismo, mas agora questionando não qual é o conteúdo mínimo do conceito de verdade, mas até que ponto o esquema de equivalência é capaz de guiar o nosso uso desse conteúdo. O minimalismo pretende apresentar o fator (o esquema de equivalência) que rege **toda** a extensão do uso do conceito geral de verdade. Nesse sentido, é pertinente que se pergunte qual é exatamente essa extensão. Quais são os limites de aplicação do conceito geral de verdade tal como entendido pelo minimalismo? Vimos no início deste estudo que o minimalismo pretende explicitar o uso do conceito geral de verdade apenas para aquelas proposições que formam instâncias incontroversas ou não problemáticas do esquema de equivalência. Mas que instâncias são essas? No próximo capítulo, nós entenderemos que **parte** dessas instâncias é composta por lacunas de valor de verdade (proposições sem valor de verdade)<sup>89</sup>. Nós veremos que as lacunas de valor de verdade nos ajudam a compreender os **limites do minimalismo**.

---

<sup>89</sup> A outra parte é formada por contradições motivadas por paradoxos como o paradoxo do mentiroso. Essas proposições não serão abordadas aqui porque elas exigem um trabalho técnico e filosófico à parte.

## 6 LACUNAS DE VALOR DE VERDADE E OS LIMITES DO ESQUEMA DE EQUIVALÊNCIA

Neste capítulo, o tema dos limites do minimalismo será discutido. Para abordar esse tema, o tópico das lacunas de valor de verdade (proposições sem valor de verdade) foi escolhido. Atribuições de verdade a essas proposições supostamente apresentam casos nos quais o conceito de verdade se comporta de uma forma que não pode ser compreendida por meio do esquema de equivalência. Em outras palavras, atribuições de verdade a lacunas de valor de verdade parecem casos de aplicação do conceito de verdade que estão fora do escopo de explicação coberto pelo minimalismo<sup>90</sup>. Segundo Chateaubriand, essa limitação é “[...] o principal problema para a concepção minimalista da verdade [...]” (CHATEAUBRIAND, 2011, p. 443, tradução nossa)<sup>91</sup>. Na sequência, serão apresentados (1) esse problema (o problema de lacuna), (2) os argumentos de Horwich para não admitir lacunas de valor de verdade junto às críticas de Chateaubriand a Horwich e, por fim, (3) a minha resposta a Chateaubriand<sup>92</sup>.

Analisemos então o problema de lacuna que os minimalistas supostamente enfrentam. A proposta é que de acordo com o minimalismo, pode-se usar o esquema de equivalência para entender **todas** as atribuições de verdade. De acordo com esse esquema, o que se deve entender por meio de uma atribuição de verdade a uma proposição verdadeira P é equivalente ao que se entende por meio de P. Por exemplo, se se entende por meio da proposição verdadeira de que  $1+1=2$  que  $1+1=2$ , então o que se entende por meio de uma atribuição de verdade a essa proposição é equivalente ao que se entende por meio da proposição de que  $1+1=2$ . No entanto, quando se está lidando com lacunas de valor de verdade, o que se entende por meio de atribuições de verdade não é equivalente ao que se entende por meio das proposições às quais se atribui a verdade. Para notar que não há essa equivalência, considere a seguinte instância do esquema de equivalência:

(T) <Sherlock Holmes é alto> é verdade sss Sherlock Holmes é alto.

Se a proposição de que Sherlock Holmes é alto é uma lacuna de valor de verdade porque “Sherlock Holmes” é um termo sem referente, então o lado direito de (T) não tem valor

<sup>90</sup> Ao longo deste capítulo, veremos uma distinção entre dois conceitos de verdade, a saber: (1) o conceito de verdade tal como explicado pelo minimalismo e (2) o conceito de verdade que o minimalismo não é capaz de explicar. O primeiro continuará a ser chamado de “conceito geral” porque ainda é o mais abrangente enquanto o segundo será mencionado apenas com referência a lacunas de valor de verdade e demais fenômenos lógicos que gerem instâncias problemáticas do esquema de equivalência.

<sup>91</sup> “[...] the main problem for the minimalist conception of truth [...]”.

<sup>92</sup> Pretendo que este capítulo deixe claro que, embora eu concorde com Horwich em muitos pontos, eu também adoto uma postura crítica em relação à sua teoria.

de verdade enquanto o lado esquerdo é falso. Assim, não há equivalência entre as proposições de (T). Na realidade, (T) também não tem valor de verdade, já que um dos seus componentes não tem valor de verdade. Vejamos como Chateaubriand descreve esse problema:

[...]

(T)  $X$  é verdade  $\leftrightarrow S$ ,

onde instâncias de (T) são obtidas substituindo ‘ $S$ ’ por uma sentença da linguagem em questão, e substituindo ‘ $X$ ’ por um designador dessa sentença. É fácil ver que, para qualquer instância de (T), os dois lados são logicamente equivalentes, mas se tomarmos uma sentença que não seja verdadeira nem falsa, o lado esquerdo será falso e o lado direito sem valor de verdade. (CHATEAUBRIAND, 2011, p. 443-444, tradução nossa, grifos do autor)<sup>93</sup>.

Agora que o problema foi apresentado, pode-se exibir os argumentos de Horwich e as críticas de Chateaubriand. Os argumentos e as suas respectivas críticas serão descritos paralelamente: para cada argumento de Horwich (1998), uma crítica de Chateaubriand (2011).

O primeiro argumento de Horwich (1998, p. 76-77) começa com uma definição do conceito geral de falsidade:

(1)  $\langle P \rangle$  é falso sss não  $P$ .

Em seguida, Horwich invoca o esquema de equivalência:

(2)  $\langle P \rangle$  é verdade sss  $P$ .

Por fim, ele conclui o seguinte:

(C)  $\langle P \rangle$  é não verdadeiro e não falso sss (não  $P$ ) e (não não  $P$ ).

Segundo Horwich, “Assim, nós não podemos afirmar a respeito de alguma proposição que ela não tem valor de verdade porque isso implicaria uma contradição.” (HORWICH, 1998, p. 77, tradução nossa)<sup>94</sup>. O argumento de Horwich é uma redução ao absurdo que supõe a crença de que há lacunas, deduz uma contradição e rejeita essa crença. Como Chateaubriand (2011, p. 446) nota, (C) é uma tautologia na qual ambos os lados da equivalência têm o mesmo significado, uma vez que Horwich supõe que “não verdadeiro” significa “falso” e “não falso” significa “verdadeiro”. Mas qual é o problema com essas suposições?

<sup>93</sup> “[...]”

(T)  $X$  is true  $\leftrightarrow S$ ,

where instances of (T) are obtained replacing ‘ $S$ ’ by a sentence of the language in question, and replacing ‘ $X$ ’ by a designator of that sentence. It is easy to see that for any instance of (T), the two sides are logically equivalent, but if we take a sentence which is neither true nor false, then the left-hand side is false and the right-hand side is truth-valueless.”

<sup>94</sup> “Thus we cannot claim of some proposition that it has no truth value, for that would imply a contradiction.”

Lembremos que Horwich supõe a crença de que há lacunas de valor de verdade com o objetivo de provar que essa crença nos leva a uma contradição, o que permite que ele rejeite essa crença. No entanto, essa suposição de Horwich falsifica a sua outra suposição de que “não falso” e “não verdadeiro” significam respectivamente “verdadeiro” e “falso”. Isso ocorre porque, para assumir que há lacunas de valor de verdade, Horwich teria que supor que “não falso” e “não verdadeira” nem sempre significam “verdadeira” e “falso” respectivamente. Afinal, se, p.e., uma proposição não tem valor de verdade, então ela pode ser **não** verdadeira sem ser falsa. Assim, o argumento de Horwich, embora válido, se baseia em premissas falsas e supõe o que busca provar, i.e., ele supõe que não há lacunas quando supõe as identidades mencionadas (CHATEAUBRIAND, 2011, p. 446-447).

Agora vamos à segunda razão de Horwich para entender “não verdadeiro” como “falso” e, portanto, rejeitar a existência de lacunas de valor de verdade. Vejamos essa razão de acordo com as palavras do próprio Horwich:

A abordagem reflete nossa intuição pré-teórica de que se uma proposição é *não* verdadeira, então ela é falsa e se algo *não* for o caso, então a alegação de que *é* o caso seria falsa. (HORWICH, 1998, p. 77, tradução nossa, grifos do autor)<sup>95</sup>.

Essa suposta intuição pré-teórica tem duas partes. (I) A primeira parte afirma que se uma proposição **não** é verdadeira, então ela é falsa. (II) Se se assumir, como de fato ocorre, que “não ser o caso” significa o mesmo que “não ser verdade”, a segunda parte afirma que se uma proposição não é verdadeira, então afirmar que ela é verdadeira é falso. A primeira parte dessa intuição claramente rejeita a tese de que há lacunas porque ela implica a falsidade a partir da ausência da verdade. Chateaubriand rejeita essa parte da intuição acima simplesmente ao afirmar o seguinte:

[...] não é absolutamente claro para mim que o que não é verdadeiro é falso seja uma intuição pré-teórica nossa. Penso que há muitos de nós cuja intuição pré-teórica é a de que existem sentenças ou proposições que não são verdadeiras nem falsas. (CHATEAUBRIAND, 2011, p. 446, tradução nossa)<sup>96</sup>.

Essa alegação poderia ser mais explícita a respeito da razão em função da qual é intuitiva a tese de que há lacunas. Uma solução apropriada para esse empecilho exigiria elaborar uma caracterização convincente do fenômeno da intuição, mas não seria metodologicamente

---

<sup>95</sup> “The account reflects our pre-theoretical intuition that if a proposition is *not* true then it is false, and that if something is *not* the case then the claim that it *is* the case would be false.”

<sup>96</sup> “[...] it is not at all clear to me that what is not true is false is a pre-theoretical intuition of ours. I think there are many of us whose pre-theoretical intuition is that there are sentences, or propositions, which are neither true nor false.”

adequado fazer esse tipo de desvio aqui. Por ora, o que pode ser feito é fornecer alguma razão para defender a tese de que é impossível ou, pelo menos, muito difícil rejeitar a tese de que há lacunas de valor de verdade, uma vez que uma marca das intuições é que elas são impossíveis de rejeitar (p.e., a intuição de que há algo e não nada) ou muito resistentes à rejeição (p.e., a intuição de que eu sinto dor quando eu tenho a experiência da dor).

Uma boa razão para pensar que existem lacunas de valor de verdade é a existência de proposições vagas. Proposições vagas são enunciados cujas condições de verdade não se é capaz de conceber com exatidão. Por exemplo, o enunciado “Zidane é careca” é um enunciado vago porque não é possível saber se o predicado “é careca” se aplica a Zidane, já que ele nem tem cabelos demais a ponto de ser **certo** que ele não é careca nem tem cabelos de menos a ponto de ser **certo** que ele é careca. Diante desse problema, não se é capaz de conceber as condições de verdade do enunciado em questão. Entretanto, conceber condições de verdade é exatamente o mesmo que interpretar um enunciado, i.e., expressar uma proposição por meio dele. Assim, como o enunciado mencionado não expressa uma proposição, não há nada para ser verdadeiro ou falso. Desse modo, o enunciado não é verdadeiro nem é falso. Parece ser muito difícil negar que enunciados vagos sejam resistentes à interpretação e, por conseguinte, parece ser muito difícil negar que existam lacunas de valor de verdade.

Agora vamos à segunda parte da intuição de Horwich. Na segunda parte, Horwich defende que se não é o caso que P, então dizer que P é o caso é falso. Chateaubriand (2011, p. 446) nota muito bem quando percebe que essa observação é confusa. O fato mencionado acima não sugere que a ausência da verdade implique a presença da falsidade. A matéria em jogo é totalmente distinta e totalmente compatível com a tese de que há lacunas de valor de verdade. O fato de **não** ser verdade que P pode ocorrer quando (i) P for uma lacuna assim como quando (ii) P for falso. Desse modo, da ausência da verdade pode-se implicar a presença da falsidade tanto quanto a ausência da falsidade, se a proposição em questão for uma lacuna. Por exemplo, supondo que “Sherlock Holmes é alto” seja uma sentença sem valor de verdade, então a sua **não** verdade não implica a sua falsidade.

Agora vejamos a terceira estratégia de Horwich para rejeitar lacunas. Essa estratégia é relativamente complexa e será necessário analisá-la em duas partes. Horwich (1998, p. 76-80) reconhece que existem basicamente dois motivos para a alegação de que há lacunas de valor de verdade: (1) os casos de vacuidade e (2) os casos de vagueza. Horwich tenta recusar ambas as motivações para rejeitar todos os casos de lacuna. Vamos ao primeiro motivo. Horwich recusa que casos de vacuidade possam ser usados como motivos para afirmar que lacunas de

valor de verdade existem ao defender que proposições vácuas são na realidade falsas. Vejamos o argumento do autor na íntegra:

[...] como Russell (1905) argumentou de forma bastante convincente contra Frege (1891), uma proposição atômica implica que os referentes de seus termos singulares existem: *a é F* implica que *a existe*; e, nesse caso, é natural permitir que, se é falso que *a existe*, é falso que *a é F*. Portanto, proposições atômicas contendo termos singulares vazios podem muito plausivelmente ser consideradas falsas e não exigem lacunas no valor da verdade. (HORWICH, 1998, p. 78, tradução nossa, grifos do autor)<sup>97</sup>.

Esse argumento padece do mesmo problema que foi denunciado antes, ele pressupõe o que busca provar. A proposição de que **a** é *F* só implica que **a** existe quando se pressupõe que “**a**” expressa algo que existe, uma suposição que seria abandonada por qualquer um que defenda que “**a** é *F*” é uma lacuna por vacuidade. A implicação em questão, portanto, não pode ser usada como uma premissa para rejeitar que existam lacunas por vacuidade porque ela supõe que não existem lacunas por vacuidade para provar esse resultado.

Chateaubriand (2011, p. 447) ainda observa que a proposição de que **a** existe não pode ser falsa. Para essa proposição ser falsa, **a** teria que existir e o predicado de existência teria que **não** ser aplicável a **a** (só assim a proposição de que **a** existe seria falsa), mas isso é algo que obviamente não poderia ocorrer. No entanto, essa proposição pode **não** ser verdadeira sempre que **a** **não** existir. A não verdade da proposição de que **a** existe nesse caso implicaria apenas a não verdade da proposição de que **a** é *F*, algo que é totalmente compatível com a tese de que há lacunas por vacuidade. Em resumo, Horwich pressupõe mais uma vez que “não verdadeiro” e “falso” significam o mesmo e, por isso, ele chega à conclusão de que *a é F* é uma proposição falsa.

Horwich (1998, p. 78) tenta suplementar o seu argumento apresentado acima ao aplicar uma técnica que combina descrições definidas e a estratégia de Quine para fazer predicados artificiais. O objetivo de Horwich é eliminar os termos individuais que não denotam. Assim, por exemplo, pode-se transformar o nome “Sherlock Holmes” em uma descrição definida (p.e., “o homem”) e para especificar essa descrição pode-se criar o predicado artificial “é Sherlock Holmes”. Como resultado, chega-se à seguinte descrição qualificada: “o homem que é Sherlock Holmes”. Nesse sentido, se, por um lado, a seguinte proposição nos parece sem valor de verdade:

---

<sup>97</sup> “[...] as Russell (1905) argued quite convincingly against Frege (1891), an atomic proposition entails that the referents of its singular terms exist: *a is F* entails that *a exists*; and in that case, it is natural to allow that if it is false that *a exists* then it is false that *a is F*. Therefore atomic propositions containing vacuous singular terms may very plausibly be regarded as false and don't call for truth-value gaps.”

(1) Sherlock Holmes é alto.

A seguinte proposição, por outro lado, é claramente falsa:

(2) O homem que é Sherlock Holmes é alto.

Em primeiro lugar, o predicado “é Sherlock Holmes” **não** se aplica ao homem em questão porque quem quer que ele seja, ele certamente não é Sherlock Holmes, já que esse não existe. Em segundo lugar, o predicado “é alto” **não** se aplica a nenhum homem que seja Sherlock Holmes porque nenhum homem existente tem essa propriedade. O problema com essa estratégia é que ela ignora que também existem lacunas por **vacuidade predicativa**. Um argumento para defender esse ponto é apresentado por Chateaubriand nas seguintes linhas:

Minha visão é que, para que algo seja um predicado, em um sentido semântico significativo, e não meramente em um sentido puramente sintático, essa coisa deve ter condições de aplicabilidade e que, se não houver tais condições, então sentenças que envolvam o suposto predicado não são verdadeiras nem falsas<sup>12</sup>. Não apenas termos singulares podem falhar em se referir e produzir lacunas de valor da verdade, mas também termos gerais podem falhar em se referir e produzir lacunas de valor da verdade. (CHATEAUBRIAND, 2011, p. 448, tradução nossa, grifo nosso)<sup>98</sup>.

Essa passagem ilustra bem uma boa razão que pode ser invocada para bloquear o argumento de Horwich que foi descrito logo acima. O que faz com que uma lacuna por vacuidade de termo individual não tenha um valor de verdade é o fato de que não há como aplicar o nome em questão e sem uma aplicação, qualquer tentativa de aplicar um predicado a esse nome será vazia. No entanto, o fenômeno da ausência de condições de aplicação é um fenômeno semântico que pode atingir não apenas termos individuais, mas também termos gerais. Horwich talvez tenha confundido (*a*) um predicado **não** se aplicar a um objeto porque o objeto não tem a propriedade especificado pelo predicado com (*b*) um predicado **não** se aplicar a um objeto porque o predicado não tem condições de aplicação em geral. Nesse sentido, a mesma razão para uma lacuna por vacuidade de termo individual não ter valor de verdade pode ser transferida para as lacunas por vacuidade predicativa.

A segunda parte da estratégia sob análise não é discutida por Chateaubriand (2011). Ela basicamente consiste em rejeitar que os casos de vagueza sejam lacunas de valor de verdade ao introduzir uma distinção entre **verdade** e **verdade determinada**. Nesse sentido, as proposições vagas são ou verdadeiras ou falsas, mas não são ou verdades ou falsidades **determinadas**. Vejamos o argumento de Horwich a partir da seguinte passagem:

---

<sup>98</sup> “My view is that in order for something to be a predicate, in a significant semantic sense, and not merely in a purely syntactic sense, it must have conditions of applicability, and that if there are no such conditions, then sentences involving the alleged predicate are neither true nor false<sup>12</sup>. Not only singular terms may fail to refer and produce truth-value gaps, but also general terms may fail to refer and produce truth-value gaps.”

[...] uma proposição na qual um predicado vago é aplicado a um caso limítrofe *não é determinadamente verdadeira*, mas *pode*, no entanto, ser *verdadeira*. Uma explicação natural da noção necessária de determinação pode ser dada com referência à maneira pela qual o significado de um predicado vago nos impede de descobrir se sua aplicação em certos casos seria correta ou incorreta: podemos dizer que um objeto com a propriedade de ser *F* é *determinadamente F* quando não existe tal obstáculo semântico para descobrir que ele é *F* e que ele *não é determinadamente F* quando existe tal obstáculo – i.e., quando o significado do predicado ‘*F*’ impede a perspectiva de chegarmos a uma conclusão estável sobre se ele se aplica ou não. (HORWICH, 1998, p. 79, tradução nossa, grifos do autor, grifo nosso)<sup>99</sup>.

É possível aceitar esse argumento de Horwich, uma vez que ele é baseado em uma boa distinção. De fato, o problema que atinge as proposições vagas é um problema de determinação. Esse problema pode ser caracterizado como um problema epistêmico: não se **sabe** aplicar certos predicados a casos limítrofes ou tem-se um bloqueio para **saber** sob quais condições certos predicados se aplicam quando se está lidando com casos limítrofes. No entanto, esse argumento pode ser usado tanto contra quanto a favor do defensor da tese de que há lacunas de valor de verdade. É possível usar esse argumento a favor do defensor dessa tese ao afirmar que, uma vez que não se sabe qual é a condição de valor de verdade das proposições vagas, então não é possível defender que existem lacunas nem rejeitar que elas existam com base nesses casos. Se, por um lado, há a possibilidade de essas proposições serem ou verdadeiras ou falsas, por outro lado, nada exclui a possibilidade de essas proposições não serem verdadeiras nem falsas. Assim, fica-se apenas com os casos de vacuidade, que foram defendidos de maneira satisfatória no nosso contexto.

Há ainda mais uma razão de Horwich que também não é discutida por Chateaubriand (2011). Pretende-se apresentar aqui por quais motivos se discorda dessa razão para rejeitar lacunas de valor de verdade. De acordo com Horwich, “Nenhuma caracterização alternativa razoavelmente plausível da falsidade é capaz de acomodar essas características do conceito.” (HORWICH, p. 1998, p. 77, tradução nossa)<sup>100</sup>. O conceito ao qual Horwich se refere é naturalmente o conceito geral de falsidade e a caracterização da qual ele fala é a que foi apresentada na primeira parte da citação anterior de Horwich, ou seja, a **não** verdade de uma proposição implica a sua falsidade.

<sup>99</sup> “[...] a proposition in which a vague predicate is applied to a borderline case is *not determinately true* but might nonetheless be *true*. A natural explication of the needed notion of determinacy may be given by reference to the way in which the meaning of a vague predicate prevents us from finding out whether its application in certain cases would be correct or incorrect: we can say that an object with the property *F-ness* is *determinately F* when there is no such semantic obstacle to discovering that it is *F*, and that it is *not determinately F* when there is such an obstacle—i. e. when the meaning of the predicate ‘*F*’ precludes the prospect of our arriving at a stable conclusion about whether or not it applies.”

<sup>100</sup> “No reasonably plausible alternative characterization of falsity is able to accommodate these features of the concept.”

A afirmação de Horwich na citação acima é equivocada. De fato, não há uma caracterização alternativa razoavelmente plausível da falsidade que seja capaz de acomodar a tese de que se algo não é verdadeiro, essa coisa é falsa. A única caracterização da falsidade que é capaz de comportar esse fenômeno lógico é a caracterização que ele invoca, i.e., o entendimento da falsidade como a negação da verdade. Apenas se “falso” significar “não verdadeiro” é que se pode deduzir a falsidade da não verdade. Se “falso” significasse outra coisa que não “não verdadeiro”, não se teria como acomodar a característica que Horwich menciona. No entanto, o erro de Horwich é pensar que o defensor da crença em lacunas reivindica uma noção diferente de **falsidade**. Na realidade, esse defensor reivindica apenas uma noção diferente de **não verdade**. A ideia é que existem pelo menos duas formas de **não** ser verdadeiro, uma delas é sendo falso e a outra é sendo uma lacuna. A primeira forma de não ser verdadeiro explica a falsidade tal como Horwich quer explicar, mas a segunda vai além e expande a nossa forma de entender a aplicação da negação ao predicado da verdade.

Não há nada misterioso na forma de entender a negação da verdade mencionada acima. Se lacunas de valor de verdade são coisas que não são verdadeiras nem falsas, então elas se assemelham a muitos itens do nosso dia a dia que não são verdadeiros nem falsos (p.e., a minha mão). A única diferença é que, como se supõe que lacunas sejam proposições, então elas **podem** ser verdadeiras ou falsas. Por exemplo, é possível imaginar um cenário no qual a proposição de que Sherlock Holmes é alto é verdadeira tanto quanto é possível imaginar um cenário em que ela é falsa. Com exceção desse detalhe, as lacunas são como outros itens do nosso dia a dia. Por exemplo, dizer que a minha mão **não** é verdadeira é verdadeiro tanto quanto dizer que ela **não** é falsa. Afinal, trata-se de um objeto sem valor de verdade. O mesmo vale para as lacunas. A negação aqui se comporta exatamente como esperado.

Agora serão feitas algumas considerações a respeito das críticas de Chateaubriand. Como o leitor deve ter notado, a caracterização do problema de lacuna comete um erro de interpretação ao implicar que o minimalismo é uma teoria que busca entender **qualquer** atribuição de verdade. Como já foi dito antes, o minimalismo se limita apenas ao esquema de equivalência e às suas instâncias **não problemáticas** ou **incontroversas** (HORWICH, 1998, p. 6, 40, 42). Em outras palavras, o minimalismo é uma teoria da verdade projetada para entender as aplicações do conceito geral de verdade (agora em sentido restrito) com base no esquema de equivalência apenas na medida em que esse esquema nos permite entender essas aplicações. Fora desse limite, o minimalismo não funciona. O esquema de equivalência só nos permite entender o fenômeno da verdade em relação a proposições que são ou verdadeiras ou falsas. Rejeita-se aqui a hipótese de que isso seja um problema para a teoria minimalista. Pelo

contrário, uma vez que a **esmagadora** maioria das aplicações do conceito de verdade podem gerar instâncias incontroversas do esquema de equivalência, a restrição em pauta não só mantém o minimalismo com um alto nível de generalidade como evita problemas.

A restrição acima, no entanto, não agrada a Horwich. Ao restringir o escopo de aplicação do conceito básico de verdade, que é um conceito lógico, também se está reduzindo o escopo de aplicação da lógica. Isso, por sua vez, contrasta com a natureza *a priori* das leis lógicas, conjunto no qual o esquema de equivalência é inserido pelo minimalismo<sup>101</sup>. A razão para tanto é o fato de que agora é preciso **verificar** se uma proposição é ou não uma lacuna de valor de verdade para, só em seguida, decidir se o esquema de equivalência se aplica ou não. No entanto, esse é um procedimento cujo padrão segue o de leis conhecidas *a posteriori* e não *a priori*. São leis *a posteriori* que precisam ser verificadas para que a sua aplicabilidade seja julgada. No caso de leis lógicas, isso não deveria acontecer. Vejamos essa crítica de Horwich no seguinte excerto do autor:

[...] qualquer restrição da lógica a proposições determinadamente verdadeiras ou falsas entraria em conflito com o caráter *a priori* das leis lógicas, uma vez que sua aplicabilidade ficaria condicionada ao resultado favorável da investigação empírica – a determinação de se estamos ou não lidando com um caso limítrofe. (HORWICH, 1998, p. 79, tradução nossa)<sup>102</sup>.

Essa é uma crítica legítima, mas que pode ser contornada com uma distinção<sup>103</sup>. Desde o início deste capítulo, tem-se tratado proposições e sentenças ou enunciados como as mesmas entidades, por uma questão de simplicidade teórica, mas é possível e natural fazer uma distinção entre essas entidades para resolver o problema acima. É possível salvar o caráter *a priori* da lógica e, em especial, do esquema de equivalência ao restringir o escopo de aplicação desses às **proposições**, entendidas como elementos que são ou verdadeiros ou falsos. É difícil fazer uma caracterização das proposições e o próprio minimalismo não necessita de nenhuma caracterização **especial** delas. Tudo o que é preciso estabelecer para apresentar a distinção em questão é o que elas **não** são. Podemos dizer sem dúvida que proposições **não** são informações

<sup>101</sup> O esquema de equivalência é uma lei lógica peculiar porque ele não pode ser usado para fazer uma declaração geral em função dos problemas discutidos anteriormente. Mas nós somos capazes de depreender que essa lei existe por meio das instâncias do esquema de equivalência na medida em que nós abstraímos que existe alguma lei sob atuação cuja forma é a do esquema de equivalência.

<sup>102</sup> “[...] any restriction of logic to propositions that are definitely true or definitely false would conflict with the *a priori* character of logical laws, since their applicability would become contingent on the favourable outcome of empirical investigation—the determination of whether we are, or are not, dealing with a borderline case.”

<sup>103</sup> Nessa citação, Horwich está falando dos casos de vagueza, mas a sua observação também se aplica aos casos de vacuidade. Como ele já tinha excluído esses casos com argumentos que foram rejeitados aqui, ele não se reporta a eles. No entanto, o critério que ele oferece também se aplica às lacunas por vacuidade, que são os exemplos que eu tenho em mente.

incompletas ou desconexas. Vejamos como isso ajuda a introduzir a distinção mencionada e salvar a “aprioricidade” da lógica e do minimalismo.

Lacunas de valor de verdade apresentam algum dos problemas mencionados acima. Os casos de vacuidade são incompletos porque falta a eles algum componente proposicional. Já a informação inerente a um caso de vagueza é desconexa porque não se consegue conceber sob quais condições certo predicado se aplica em função de determinado caso de borda ou caso limítrofe. Esses problemas, por sua vez, são fenômenos que podem muito naturalmente afetar sentenças. Sentenças são sinais linguísticos (geralmente marcas ou sons) que são usados para expressar proposições, mas que **não** necessariamente precisam expressá-las. Quando uma sentença tem algum componente que não expressa o componente proposicional que foi designado para indicar, se está diante de um caso de vacuidade. Quando ocorre que não se consiga conceber as condições de aplicação de um predicado de certa sentença, se está diante de um caso de vagueza. Em ambos os casos, não se atende ao critério de unidade informacional que geralmente é atribuído intuitivamente às proposições e que é exigido para que se faça atribuições de verdade.

Assim, pode-se entender o esquema de equivalência e com ele o conceito geral de verdade apenas com relação aos enunciados que expressam proposições, i.e., apenas em relação às proposições. As proposições, por sua vez, são entendidas como unidades informacionais (informações completas e não desconexas) sobre a realidade. Nesse sentido, dada a suposição de que proposições **não** podem ser lacunas, não se precisa fazer nenhuma verificação para saber se o esquema de equivalência se aplica a dada proposição, já que está pressuposto que apenas proposições *stricto sensu* podem preencher as variáveis sentenciais desse esquema. Como toda proposição é por definição um pacote completo de informação sobre dada situação, pode-se alegar que se sabe *a priori* quando aplicar o esquema de equivalência, i.e., sempre que se estiver lidando com qualquer proposição, independentemente de qualquer verificação.

Um argumento alternativo em relação ao exibido acima é o seguinte: podemos entender que as proposições pertinentes ao minimalismo são **ou** verdadeiras **ou** falsas e restringir o minimalismo a essas proposições. Todavia, uma observação precisa ser feita sobre essa estratégia. Ela tornaria o minimalismo em algum sentido circular porque, no seu contexto, a compreensão do conceito de proposição dependeria da compreensão do conceito de verdade e vice-versa. Horwich poderia argumentar que isso não é na realidade um problema porque o minimalismo é uma teoria que lança mão de definições implícitas, as quais, por sua vez, não precisam aderir à não circularidade como um critério de adequação teórica. Além disso, Horwich poderia argumentar que é esperado que um conceito básico como o de proposição

tenha esse comportamento. Nesse sentido, no contexto do minimalismo, o conceito de proposição seria como o conceito de ponto, ou seja, uma noção primitiva  $x$  entendida em termos de outra noção  $y$  e que é ela mesma necessária para entender  $y$ . Assim como (i) um **ponto** é a intersecção entre duas retas e (ii) uma reta é a menor distância entre dois **pontos**, (a) uma **proposição P** é algo ou verdadeiro ou falso e (b) uma proposição  $P$  é verdadeira sss  $P$ .

Neste capítulo, nós entendemos que tipo de fenômeno lógico é responsável por limitar o minimalismo. Outro fenômeno que poderia fazer isso é o fenômeno das sobreposições de valor de verdade ou contradições, mas esse é um tópico de alto rigor técnico que não poderia ser abordado aqui devido a questões de ordem metodológica. Este capítulo serviu para o leitor avaliar melhor os méritos do minimalismo. Nós vimos que a existência de lacunas de valor de verdade, seja por vacuidade seja por vagueza, apresentam casos nos quais o conceito de verdade não pode ser entendido com o esquema de equivalência. Nós percorremos também alguns argumentos de Horwich para rejeitar a existência dessas lacunas bem como as críticas de Chateaubriand a esses argumentos. Vimos, por fim, que há uma saída para o minimalismo que estava posta desde o início deste texto e que foi estabelecida pelo próprio Horwich: a limitação do minimalismo às instâncias **incontroversas** do esquema de equivalência.

Na próxima seção, eu apresentarei algumas observações pessoais a respeito do minimalismo e, para finalizar, algumas consequências filosóficas dessa teoria. Foi mencionado algumas vezes ao longo desta dissertação que Horwich considera o conceito de verdade “puro”. Veremos uma forma de entender essa noção de pureza não presente na apresentação canônica do minimalismo (a apresentação de Horwich). Nesse sentido, um conceito é puro quando as suas condições de aplicação **podem** englobar instâncias desconhecidas ou fora do limite da nossa experiência empírica e da nossa capacidade de concepção.

## 7 OBSERVAÇÕES FINAIS

Eu começarei esta conclusão apresentando uma série de observações críticas que nos remetem ao texto apresentado até aqui. Essas observações deverão ser entendidas como tentativas de contribuição para o debate de teoria da verdade. Cabe ao leitor julgá-las quanto aos seus méritos e deméritos. Depois disso, eu apresentarei algumas consequências do minimalismo. Essas consequências deverão ser entendidas como resultados desta pesquisa. Elas devem ser enquadradas junto ao resultado de que a verdade é uma propriedade lógica. No entanto, como esse resultado já foi defendido de maneira relativamente extensa no decorrer deste texto, eu decidi abrir espaço para apresentar outros resultados, que não puderam ser abordados nesta dissertação. Sem mais delongas, vamos à primeira observação crítica.

No terceiro capítulo, quando nós debatíamos os problemas das definições correspondenciais da verdade de inspiração tarskiana, nós apresentamos o seguinte padrão geral de definição:

(A) Uma sentença  $Fa$  é verdadeira em uma linguagem  $L$  sss  $Fa$  tem uma forma “ $Fa$ ” tal que “ $a$ ” tem a propriedade semântica de se referir em  $L$  a algum objeto  $a$  e “ $F$ ” tem a propriedade semântica de se aplicar em  $L$  a “ $a$ ”.

Suponhamos que (A) tenha conceitos correspondenciais capazes de fornecer condições necessárias para a existência da verdade. Agora ainda precisamos averiguar se nós conseguimos usar (A) para oferecer condições suficientes para aplicar o conceito geral de verdade. Lembremos que o ideal de uma definição tradicional é (dentre outras coisas) o de uma definição que ofereça os critérios **definitivos** para aplicar certo conceito<sup>104</sup>. **Pode** ser que os conceitos de referência e satisfação sejam necessários para aplicar o conceito geral de verdade, mas ainda assim não sejam suficientes, precisando desse modo de alguma suplementação – o que nos levaria a crer que as condições apresentadas em (A) não são definitivas.

A má notícia é que um problema de (A) é a sua insuficiência. Em outras palavras, essa hipótese não nos permite apresentar os critérios definitivos da verdade. A elucidação dada por essa hipótese fornece um conjunto de condições necessárias, mas não fornece condições

---

<sup>104</sup> O leitor pode pensar que o ideal tradicional é o de fornecer as condições definitivas para **entender** e não para **aplicar** um conceito, mas eu me questionaria qual é a diferença entre as condições para entender um conceito (o significado de uma palavra ou família de palavras) e as condições para aplicar um conceito. Por exemplo, o que se entende pela palavra “dor” consiste justamente no conhecimento sobre as condições de aplicação dessa palavra. Assim, sabe-se que “dor” significa um tipo de sensação porque sabe-se que se deve aplicar essa palavra quando tem-se tal e tal sensação.

suficientes quando procuramos entender a verdade de sentenças **específicas**. Vejamos o contraste entre 1 e 2 abaixo:

(1) Condições necessárias, mas insuficientes: “M ensina N” é verdadeira sss “M ensina N” tem uma forma que comporta dois nomes, que se referem a dois objetos, e tem um predicado (aridade 2) que expressa uma relação que ocorre entre esses dois objetos.

(2) Condições necessárias e suficientes: qualquer coisa é água sss essa coisa é H<sub>2</sub>O.

O principal problema no caso (1) é que as condições fornecidas não explicitam **suficientemente** por qual motivo a sentença específica apresentada é verdadeira. Esse caso fornece apenas uma apresentação das condições necessárias que fazem a sentença de que M ensina N verdadeira. As propriedades semânticas gerais fornecidas no caso (1) não são suficientes para considerar **adequadamente** qualquer sentença individual que tenha essas propriedades como um exemplo de verdade. Por exemplo, é falso que “a neve é branca” seja verdade porque essa sentença tem algumas características semânticas gerais – precisamos saber mais detalhes sobre esses aspectos para atribuir corretamente os valores semânticos. Para ser mais claro, nós precisamos saber detalhes sobre as regras de interpretação que devem ser levadas em consideração no momento de interpretar os símbolos que compõem a sentença apresentada no primeiro caso. No segundo caso, por outro lado, as propriedades apresentadas são necessárias e suficientes. Não é preciso que nenhuma amostra de água seja analisada para julgar a suficiência desse caso.

As condições supostamente universais apresentadas acima não bloqueiam a possibilidade de atribuir valores semânticos que tornem a sentença “M ensina N” uma sentença falsa. Notemos que (1) diz que a sentença “M ensina N” é verdadeira na medida em que os nomes dessa sentença se referem a dois objetos, **sem dizer quais objetos são esses**, que satisfazem uma relação ocorrente entre esses objetos, **sem dizer que relação é essa**. Nós supomos que sabemos do que se trata, mas precisamos usar essa suposição **implícita** para entender a equivalência em (1) de maneira adequada e concluir que ela fornece condições necessárias e suficientes para que a sentença em questão (“M ensina N”) seja considerada uma verdade. O mesmo tipo de subterfúgio não ocorre no segundo caso. Nesse caso, realmente qualquer coisa com a propriedade indicada só pode ser água e nenhuma outra condição precisa ser explicitada – não é preciso dizer de qual amostra de água **em especial** nós estamos falando. Em resumo, o padrão geral de definição sob análise (A) não oferece as condições **definitivas** do ser verdadeiro.

No que se segue, eu vou mostrar como a inserção da suposição implícita da qual eu falei acima torna o exemplo sob análise (1) no fim das contas uma simples instância do esquema de equivalência. É importante ressaltar a relevância desse tipo de estratégia na literatura deflacionista. Ao reduzir uma forma tradicional de definição ao esquema de equivalência, um deflacionista defende que as definições que aparentemente competem com a sua em termos de poder explicativo na realidade são tão pouco informativas quanto a sua (BLACKBURN, 2018, p. 52-54). Assim, um deflacionista busca reduzir as posições dos seus rivais às suas próprias e encerrar um debate. Vejamos o que acontece quando nós tornamos explícitas as suposições mencionadas. Para fornecer condições de verdade suficientes para considerar a sentença “M ensina N” verdadeira, precisamos especificar as denotações dos nomes mencionados e a relação expressada por “x ensina y”:

(B) “M ensina N” é verdade sss (1) “M” se refere à pessoa M e substitui o “x” em “x ensina y”, “x ensina y” significa a relação de ensinar alguém, “N” se refere à outra pessoa, N, e substitui o “y” em “x ensina y” e (2) M e N satisfazem “x ensina y”.

Notemos que se quiséssemos generalizar (B) de uma maneira **suficientemente** informativa, nós não poderíamos fazê-lo porque ao generalizar (B), nós teríamos que suprimir as suas especificações. Como resultado, nós voltaríamos ao problema aludido acima. Podemos suprimir os termos semânticos usados em (B), já que na nossa comunicação cotidiana nós falamos sobre as condições de verdade das sentenças sem mencionar fatos sobre como elas devem ser usadas, tendo em mente as regras de comunicação vigentes. Ao excluir os termos semânticos de (B), temos o seguinte tipo de resultado:

(C) “M ensina N” é verdade sss M ensina N.

A questão que surge aqui é: poderíamos fazer uma definição tradicional (profunda ou não óbvia) com essa forma, i.e., com o esquema de equivalência? Para respondermos a essa pergunta, devemos primeiramente recordar que uma definição tradicional é geralmente representada como uma equivalência material universalmente quantificada que é tanto maximamente genérica quanto profunda. Isso significa que ela diz o que uma coisa é para todos os casos dessa coisa de uma forma não trivial – ela complementa ou corrige intuições. Mas isso aconteceria caso quantificássemos o esquema de equivalência com um quantificador universal? Não. O resultado seria uma equivalência trivial, que diria o que algo é para todos os seus casos, mas sem profundidade. Isso para não mencionar outros problemas já descritos no decorrer deste texto como, p.e., o problema associado ao papel de generalização do conceito geral de verdade.

Em suma, não podemos generalizar o esquema de equivalência e esperar uma definição tradicional, e se o fizéssemos, nós não teríamos profundidade. A razão para tanto é que o esquema de equivalência não apresenta qualquer estrutura que nos permita elucidar as condições em função das quais **todos** os portadores de verdade carregam determinado valor de verdade – já vimos que essa omissão é proposital. Quando introduzimos esse tipo de estrutura, voltamos ao problema anterior porque o padrão geral fornecido por cada estrutura não seria **suficiente** para determinar definitivamente o valor de verdade de uma sentença específica sem antes nós termos informações sobre **a respeito de qual** proposição tal estrutura sentencial seria verdadeira (informações sobre *aboutness*). Vejamos esse problema de maneira mais clara:

(D)  $\langle S \rangle$  é verdade sss  $\langle S \rangle$  tem a estrutura E.

Mesmo que E apresente o padrão geral compartilhado por todas as proposições verdadeiras, esse padrão não seria suficiente para determinar a verdade de qualquer sentença **S individual** na medida em que se precisaria saber não apenas que S apresenta E, mas também o que S significa – a respeito de que proposição S é verdadeira. Nosso dilema, do qual o caso (A) (três páginas atrás) é apenas um exemplo, é que se quisermos uma definição da verdade com generalidade, nós perdemos a suficiência explicativa e se quisermos suficiência explicativa, perdemos generalidade. O resultado é insatisfatório em ambos os casos. O minimalista, como de costume, sacrifica a suficiência explicativa **universal** em função da generalidade do esquema de equivalência.

A consequência desse dilema é que é impossível dar as condições definitivas do ser verdadeiro porque a propriedade da verdade tem um fator natural de variação causado pelo seu *aboutness* inerente. Assim, qualquer esforço para fornecer a estrutura da propriedade universal responsável por fazer proposições verdadeiras acaba sendo explicativamente limitado. Diante desse problema, nós devemos buscar formas de apreender o conceito de verdade que não apresentem esse tipo de estrutura, mas que ainda assim nos deem uma boa ideia a respeito de como nós podemos entender uma atribuição de verdade. Como o leitor já deve ter antecipado, a resposta minimalista é que nós devemos usar o esquema de equivalência, o qual nos informa como aplicar o predicado da verdade em muitos contextos, mas não contém nenhuma informação clara sobre a propriedade geral que faz proposições verdadeiras. De fato, para o minimalista, não interessa que propriedade é essa desde que ela satisfaça o esquema de equivalência.

Agora vamos à segunda observação. Foi defendido durante este texto que a propriedade de ser verdade é uma propriedade lógica que certas proposições têm e outras não têm. Essa propriedade é responsável por fazer algumas proposições verdadeiras, mas nada foi

dito sobre os detalhes dessa propriedade. Como o leitor já sabe, essa omissão de informação é intencional. Mas é possível dar mais detalhes sobre essa propriedade se nós não tivermos o objetivo de máxima generalidade que motivou a omissão mencionada. Assim, se nós nos limitarmos à nossa experiência proposicional atual, nós podemos avançar um pouco na caracterização da propriedade da verdade desde que fiquem bem claros os limites de uma tentativa desse tipo. É isso que eu pretendo fazer aqui. Portanto, tudo que será dito a seguir a respeito da propriedade da verdade considera os limites da nossa experiência atual. A pergunta que eu gostaria de me fazer é a seguinte: a propriedade de ser verdade é relacional?

Penso que a verdade não seja uma propriedade relacional embora ela resulte de, pelo menos, uma relação. Creio que um exemplo possa esclarecer essa posição. Pensemos na característica de ter certo nome (p.e., “Jorge”). Essa é uma característica não relacional. No entanto, a existência dessa propriedade depende de algumas relações, dentre elas está a relação de ser batizado. Reparemos que mesmo sendo o resultado de algumas relações, a propriedade de ter este ou aquele nome não é uma relação. A propriedade de ser uma verdade pode ser entendida nas mesmas linhas. Ela é um resultado de, dentre outras coisas, **uma relação com a realidade**, mas ela mesma não é uma relação. A relação que entra como condição *sine qua non* para a existência da verdade é a relação de significação ou interpretação de sentenças ou enunciados, i.e., para ter proposições verdadeiras, precisamos de conteúdos proposicionais que informem como as coisas são. Além disso, é preciso que alguma coisa exista de alguma forma. Em resumo, a existência de proposições verdadeiras depende de duas coisas:

(E) Fatos e interpretações.

Para ser mais preciso, considerando uma proposição P, é possível dizer que

(F) x é verdade sss x significa que P e P.

Assim, a verdade de x é o resultado de relações de interpretação e de ocorrências, mas ela não é em si uma relação. A sua existência depende da relação de significação. Afinal, não há verdade se não houver conteúdo para ser verdadeiro.

A terceira observação diz respeito à diferença entre a forma deste texto de apresentar o minimalismo de Horwich e a sua própria forma de fazê-lo. Foi dito no início deste texto que Horwich parece fundamentar o seu minimalismo principalmente no fato de que o conceito **geral** de verdade deve ser compreendido *a priori* por meio do esquema de equivalência. No entanto, do meu ponto de vista, por mais que esse seja um fato relevante para defender o minimalismo, ainda é possível fundamentar essa teoria na **suposição metodológica** de que **podem** existir proposições não formuláveis. Trata-se de uma suposição metodológica porque, **se** elas existirem, ter uma teoria da verdade precavida é algo metodologicamente

adequado. Horwich não ignora esse fato, mas ele não dá a devida centralidade a ele. Trata-se de uma mera diferença de ênfase, mas que é relevante do ponto de vista expositivo.

Após essas observações, eu concluirei este texto com alguns resultados ou consequências do minimalismo. A primeira consequência que será notada diz respeito ao caráter absoluto que o fenômeno da verdade toma após a sua caracterização minimalista. No minimalismo, a forma que deve ser usada para entender o fenômeno da verdade não inclui nenhuma relativização desse fenômeno no sentido de que qualquer verdade é o que é de uma forma não qualificada. Na sequência, eu apresentarei algumas razões que justificam a relativização da verdade e a respectiva forma minimalista de contra-argumentar.

Uma razão lembrada por Horwich (2010, p. 8) para pensar que a verdade é relativa consiste no fato de que em muitos contextos não é possível resolver alguma discordância relativamente ao valor de verdade de uma proposição. Isso acontece com frequência, por exemplo, em contextos éticos e estéticos. Por exemplo, qual é o valor de verdade da proposição de que a música clássica é melhor que o *blues*? Como Horwich observa (2010, p. 8-10), a tentação de muitos autores parece ser a de defender que em casos como esse a verdade é relativa ao gosto de cada um. No entanto, o padrão de argumentação que está por trás de casos como esse é inválido (HORWICH, 2010, p. 8-10). O argumento é basicamente o seguinte: nós não conseguimos resolver uma discordância de uma forma consensual; logo, a verdade é relativa. Do fato de que nós não conseguimos resolver uma discordância a contento de todas as partes não decorre que não haja uma verdade a respeito do assunto sob disputa. Pode ser apenas o caso que a matéria seja tão complexa (como geralmente são as questões morais e de gosto) que ninguém seja capaz de determinar o seu valor de verdade.

Outra observação relevante de Horwich (2010, p. 9) diz respeito ao fato de que a adoção minimalista de uma visão absoluta a respeito da verdade não exclui a possibilidade de outras noções serem relativistas. É possível pensar, por exemplo, que, no que diz respeito a questões de gosto, um fato P só é um fato relativamente a certo indivíduo ou grupo social. Assim, à título de ilustração, o fato de que pistache é gostoso deve ser parafraseado nas seguintes linhas: pistache é gostoso para S, sendo S um indivíduo ou um grupo social. Isso, no entanto, não altera a natureza absoluta ou não qualificada da verdade porque nós podemos introduzir a proposição mencionada no esquema de equivalência da seguinte forma:

(G) <Pistache é gostoso para S> é verdade sss pistache é gostoso para S.

Assim, a verdade de que pistache é gostoso para S é absoluta ou não qualificada mesmo que proposições a respeito de gosto devam ser parafraseadas com alguma qualificação. O sentido desse caráter absoluto é mostrar que a verdade da proposição acima se radica em um

fato cuja existência depende de um indivíduo ou grupo social, mas apenas desse indivíduo ou grupo social. Assim, enquanto for um fato para S que pistache é gostoso, nada pode ser feito por qualquer outra pessoa ou grupo. Não adianta fazer qualquer reformulação conceitual ou assumir alguma espécie de antirrealismo em relação ao gosto. Isso tudo, do ponto de vista minimalista, não alteraria o fato de que a proposição acima tal como ela é entendida é verdadeira com relação ao fato em questão independentemente de como nós interpretemos esse fato. Mesmo que nós assumamos, p.e., que S esteja sonhando, isso não mudaria muito. A nossa proposição teria apenas que ser mais uma vez parafraseada: é verdade que pistache é gostoso para S no seu sonho sss pistache é gostoso para S no seu sonho.

A segunda consequência minimalista que eu gostaria de enfatizar diz respeito à importância metafilosófica do minimalismo. Horwich (2012, *passim*) percebe que o minimalismo pode ser interpretado como uma instância de uma forma de fazer filosofia que ele atribui ao segundo Wittgenstein, uma espécie de deflacionismo ou minimalismo a respeito da atividade filosófica (chamarei essa posição de “deflacionismo global”). Assim, o minimalismo alético nos permite ver em detalhe certa concepção sobre como a filosofia deve proceder sendo posta em prática. Além disso, se alguém pensa que os argumentos do minimalismo a respeito da verdade são convincentes, então esse minimalismo também contribui para fortalecer o deflacionismo global, que será descrito nas próximas páginas. De acordo com essa concepção do filosofar, o minimalismo alético exemplifica que tipo de resultado um filósofo pode almejar: um exercício profundo e complexo de simplificação e de esclarecimento conceitual desenhado para dissipar mal entendidos e não para fazer avançar o conhecimento.

De acordo com a forma de filosofar em questão, o filósofo não **deve** tentar formular teorias *a priori* profundas, i.e., teorias que **complementem** ou **corrijam** as nossas intuições cotidianas (HORWICH, 2012, p. 1). Mas por que o filósofo não deve tentar fazer isso? A primeira razão que pode ser fornecida consiste em pensar que há um dilema nesse objetivo: se uma teoria é *a priori*, então ela não é profunda e se ela é profunda, então ela não é *a priori*. Em outras palavras, se os enunciados de uma teoria são *a priori*, eles não dizem nada a respeito de certo tema que nós de uma forma ou de outra já não saibamos e, sendo assim, ela não pode ser profunda. Já se os enunciados de uma teoria são profundos, eles dizem a respeito de certo tema informações que nós não sabemos. Uma vez que nós não sabemos, nós precisaremos checar a veracidade dessas informações e, portanto, não se trata de uma teoria *a priori*. Trata-se de uma teoria conhecível apenas *a posteriori*. Assim, se a filosofia é uma prática *a priori*, ela não é profunda.

Pelo menos no caso da teoria da verdade, nós vimos que o caráter *a priori* do minimalismo não advém de alguma relação de analiticidade. Nesse sentido, a tese não é necessariamente a de que a filosofia deva ser analítica em sentido restrito. As proposições verdadeiras do minimalismo em especial são interpretadas como verdades lógicas e, como tais, necessárias em função da forma que elas têm e dos conceitos que elas aplicam. Ao serem verdades não necessariamente analíticas, elas podem nos dizer algo sobre como o mundo é pelo menos tendo em mente as nossas competências cognitivas. No entanto, esse conhecimento não aumenta a quantidade de informação da qual nós dispomos. Em certo sentido, é um conhecimento que organiza os fatos do mundo conhecido, mas não adiciona fatos a ele. Por meio do tipo de filosofia em questão, nós podemos melhorar a qualidade conceitual e lógica da nossa forma de entender o conhecimento do qual nós dispomos, mas não podemos aumentar a sua quantidade. É nesse sentido restrito que o minimalismo e a filosofia que ele exemplifica não são profundos. Isso, no entanto, não implica que eles não sejam úteis ou relevantes. Entender **bem** a realidade é tão ou mais importante do que entender **muito** sobre ela.

Segundo o deflacionismo global de Horwich (2012, p. 5), o segundo Wittgenstein **começou** a articular a sua filosofia da filosofia por meio de uma tentativa de encontrar a forma geral das questões filosóficas e uma proposta que lhe ocorreu foi a de que as questões filosóficas paradigmáticas teriam a seguinte forma:

(H) Como poderia haver algo como X?

Vejam como Horwich descreve essa abordagem e em seguida vejamos como ela pode ser aplicada ao conceito geral de verdade tal como descrito neste texto:

[...] Como poderia haver algo como X?

– onde X é um fenômeno perfeitamente familiar, normalmente sem problemas, mas onde considerações *a priori* foram avançadas cuja importância é que, apesar das aparências, X é de fato impossível. Por exemplo, pode-se perguntar (com Descartes) como o conhecimento do mundo externo é possível, dado que esse conhecimento teria que ser derivado da experiência e que nossa experiência poderia ser exatamente como é mesmo se estivéssemos apenas sonhando. (HORWICH, 2012, p. 5, tradução nossa, grifo do autor)<sup>105</sup>.

No caso da verdade, o nosso questionamento poderia ser o seguinte: como podemos afirmar que há alguma coisa como a verdade, uma vez que se pudéssemos fazer essa declaração,

<sup>105</sup> “[...] How could there be such a thing as X?

—where X is some perfectly familiar, ordinarily unproblematic phenomenon, but where *a priori* considerations have been advanced whose import is that, despite appearances, X is in fact impossible. For example, one might wonder (with Descartes) how knowledge of external reality is possible, given that such knowledge would have to be derived from experience and that our experience could be just as it is even if we were merely dreaming.”

o predicado da verdade deveria ser entendido de uma forma significativa e isso não ocorre em face de certa interpretação desse predicado baseada no esquema de equivalência<sup>106</sup>? No entanto, segundo o deflacionismo global, esses raciocínios aparentemente convincentes não o são realmente e a fonte da sua aparente plausibilidade consiste em alguma confusão linguística (HORWICH, 2012, *passim*). Mas Horwich (2012, p. 5) esclarece que a confusão linguística em questão não consiste em um simples desvio do senso comum ou do que nós sabemos *a priori*. O problema é mais grave: trata-se de um problema metodológico que torna o habitual ceticismo dos filósofos equivocado. A seguir, será dito que problema é esse, mas antes vejamos então qual **pode ser** o papel da filosofia segundo o deflacionismo global.

Segundo a filosofia da filosofia em questão, devido ao problema mencionado acima, a tarefa do filósofo não deve ser tentar mostrar como X pode existir ou como de fato não pode. A tarefa do filósofo também não deve ser mostrar qual é a verdadeira natureza Y do que antes nós chamávamos de “X”. A nossa tarefa deve ser mostrar por quais razões argumentos que não são na realidade convincentes parecem convincentes, i.e., demonstrar a fonte da confusão filosófica (HORWICH, 2012, *passim*). Os filósofos deveriam se questionar a respeito do tipo de erro linguístico envolvido nesses argumentos e que nos leva à sua ilusão de plausibilidade. Após esse esforço de simplificação, realmente não nos restará nenhuma teoria, mas nós teremos alcançado um resultado, penso eu, muito útil. No cômputo geral, o deflacionismo global nos fornece um padrão de confusão da cognição **humana**. O valor desse tipo de resultado não deve ser subestimado: certas razões motivam ações e, ao nos livrar de razões mal orientadas, nós podemos evitar ações igualmente mal orientadas.

Vamos à descrição do tipo de problema metodológico que foi mencionado. Em primeiro lugar, esse problema começa por meio da suposição de premissas falsas. Essas premissas falsas, no entanto, não são quaisquer premissas. Elas compõem um grupo de sentenças que dizem respeito a como o mundo deve ser pensado (HORWICH, 2012, p. 33-44). Assim, elas são sentenças de caráter metodológico: são princípios gerais que nós usamos para fundamentar um amplo espectro de raciocínios. Os problemas filosóficos são gerados quando alguém usa de maneira simplista um desses princípios, desconsiderando peculiaridades associadas a certos contextos de aplicação conceitual que podem exigir uma modificação no princípio geral ou simplesmente a sua não aplicação e o uso de outro princípio. O deflacionismo global nos chama a atenção para a complexidade que os nossos princípios gerais de raciocínio podem tomar, podendo não ser aplicados em casos nos quais realmente parece que eles podem

---

<sup>106</sup> Como o leitor já sabe, certas formas de deflacionismo são equivocadas do ponto de vista minimalista.

ou exigindo formas diferenciadas de aplicação quando parece que a aplicação convencional é requisitada.

No caso do conceito geral de verdade, muitos de nós (inclusive eu) podem ser tentados a pensar que na medida em que o predicado da verdade é um predicado (como qualquer outro) e como parece que **todos** os predicados são entendidos de uma maneira realmente informativa (para além do óbvio); logo, o predicado da verdade merece uma exposição do seu significado geral que seja realmente informativa. No entanto, a falha nesse raciocínio é pensar que o predicado da verdade expressa um conceito como **qualquer** outro de modo que nós podemos aplicar o princípio de que nós entendemos o significado geral de um predicado de uma maneira realmente informativa (p.e., por meio de certa forma de definição). No entanto, assim como o conceito geral de existência, o conceito geral de verdade é “puro”, i.e., seu escopo de aplicação excede os limites da experiência humana acumulada. Em princípio, esses conceitos **podem** ter as suas condições de aplicação pensadas com relação a itens que talvez nós não conheçamos e, portanto, muita cautela é exigida ao usá-los. Podemos nos questionar: o que alguém entenderia se aplicasse o predicado “é verdade” a uma proposição P cuja propriedade verdadeira nós não conhecemos?

O estado de coisas acima, por sua vez, exige que o conceito geral de verdade deva ser compreendido por meio de outro princípio. Em vez de esperar uma metodologia realmente informativa (p.e., via definições explícitas de caráter explicativo), nós podemos entender esse conceito nas mesmas linhas que nós compreendemos outros conceitos lógicos: por meio de esquemas *a priori* que não dizem nada que nós já não saibamos, mas que organizam e explicitam formalmente determinado conhecimento de senso comum. Por exemplo, nós temos determinado conhecimento do que alguém quer dizer quando diz que **se** algo ocorre, **então** outra coisa ocorre. Entretanto, a lógica nos fornece todo um aparato formal para **explicitar** a nossa prática de usar condicionais. Esse aparato é tal que nós somos capazes de reconhecer que ele é compatível com certa forma **natural** de usar essas proposições. A lógica não exige de nós nenhuma verificação empírica. Tudo que nós precisamos é entender os conceitos e seguir as demonstrações de uma forma *a priori*. Do ponto de vista minimalista, nós devemos esperar o mesmo de uma teoria da verdade, com o detalhe de que se essa teoria busca máxima generalidade, ela deve se limitar ao esquema de equivalência. Mas se não é esse o nosso objetivo, nós podemos restringir a teoria da verdade a algo mais específico e complexo – como Tarski (1956) fez, por exemplo.

Nesta dissertação, nós vimos algumas razões para defender o minimalismo. Ao olhar em retrospectiva para tudo que foi dito, o leitor poderá perceber que a principal razão que

motiva o minimalismo depende do escopo de aplicação maximamente genérico que o conceito básico de verdade tem. A segunda razão mais importante depende de nós termos à disposição um recurso teórico para entender o conceito **geral** de verdade de uma maneira que é caso a caso satisfatória, simples e que evita diversos problemas filosóficos tradicionais: o esquema de equivalência. De acordo com a primeira razão, devemos ser minimalistas a respeito do conceito **geral** de verdade porque esse conceito é abrangente ao ponto de inviabilizar uma forma mais informativa de entender a verdade. De acordo com a segunda razão, o esquema de equivalência parece ser o único recurso teórico que apresenta adequadamente o padrão **geral** por meio do qual nós entendemos condições de verdade. Assim, nós devemos depender dele para entender o conceito geral de verdade. O caráter de lista ou catálogo do minimalismo é especialmente dependente de entender que não é possível apresentar **uma** lei geral da verdade em função de certos problemas técnicos já apresentados. Como vimos, o minimalismo não nega que a verdade seja uma propriedade realidade-dependente. No entanto, ele não reivindica que essa seja a essência da verdade, posto que isso colocaria exigências metodológicas de definição que o minimalista rejeita.

O conceito geral de verdade é um conceito como outros conceitos lógicos. Por exemplo, nós entendemos sob quais condições uma conjunção é verdadeira independentemente do nosso conhecimento de proposições e, por isso, nós podemos alegar que, para **quaisquer** proposições (formuladas, formuláveis ou não formuláveis), uma conjunção entre elas será verdadeira quando ambas as proposições forem verdadeiras e falsa no caso contrário. Para entender uma conjunção, nós não fazemos um apanhado de todas as conjunções e investigamos *a posteriori* uma propriedade compartilhada entre elas. O nosso método nesse caso é diferente. Nós usamos uma forma lógica geral ( $X$  e  $Y$ ), que nos apresenta alguns conceitos (proposição, verdade e falsidade), e uma intuição pré-teórica a respeito do conceito de conjunção, a partir dos quais nós identificamos *a priori* sob quais condições **qualquer** proposição pode ser chamada de “conjunção”.

É importante notar que nós poderíamos entender o conceito de conjunção por meio apenas das conjunções conhecidas e repelir o ímpeto por uma compreensão **geral** da conjunção, alegando que não há evidência para afirmar sob quais condições duas proposições desconhecidas **poderiam** formar uma conjunção verdadeira (por exemplo), mas essa seria uma alegação artificial. O próprio conceito de conjunção é formal e não depende do conteúdo de proposições particulares ou do tipo de proposição envolvida. A proposta minimalista é que isso também valha para o conceito geral de verdade: não interessa a respeito do quê certa proposição  $P$  seja ou de que tipo ela seja, a condição **geral** para essa proposição ser verdadeira é formal.

Isso significa dizer que, para fazer corretamente uma atribuição de verdade a certa proposição P, não interessa que **tipo** de conteúdo essa proposição tenha **desde que** ela satisfaça os requisitos lógicos do esquema de equivalência. Em outras palavras, nós sabemos que **independentemente** de que **tipo** de estrutura proposicional seja responsável pela existência da verdade, ela deve aderir a um padrão mais geral de ocorrência, que é abstraído pelo esquema de equivalência.

Não esqueçamos também que o minimalismo tem limites. Neste texto, abordamos apenas a forma como as lacunas de valor de verdade restringem o campo de explicação do minimalismo. No entanto, Horwich (1998, p. 40-44) admite que as aplicações do conceito de verdade a proposições contraditórias, como as que resultam do paradoxo do mentiroso, também não são explicáveis pelo minimalismo. Nesse sentido, embora o minimalismo ainda me pareça a teoria mais geral da verdade à disposição e aquela que deve ser usada como ponto de partida para muitas outras teorias, é preciso admitir que ela tem um alcance relativamente claro.

## REFERÊNCIAS

- ALSTON, William P. Truth: concept and property. *In*: SCHANTZ, Richard (ed.). **What is Truth?** Munich: Walter de Gruyter, 2002. cap. 1, p. 11-26.
- ARMOUR-GARB, Bradley.; BEALL, Jeffrey (org.). **Deflationary truth**. 1. ed. Chicago: Open Court, 2005.
- ASAY, Jamin. **The primitivist theory of truth**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- ASAY, Jamin. Primitive Truth. **Dialectica**, Switzerland, 4, v. 67, p. 503-519, 2013.
- ASAY, Jamin. Truth: a concept unlike any other. **Synthese**, Switzerland, p. 1-26, *forthcoming*.
- AYER, Alfred. **Language Truth and Logic**. London: Penguin Books, 2001.
- AZAMBUJA, Abílio. Sobre a Concepção da Verdade em Tarski. **Abstracta: Linguagem, Mente e Ação**, 2, v. 1, p. 24-61, 2005.
- BALL, Brian. Alethic Pluralism and the Role of Reference in the Metaphysics of Truth. **The Southern Journal of Philosophy**, Tennessee, 1, v. 55, p. 116-135, 2017.
- BAR-ON, Dorit; SIMMONS, Keith. The Use of Force Against Deflationism: Assertion and Truth. *In*: GREIMANN, Dirk; SIEGWART, Geo (ed.). **Truth and Speech Acts: Studies in the Philosophy of Language**. New York: Routledge university press, 2007. cap. 4, p. 61-89.
- BLACKBURN, Simon. **Spreading the word**. Oxford: Oxford University Press, 1984.
- BLACKBURN, Simon. **Truth**. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- BRANDON, Robert. B. **From empiricism to expressivism**. Cambridge, Massachusetts, and London, England: Harvard University Press, 2014.
- CAPPS, John. **The Pragmatic Theory of Truth**. Stanford Encyclopedia of Philosophy, 2019. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/truth-pragmatic/#:~:text=Unlike%20correspondence%20theories%2C%20which%20tend,assertions%2C%20or%20conduct%20scientific%20inquiry>. Acesso em: 29 junho 2020.
- CHATEAUBRIAND, Oswaldo. Truth-value Gaps and the Minimalist Conception of Truth. *In*: BEZIAU, Jean-Yves; CONIGLIO, Marcelo Esteban (ed.). **Logic Without Frontiers: Festschrift for Walter Alexandre Carnielli on the Occasion of His 60th Birthday**. 1. ed. England: College publications, 2011.
- DAVID, Marian. **The Correspondence Theory of Truth**. Stanford Encyclopedia of Philosophy, 2015. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/truth-correspondence/>. Acesso em: 23 fevereiro 2020.

DAVID, Marian. **Correspondence and disquotation**: An essay on the nature of truth. Oxford: Oxford University Press, 1994.

DAVIDSON, Donald. Radical Interpretation. **Dialectica**, Switzerland, p. 314–328, 1973.

DAVIDSON, Donald. The structure and content of truth. **Journal of Philosophy**, New York, 6, v. 87, p. 279-328, 1990.

DEVITT, Michael. **Realism and truth**. 2. ed. New Jersey: Princeton University Press, 1997.

DOUGLAS, Patterson; MICHAEL, Beaney. **Alfred Tarski**: Philosophy of Language and Logic. 1. ed. London: Palgrave Macmillan UK, 2012.

DUMMETT, Michael. Truth. **Proceedings of the Aristotelian Society**, Proceedings of the Aristotelian Society, p. 141-162, 1959.

ENGEL, Pascal. Can Deflationism Account for the Norm of Truth? In: ACHOURIOTI, T., GALINON, H., MARTÍNEZ FERNÁNDEZ, J., FUJIMOTO, K. (eds.). **Unifying the philosophy of truth**. 1 ed. Dordrecht: Springer, 2015, cap. 11, p. 245-260.

MEURER, César. Tarski: concepção e definição de verdade. **Problemata**: Revista Internacional de Filosofia, Paraíba, ano 2, v. 4, p. 170-207, 2013.

FIELD, Hartry. Correspondence truth, disquotational truth, and deflationism. In: LYNCH, Michael P. (ed.). **The nature of truth**. 1 ed. Cambridge: MIT Press, 2001, cap 21, p. 483-504.

FIELD, Hartry. Deflationist views of meaning and content. **Mind**, Oxford, 411, v. 103, p. 249-285, jul. 1994.

FIELD, Hartry. Tarski's theory of truth. **The Journal of Philosophy**, New York, 13, v. 69, p. 347-375, 1972.

FREGE, Gottlob. The thought: A logical inquiry. **Mind**, Oxford, p. 289-311, 1956.

GARCÍA-CARPINTERO, Manuel. What is a Tarskian definition of truth? **Philosophical Studies**, Switzerland, 2, v. 82, p. 113–144, maio 1996.

GLANZBERG, Michael. Against truth-value gaps. In: JEFFREY C., Beall. **Liars and heaps**: New essays on paradox. 1. ed. Wotton-under-Edge: Clarendon press, 2004. cap. 8, p. 151-194.

GREIMANN, Dirk. Frege's Performative Argument Against the Relativity of Truth. **Journal for the History of Analytical Philosophy**, Mansfield, 2, v. 3, 2015.

HAACK, Susan. **Philosophy of Logics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

HALBACH, Volker. **Axiomatic theories of truth**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

- HOFFMANN, Glen. A Dilemma for the Weak Deflationist about Truth. *Sorites*, Espanha, v. 18, p. 129-137, fev. 2007.
- HORISK, Claire; BAR-ON, Dorit; LYCAN, William G. Deflationism, Meaning and Truth-Conditions. *Philosophical Studies*, Switzerland, 1, v. 101, p. 101-128, 2000.
- HORWICH, Paul. A Defense of Minimalism. *Synthese*, v. 126, p. 149-165, 2001.
- HORWICH, Paul. Being and truth. *Midwest Studies in Philosophy*, 1, v. 32, p. 258-273, 2008.
- HORWICH, Paul. Is truth a normative concept? *Synthese*, 3, v. 195, 2016a.
- HORWICH, Paul. **The minimalist conception of truth**. In: SIMMONS, Keith; BLACKBURN, Simon (ed.). **Truth**. 1. ed. New York: Oxford University Press, 1999. cap. 11, p. 239-233.
- HORWICH, Paul. **Truth**. In: ARMOUR-GARB, B.P.; BEALL, J. C. (org.). **Deflationary truth**. 1. ed. Chicago: Open Court, 2005. cap. 7, p. 173-183.
- HORWICH, Paul. Wittgenstein on Truth. *Argumenta*, 1, v. 2, p. 95-106, 2016b. Disponível em: <http://argumenta.uniss.it/wp-content/uploads/2016/12/Argumenta-21-Paul-Horwich-Wittgenstein-on-Truth.pdf>. Acesso em: 19 fevereiro 2020.
- HORWICH, Paul. **Truth — Meaning — Reality**. 1. ed. New York: Oxford University Press, 2010.
- HORWICH, Paul. **Truth**. 2. ed. New York: Oxford University Press, 1998.
- HORWICH, Paul. **Wittgenstein's metaphilosophy**. New York: Oxford University Press, 2012.
- IMAGUIRE, Guido; BARROSO, Cícero AC. **Lógica: os jogos da razão**. UFC, 2006.
- SIMMONS, Keith. Three questions for minimalism. *Synthese*, 3, v. 195, 2016.
- JAMES, William. **Pragmatism: a new name for some old ways of thinking**. Cambridge: Harvard UP, 1975.
- KENNY, Anthony. Concepts, Brains, and Behavior. *Grazer Philosophische Studien: International Journal for Analytic Philosophy*, Leiden, 1, v. 81, p. 105-113, 2010.
- KIRKHAM, Richard. **Theories of truth: A critical introduction**. Massachusetts: A Bradford Book Publisher, 1995.
- KÖLBEL, Max. “True” as Ambiguous. *Philosophy and Phenomenological Research*, London, 2, v. 77, p. 359-384, set. 2008.
- KÜNNE, Wolfgang. **Conceptions of Truth**. 1. ed. Wotton-under-Edge: Clarendon Press, 2005.

LEWIS, David. New work for a theory of universals. **Australasian journal of philosophy**, v. 61, n. 4, p. 343-377, 1983.

LINDSTRÖM, Sten. **Horwich's minimalist conception of truth: Some logical difficulties.** *In*: SLIWINSKI, Rysiek (ed.). **Philosophical Crumbs. Essays dedicated to Ann-Mari Henchen-Dahlquist on the occasion of her seventy-fifth birthday**, Uppsala: Department of Philosophy, Uppsala University, 2001, p. 103-121.

LYNCH, Michael P. Minimalism and the value of truth. **The Philosophical Quarterly**, 217, v. 54, p. 497-517, 2004.

LYNCH, Michael P. **Truth as One and Many**. 1. ed. New York: Oxford University Press, 2009.

MCGRATH, Matthew. Weak deflationism. **Mind**, Oxford, 421, v. 106, p. 69-98, 1997.

MISAK, Cheryl. Pragmatism and Deflationism. *In*: MISAK, Cheryl (ed.). **New pragmatists**. Oxford University Press, 2007, p. 68-91.

ODEGARD, Douglas. Truth and redundancy. **Mind**, Oxford, 343, v. 86, p. 333-344, 1977.

OPPY, Graham; JACKSON, Frank; SMITH, Michael. Minimalism and truth aptness. **Mind**, Oxford, 411, v. 103, p. 287-302, jul. 1994.

PATTERSON, Douglas. Theories of truth and convention T. **Philosophers' Imprint**, Michigan, 5, v. 2, p. 1-16, nov. 2002.

PATTERSON, Douglas. **New Essays on Tarski and Philosophy**. 1. ed. New York: Oxford University Press, 2008.

POPPER, Karl Raimund. **Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária**. 1. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

POPPER, Karl Raimund. **Conjecturas e refutações: o progresso do conhecimento científico**. Tradução: Sérgio Bath. 2. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

PRICE, Huw. Three norms of assertibility, or how the MOA became extinct. **Noûs**, v. 32, n. 12, p. 241-254, 1998.

QUINE, Willard Van Orman. **Philosophy of Logic**. *In*: SIMMONS, Keith; BLACKBURN, Simon (ed.). **Truth**. 1. ed. New York: Oxford University Press, 1999b. cap. 9, p. 144-146.

QUINE, Willard Van Orman. **Pursuit of truth**. Harvard University Press, 1990.

QUINE, Willard Van Orman. **Quiddities: an intermittently philosophical dictionary**. 1. ed. Cambridge: Harvard university press, 1987.

RAATIKAINEN, Panu. On Horwich's Way Out. **Analysis**, Oxford, 3, v. 65, p. 175-177, jul. 2005.

RUSSELL, Bertrand. **Problems of Philosophy**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

RUSSELL, Bertrand. On denoting. **Mind**, Oxford, 56, v. 14, p. 479-493, 1905.

SHER, Gila. In search of a substantive theory of truth. **The Journal of Philosophy**, New York, 1, v. 101, p. 5-36, jan. 2004.

SHER, Gila. On the possibility of a substantive theory of truth. **Synthese**, Switzerland, ano 1, v. 117, p. 133-172, out. 1998.

SHER, Gila. Substantivism about truth. **Philosophy Compass**, London, 12, v. 11, n. 818-828, nov. 2016.

SOAMES, Scott. The truth about deflationism. **Philosophical Issues: A supplement to Noûs**, New Jersey, 1, v. 8, p. 1-44, out. 1997.

SOAMES, Scott. **Understanding Truth**. 1. ed. New York: Oxford University Press, 1999.

STRAWSON, Peter Frederick. Truth. *In*: SIMMONS, Keith; BLACKBURN, Simon (ed.). **Truth**. 1. ed. New York: Oxford University Press, 1999. cap. 11, p. 162-182.

TARSKI, Alfred. The semantic conception of truth and the foundations of semantics. **Philosophy and phenomenological research**, Rhode Island, 3, v. 4, p. 341-376, Jun. 1944.

TARSKI, Alfred. **Logic, semantics, metamathematics: papers from 1923 to 1938**. 1. ed. Indianapolis: Hackett Publishing, 1956.

WILLIAMS, Michael. Meaning and deflationary truth. **Journal of Philosophy**, New York, 11, v. 96, p. 545-564, nov. 1999.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **The big typescript: TS 213**. USA, UK, Australia: Blackwell Publishing, 2005.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Tradução de Luiz Henrique Lopes dos Santos. 3°. ed. Edusp, 2008.

WRIGHT, Crispin. Minimalism, deflationism, pragmatism, pluralism. *In*: LYNCH, Michael P. (ed.). **The nature of truth**. 1 ed. Cambridge: MIT Press, 2001, cap 32, p. 751-788.

WRIGHT, Crispin. **Truth and objectivity**. 1. ed. Harvard UP, 1992.

WRIGHT, Crispin. Truth: a traditional debate reviewed. *In*: SIMMONS, Keith; BLACKBURN, Simon (ed.). **Truth**. 1. ed. New York: Oxford University Press, 1999. cap. 13, p. 203-238.

YABLO, Stephen. **Aboutness**. 1. ed. Princeton: Princeton University Press, 2014.

YOUNG, James. **The Coherence Theory of Truth**. Stanford Encyclopedia of Philosophy, 2018. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/truth-coherence/>. Acesso em: 25 fevereiro 2020.